



DESIGUALDADE

NO BRASIL



OXFAM
Brasil

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

4

índice

_metodologia: 4_6

_perfil da amostra: 7_13

_desigualdade: 14_20

_classe social: 21_32

_desigualdades: 33_66

_políticas: 66_77

_relatório_77_85

A photograph of a person lying on a dark wooden bench in an outdoor setting. The person is wearing dark clothing. A large, semi-transparent yellow shape highlights the person's body. The background is a ground covered with dry leaves and small plants.

metodologia

_técnica, universo, abrangência coleta de dados
_amostra e margem de erro

TÉCNICA

Pesquisa quantitativa, com **abordagem pessoal dos entrevistados** em pontos de fluxo populacionais. As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário estruturado com cerca de 20 minutos de duração.

UNIVERSO

População brasileira com idade entre **16 anos ou mais**.

ABRANGÊNCIA

Abrangência **nacional**, incluindo Regiões Metropolitanas e Cidades do Interior de diferentes portes, em todas as Regiões do Brasil.

As entrevistas foram realizadas em **130 municípios** de pequeno, médio e grande porte.

COLETA DE DADOS

As entrevistas foram realizadas entre os dias **08 a 15 de março de 2022**

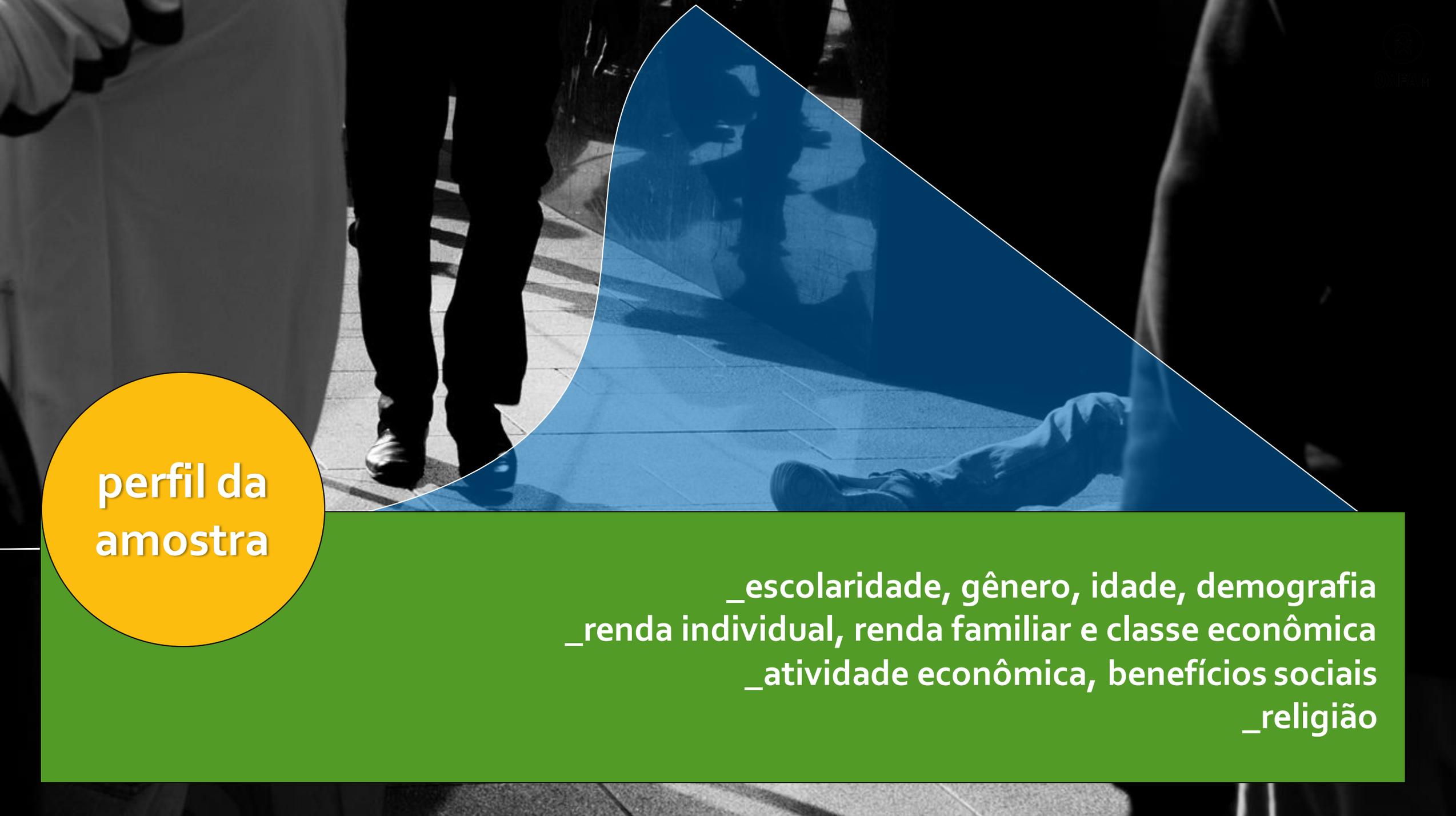
AMOSTRA

A amostra total **nacional** foi de **2.564** entrevistas.

Essa amostra permite a leitura dos resultados no total do Brasil, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

MARGEM DE ERRO

A margem de erro para o total da **amostra nacional** é de **2 pontos** para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.



perfil da
amostra

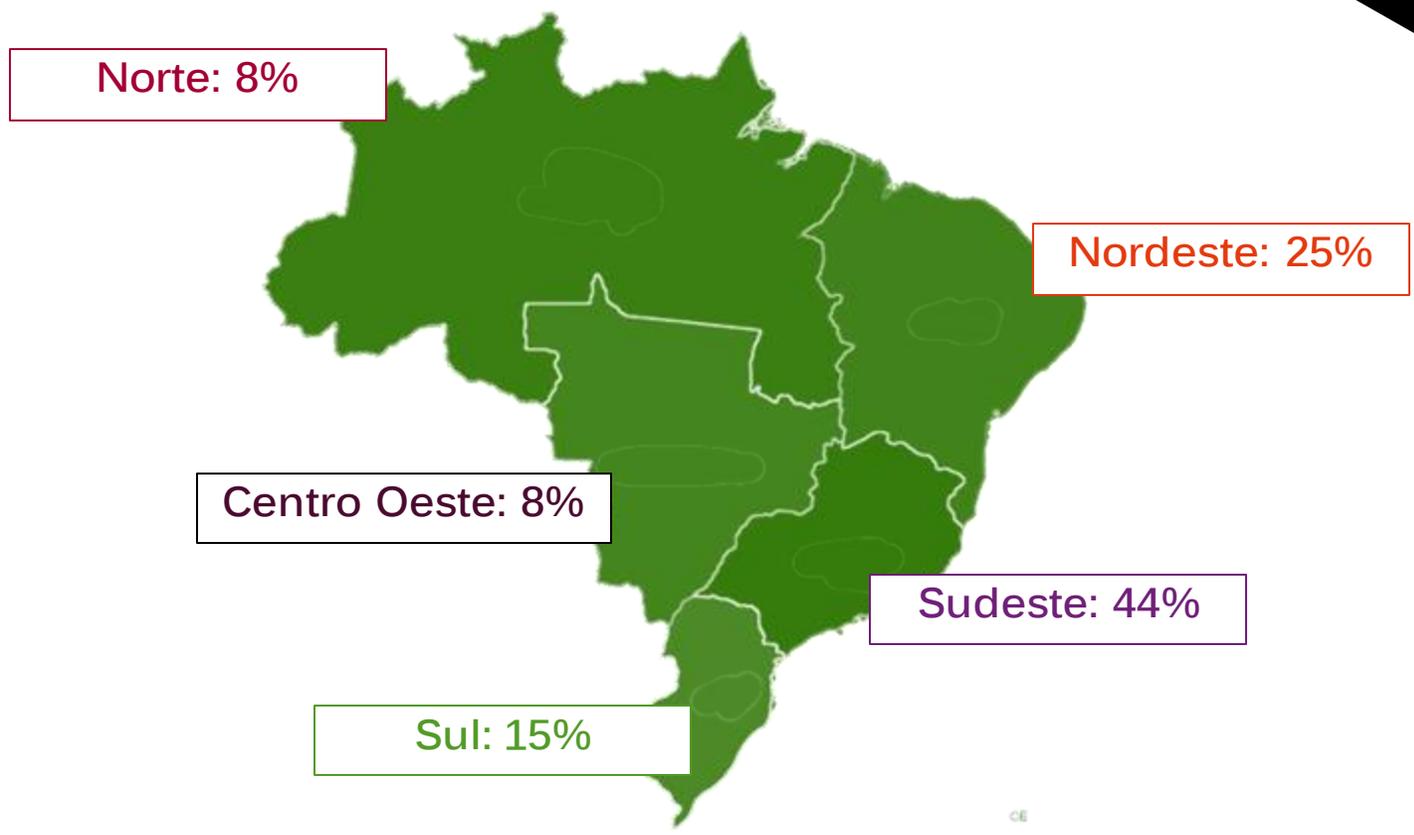
_escolaridade, gênero, idade, demografia
_renda individual, renda familiar e classe econômica
_atividade econômica, benefícios sociais
_religião

48%  52%

16 a 24 anos	17%
25 a 34 anos	19%
35 a 44 anos	20%
45 a 59 anos	24%
60 anos ou +	20%

33%	Fundamental
46%	Médio
22%	Superior

Parda	38%
Branca	35%
Preta	18%
Amarela	3%
Indígena	2%
Outros	4%



Natureza do município	
Capital	24%
Outros municípios metropolitanos	18%
Interior	58%

Porte do município	
Pequeno	29%
Médio	38%
Grande	33%

	2019	2020	2022
até 1 salário mínimo	19%	19%	21%
de 1 a 2 s.m.	24%	28%	27%
de 2 a 3 s.m.	18%	20%	20%
de 3 a 5 s.m.	18%	15%	16%
de 5 a 10 s.m.	10%	10%	8%
10 s.m. ou mais	6%	4%	4%

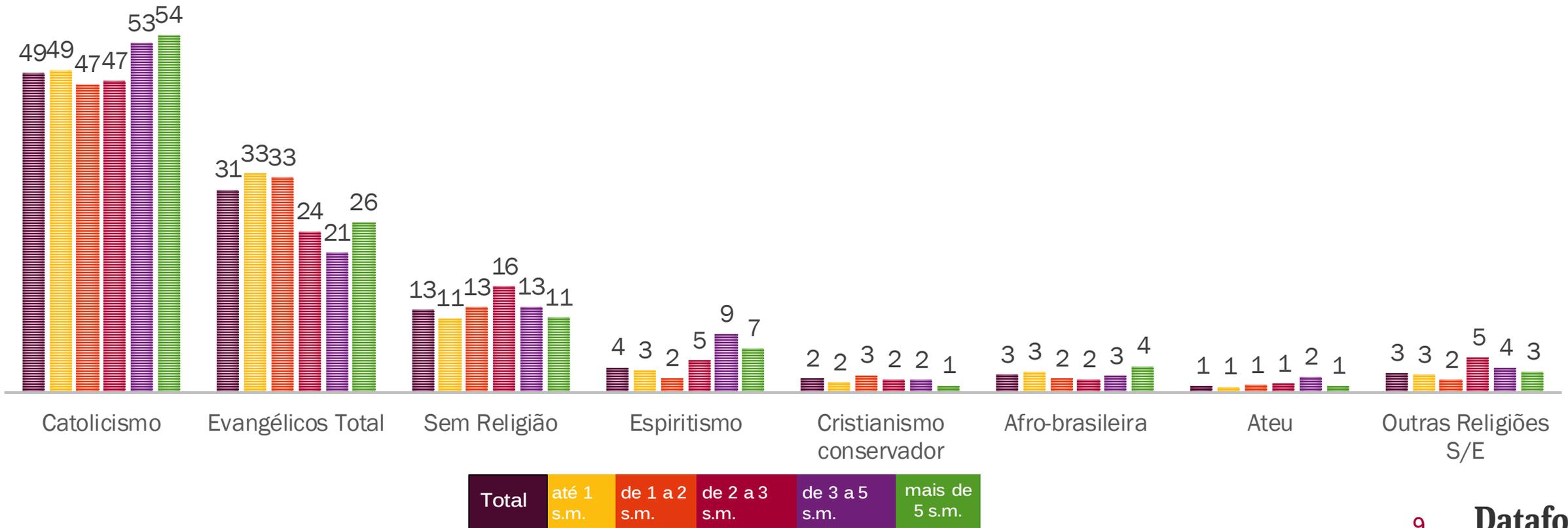
renda familiar mensal



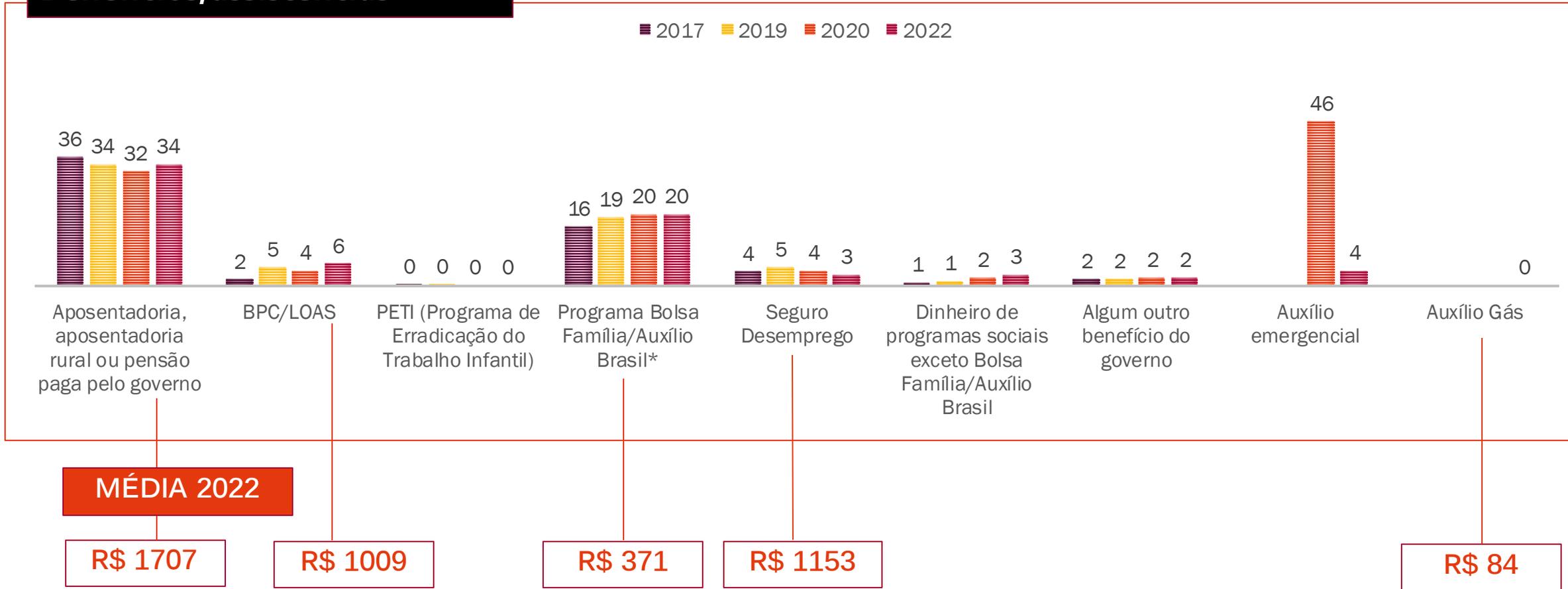
renda individual mensal

	até 1 s.m.	de 1 a 2 s.m.	de 2 a 3 s.m.	de 3 a 5 s.m.	mais de 5 s.m.
2019	45%	27%	10%	6%	4%
2020	47%	26%	11%	7%	5%
2022	49%	24%	11%	7%	4%

religião

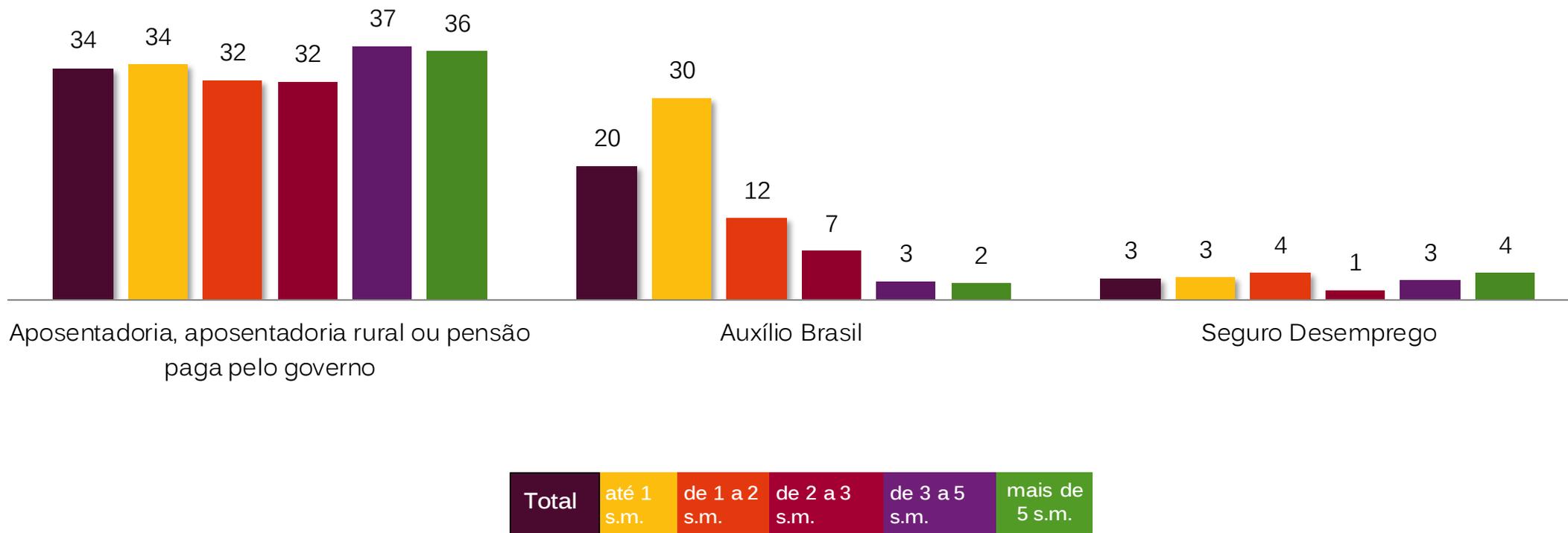


Benefícios/assistências



* Auxílio Brasil em vigor desde nov/21 em substituição ao Bolsa Família

Benefícios/assistências



PEA 73%

Assalariado registrado 22%

Free-lance/ bico 13%

Desempregado (procura emprego) 11%

Autônomo regular 9%

Assalariado sem registro 7%

Funcionário público 5%

Empresário 3%

Estagiário/ aprendiz 1%

Outros 1%

NÃO PEA 27%

Dona de casa 7%

Aposentado 11%

Estudante 5%

Vive de rendas 0

Outros 1%

Desempregado (não procura emprego) 3%





Percepção
de riqueza
e pobreza

_percepção sobre lugar na escola de pobreza e riqueza
_projeção de riqueza no Brasil
_pobreza_e_renda

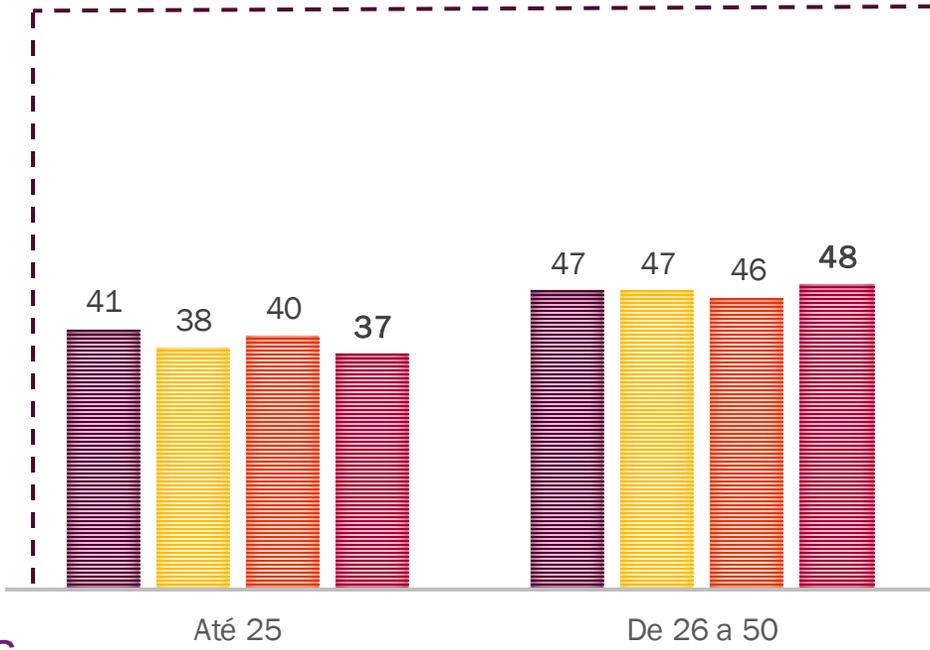
PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE

Espontânea e única, em %

85% acreditam fazer parte da metade **mais pobre do país**



POBRES



- 2017
- 2019
- 2020
- 2022



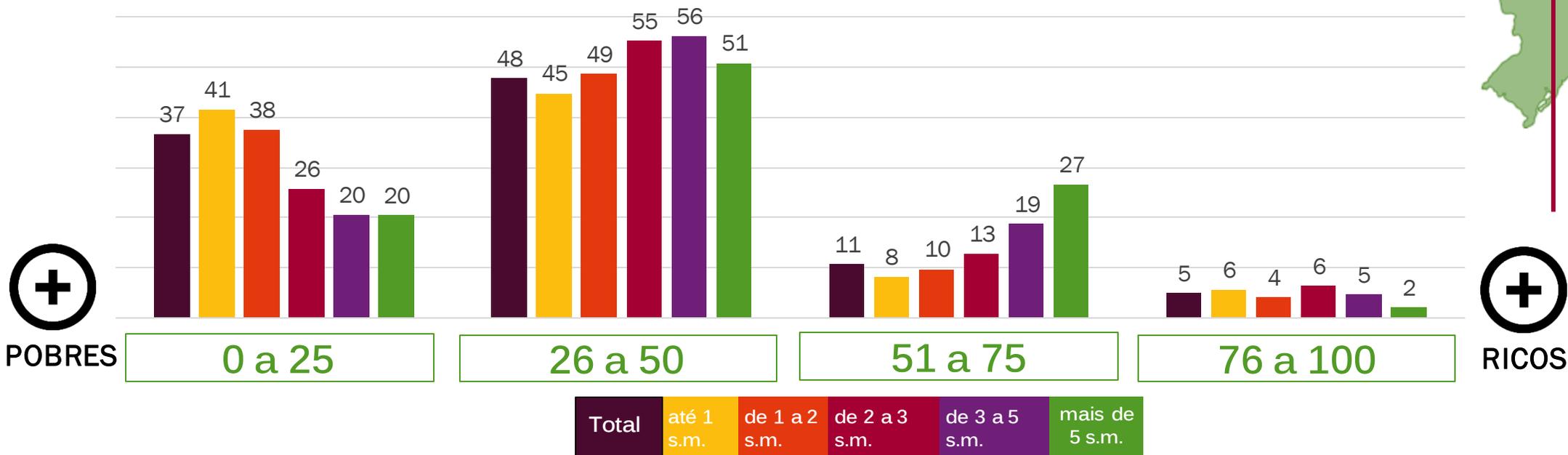
RICOS

Fonte: P.13 Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria? (Base: Total da amostra)

PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE

Espontânea e única, em %

Um em cada cinco (20%) brasileiros com renda acima de 5 salários se coloca na parcela **mais pobre do país**

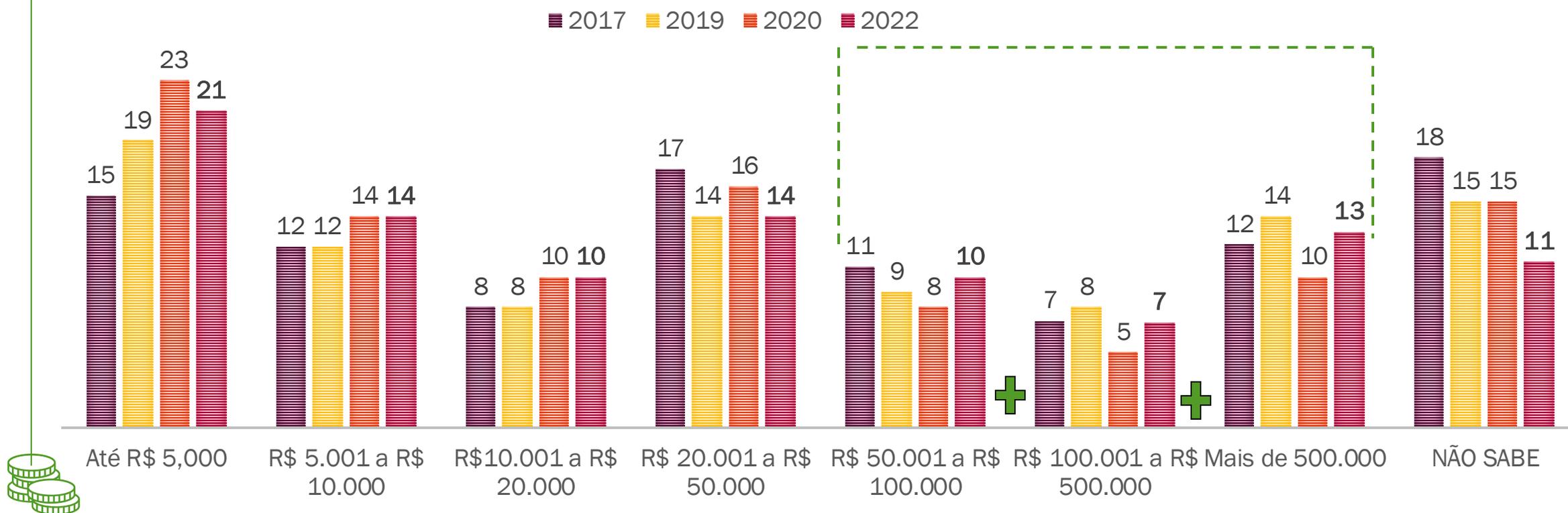


PROJEÇÃO DE RENDA

Espontânea e única, em %

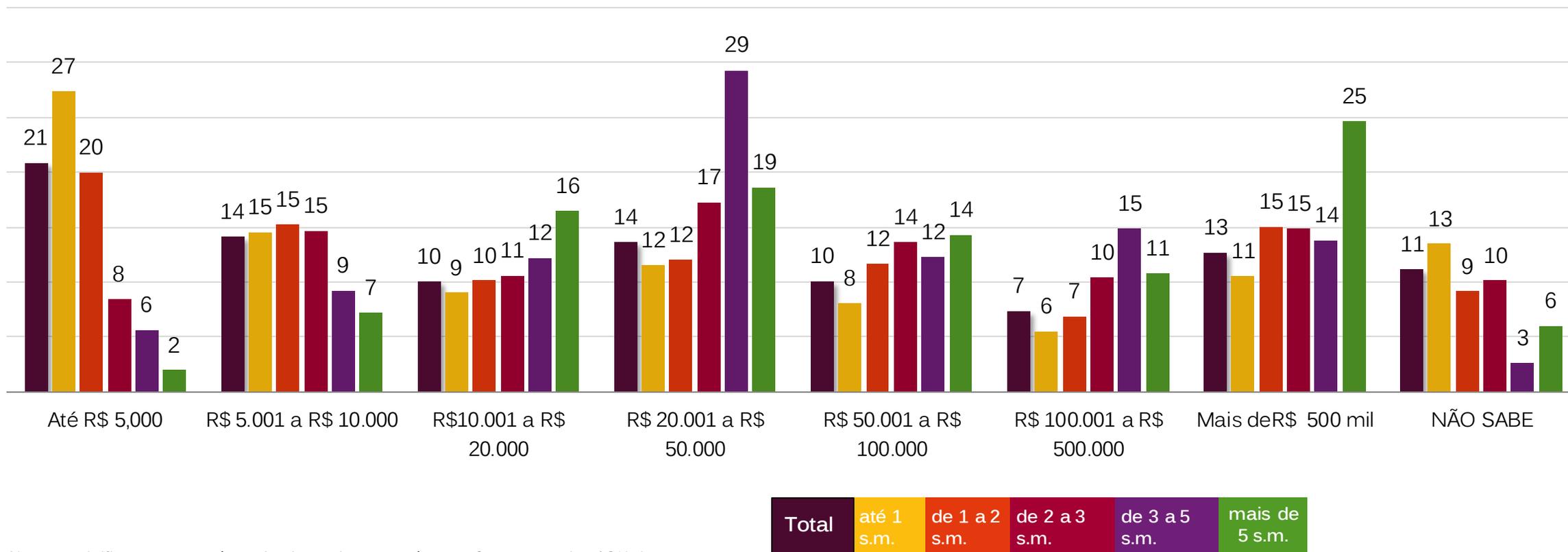


30% que acreditam ser preciso **mais de R\$ 50 mil/mês** para estar entre 10% mais ricos do país



Espontânea e única, em %

27% na faixa de renda mais baixa citam valores até R\$ 5 mil como “piso” para ser rico no Brasil

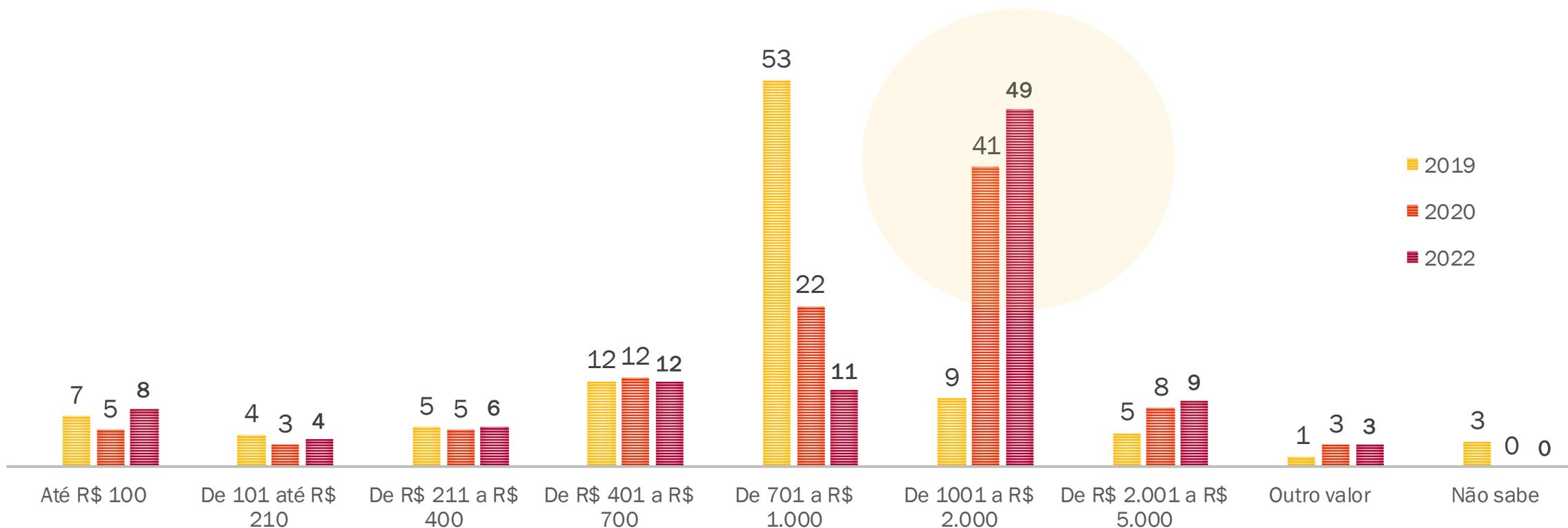


P.19 Na sua opinião, quanto você precisaria ganhar por mês para fazer parte dos 10% de brasileiros mais ricos do país (Base: Total da amostra)

PROJEÇÃO DE RENDA

Espontânea e única, em %

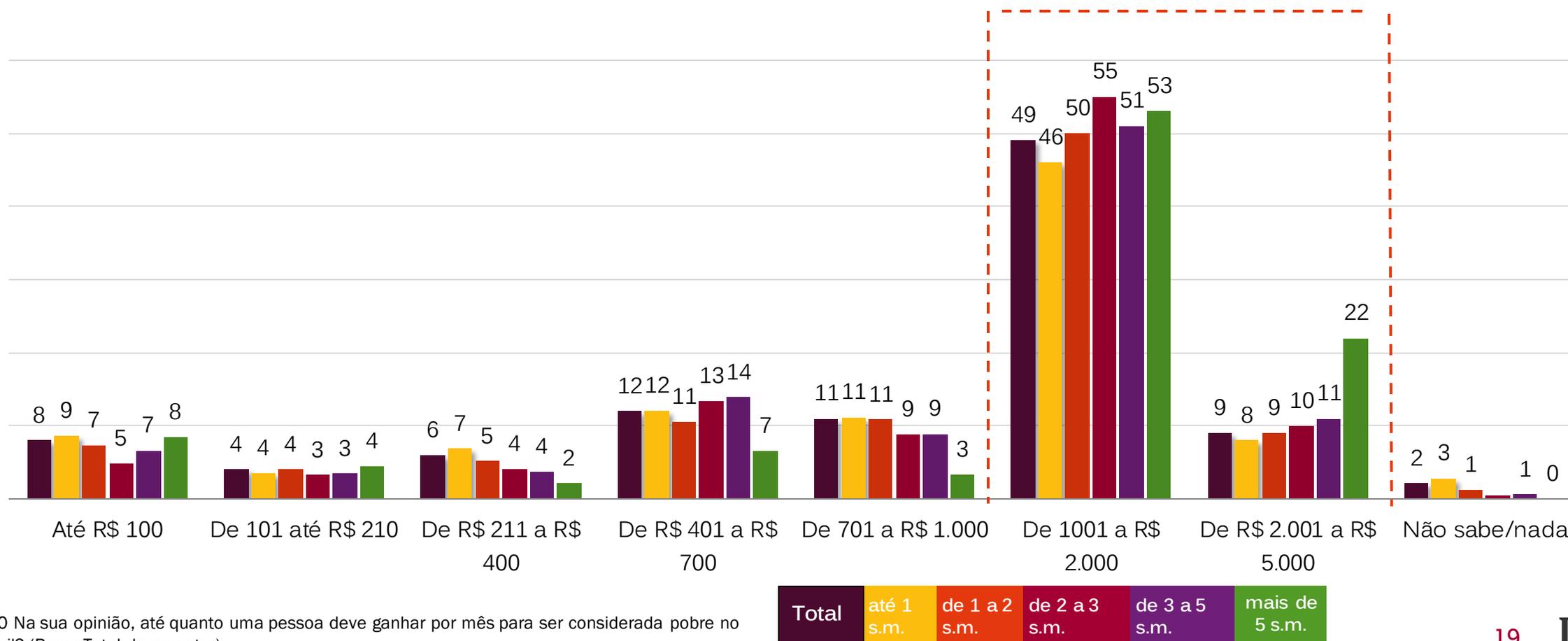
49% acreditam que **pobre**, no Brasil, é quem tem **renda de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil por mês**



PROJEÇÃO DE RENDA

Espontânea e única, em %

Entre quem tem renda superior a 5 salários, 75% acreditam que uma pessoa pobre tem renda de mais de R\$ 1 mil



P.20 Na sua opinião, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil? (Base: Total da amostra)



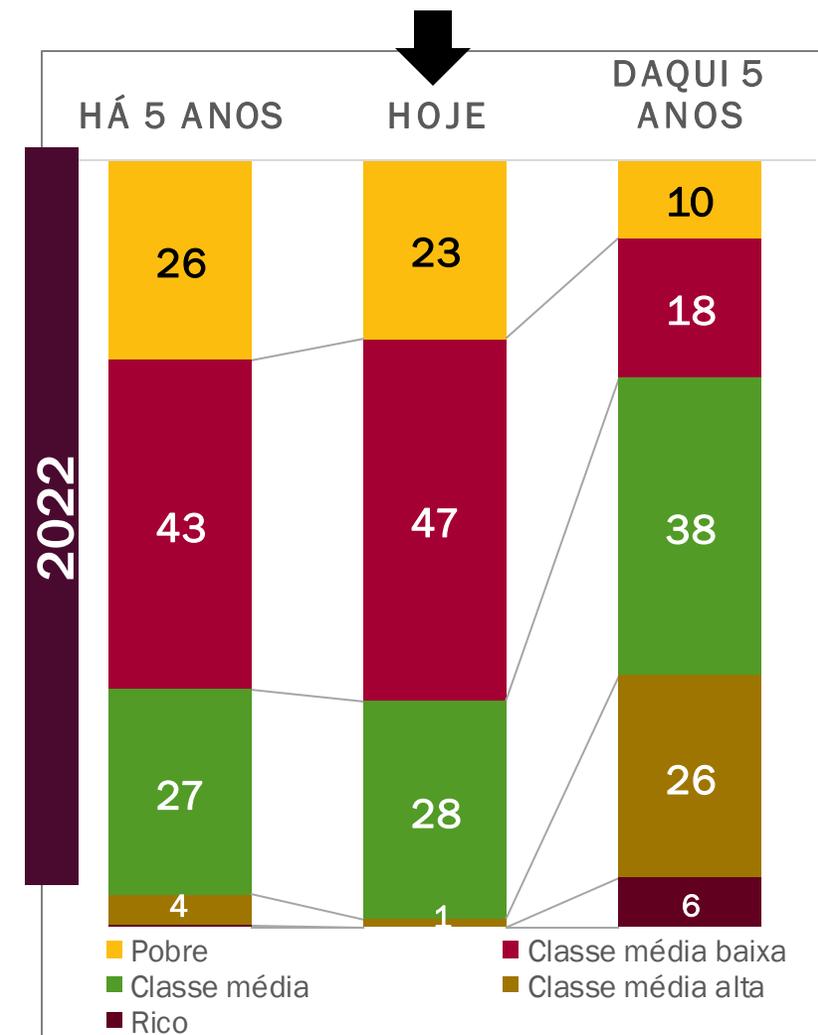
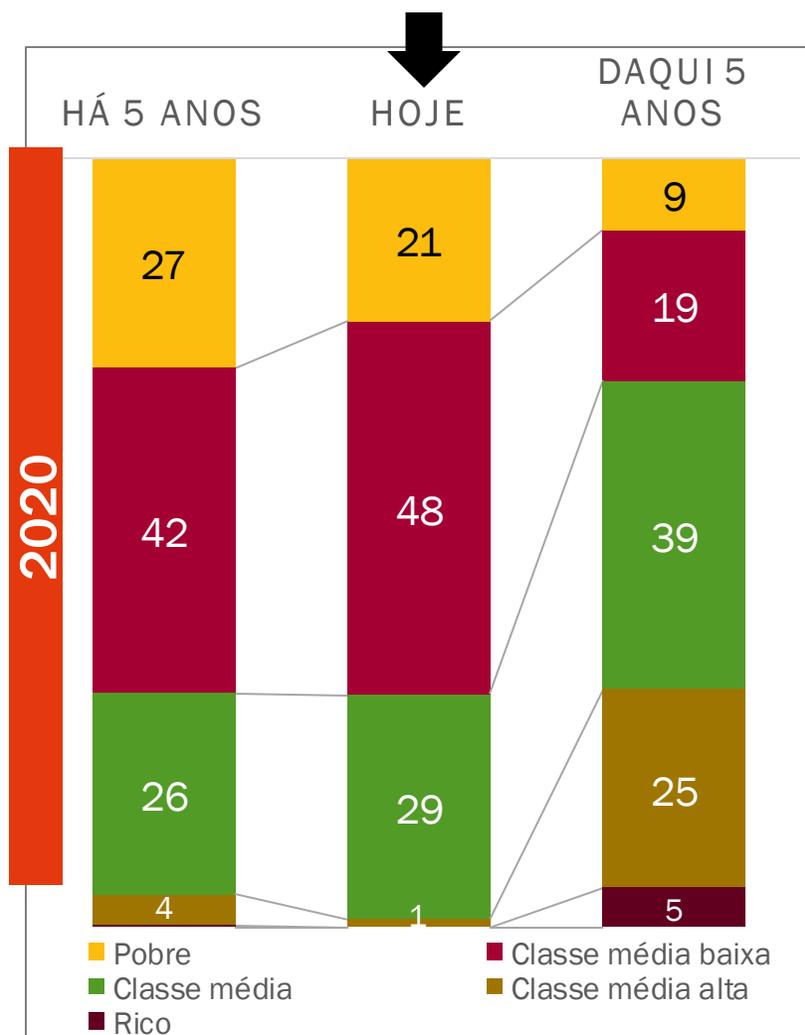
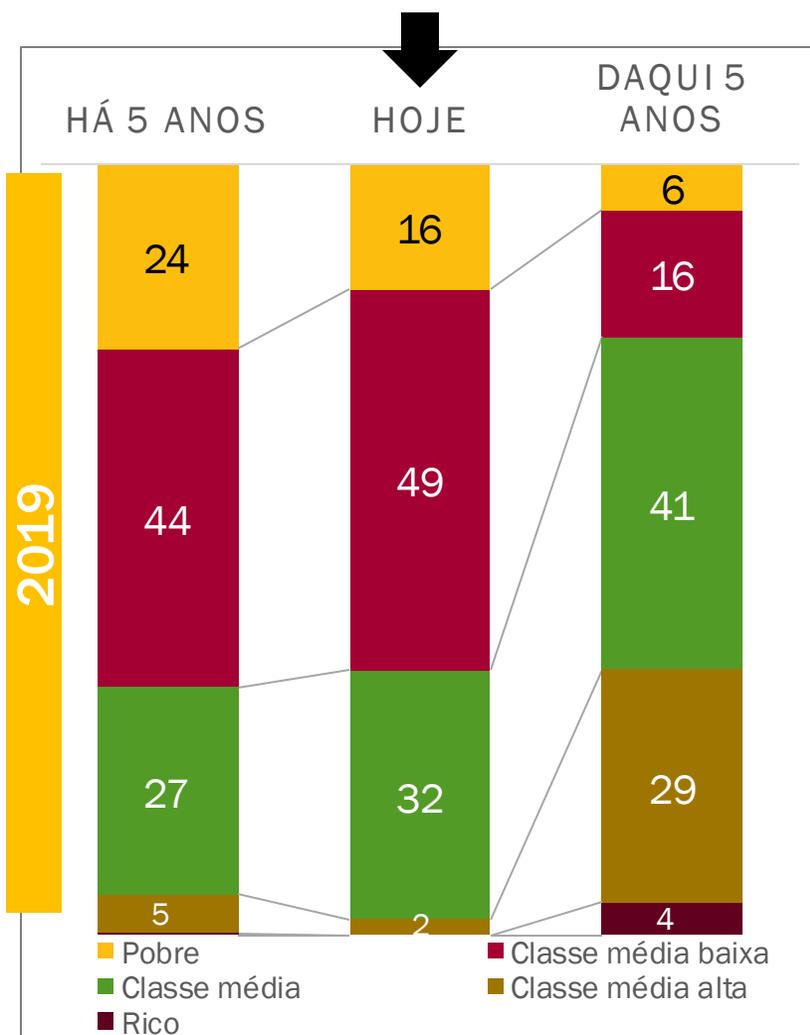
**classe
social**

**_presente, passado e futuro
_aspirações de classe**

CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimulada e única, em %

Parcela dos que acreditam ter deixado a pobreza cai de 8% para 3% entre 2019 e 2022

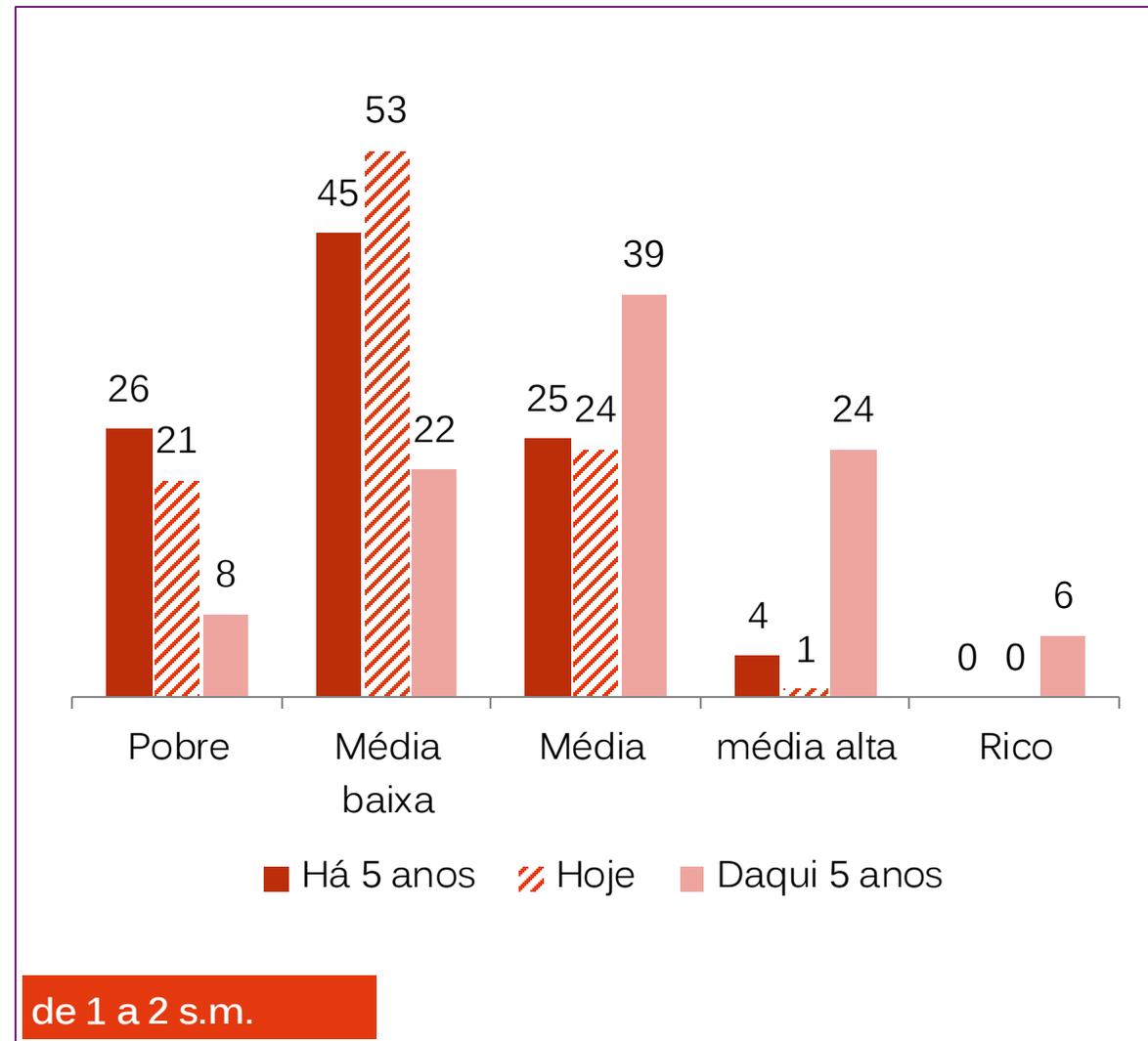
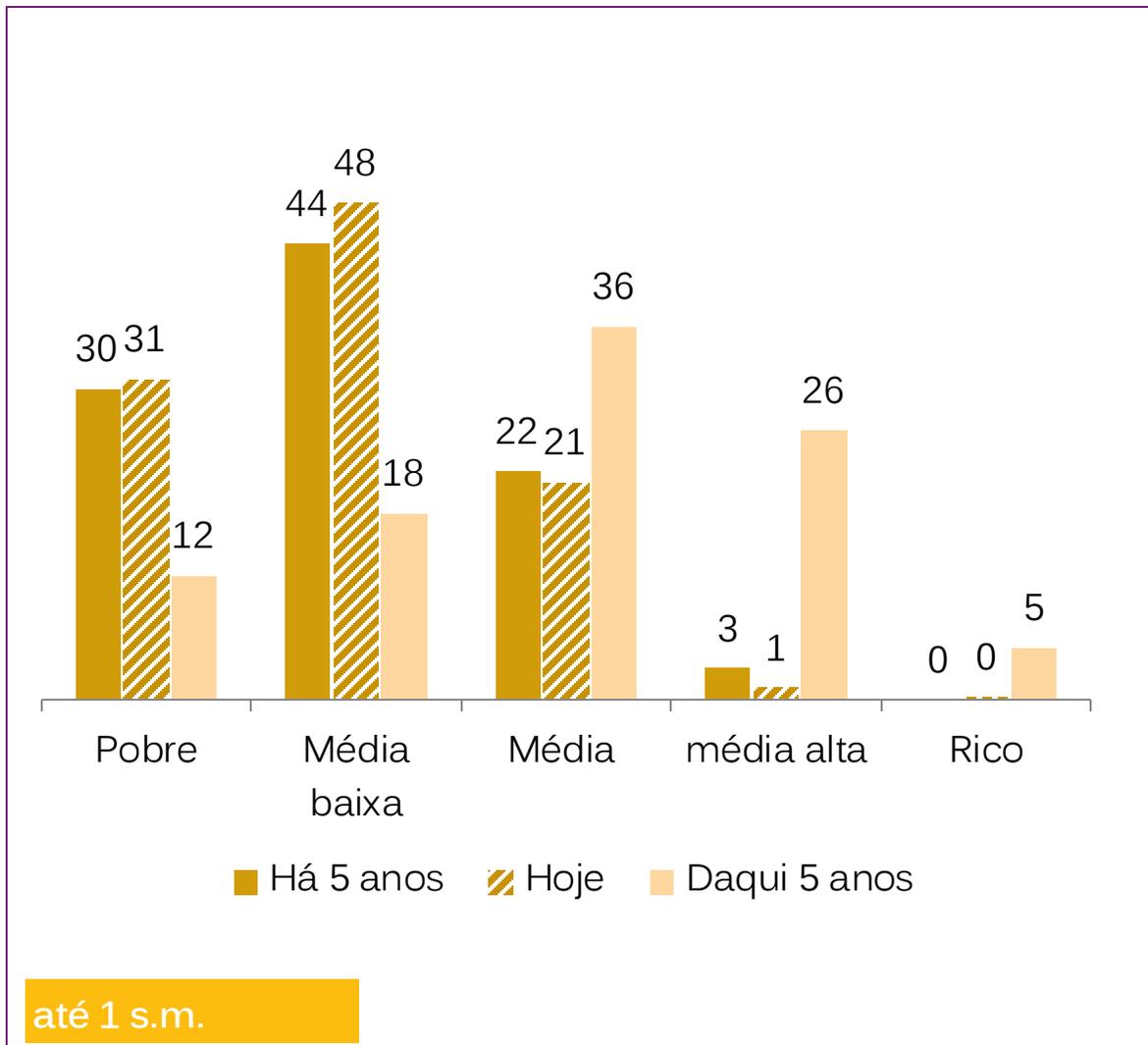


P.14 Considerando sua renda e padrão de vida, VOCÊ se considera em qual dos seguintes grupos?/P.15 E há 5 anos aproximadamente, VOCÊ estava em qual desses grupos?

/P.17 E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos? (Base: Total da amostra)

CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimada e única, em %

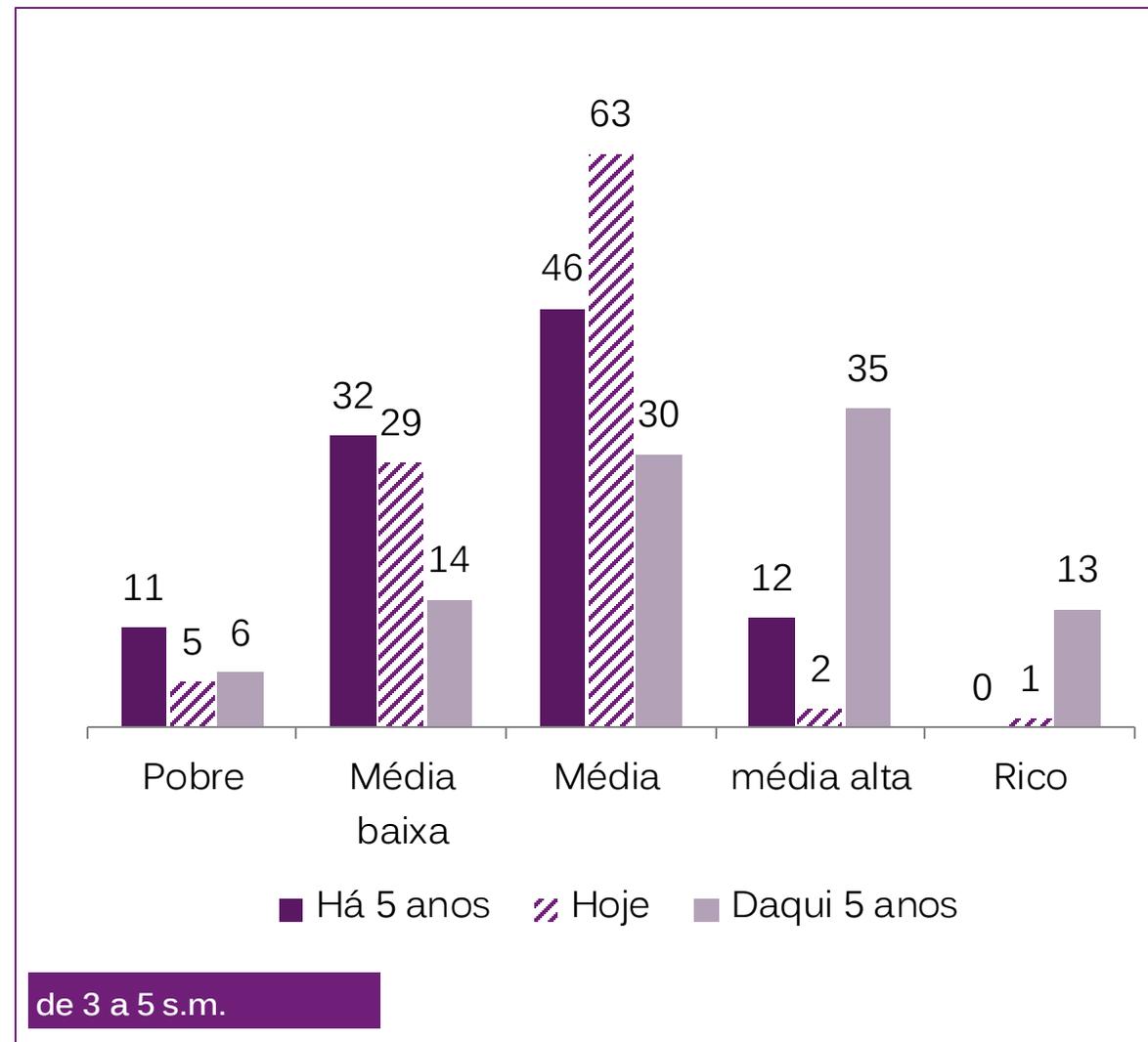
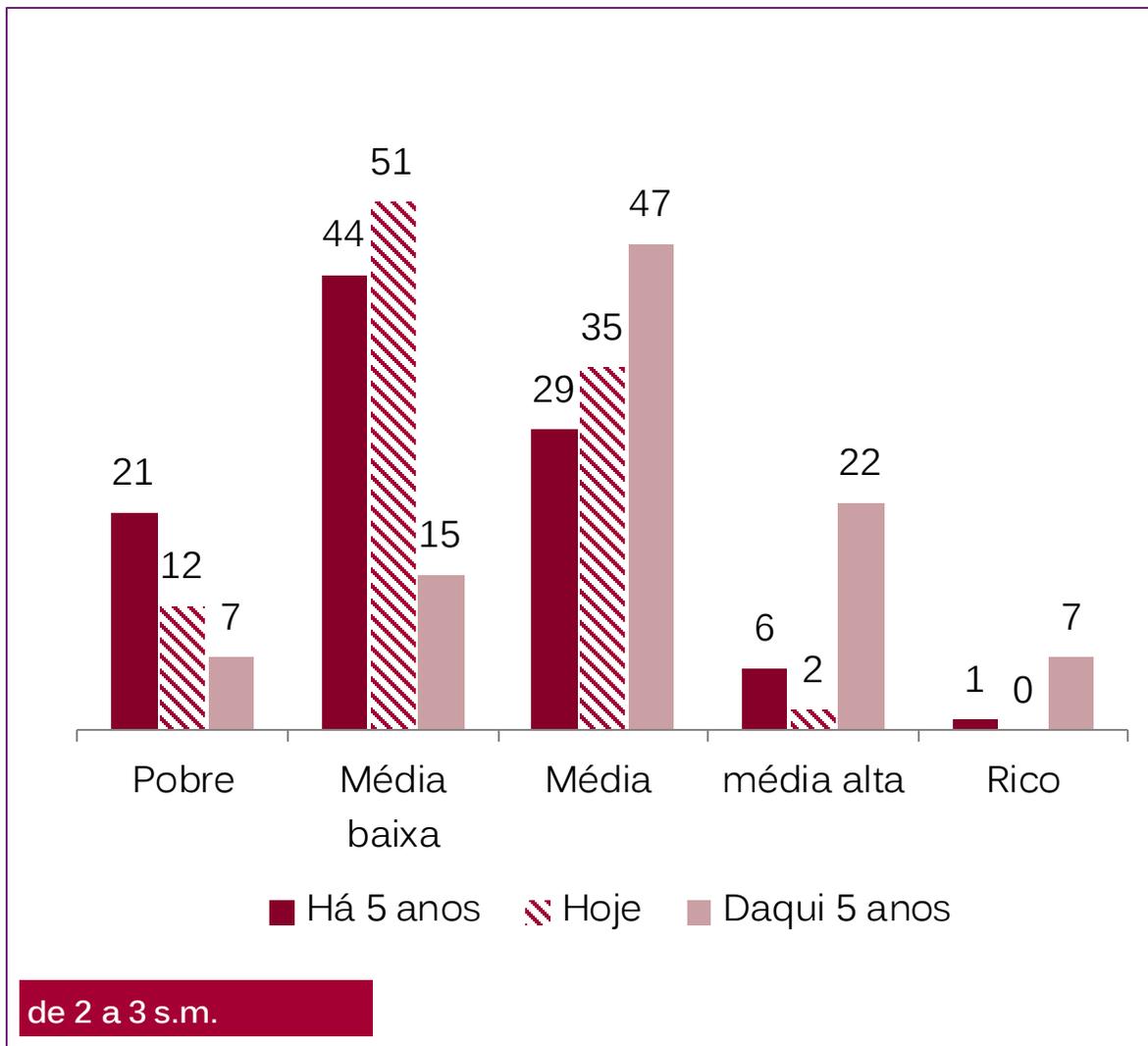


P.14 Considerando sua renda e padrão de vida, VOCÊ se considera em qual dos seguintes grupos?/P.15 E há 5 anos aproximadamente, VOCÊ estava em qual desses grupos?

/P.17 E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos? (Base: Total da amostra)

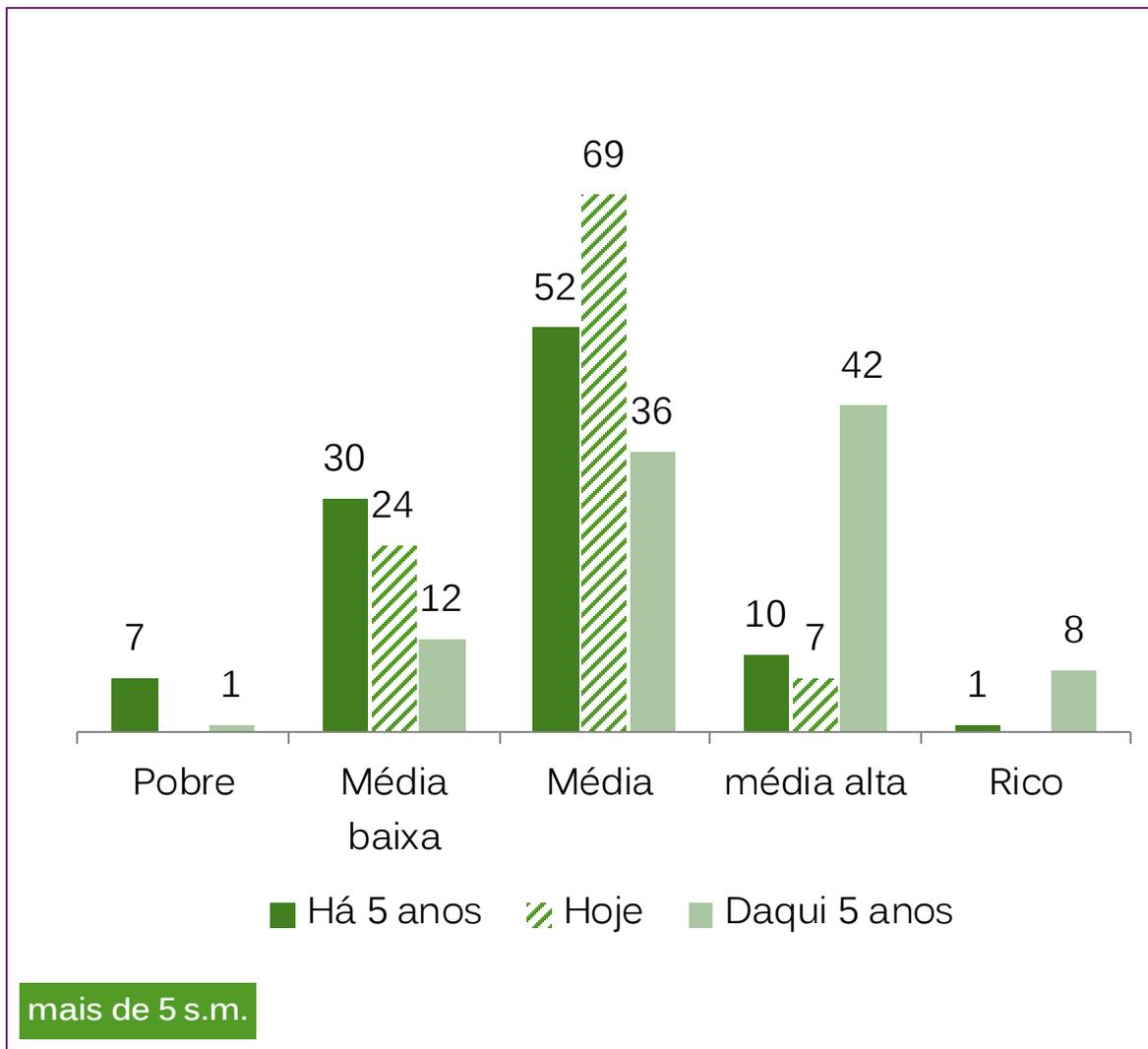
CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimada e única, em %



CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

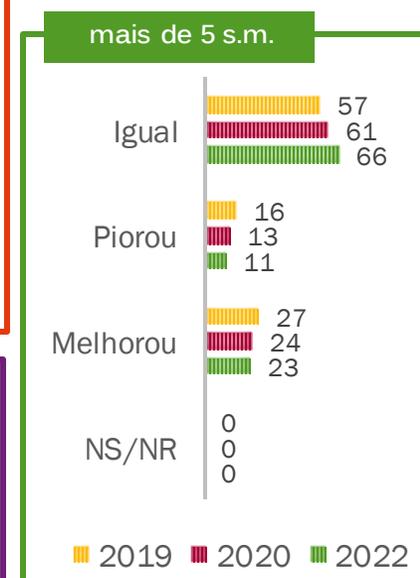
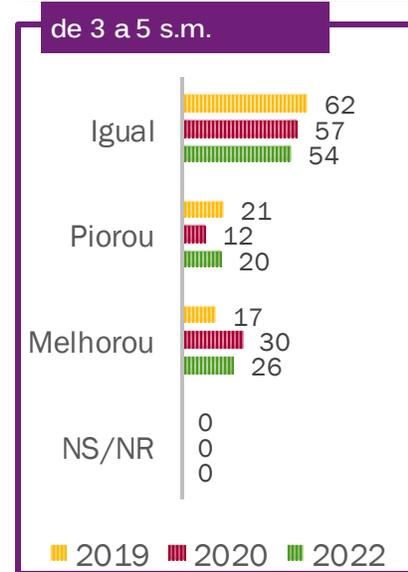
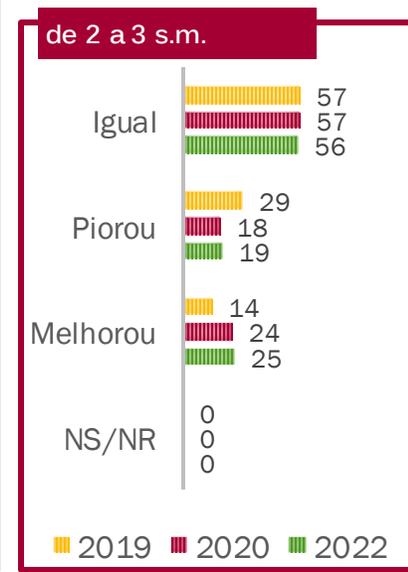
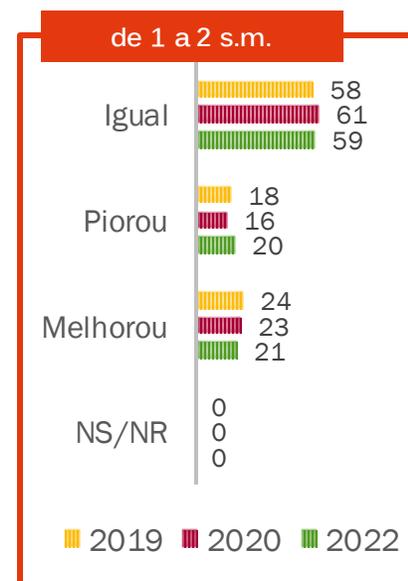
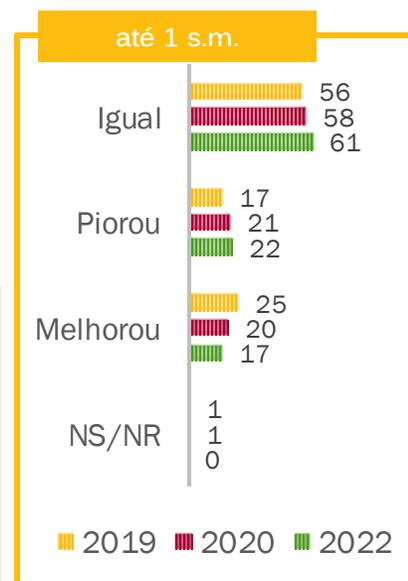
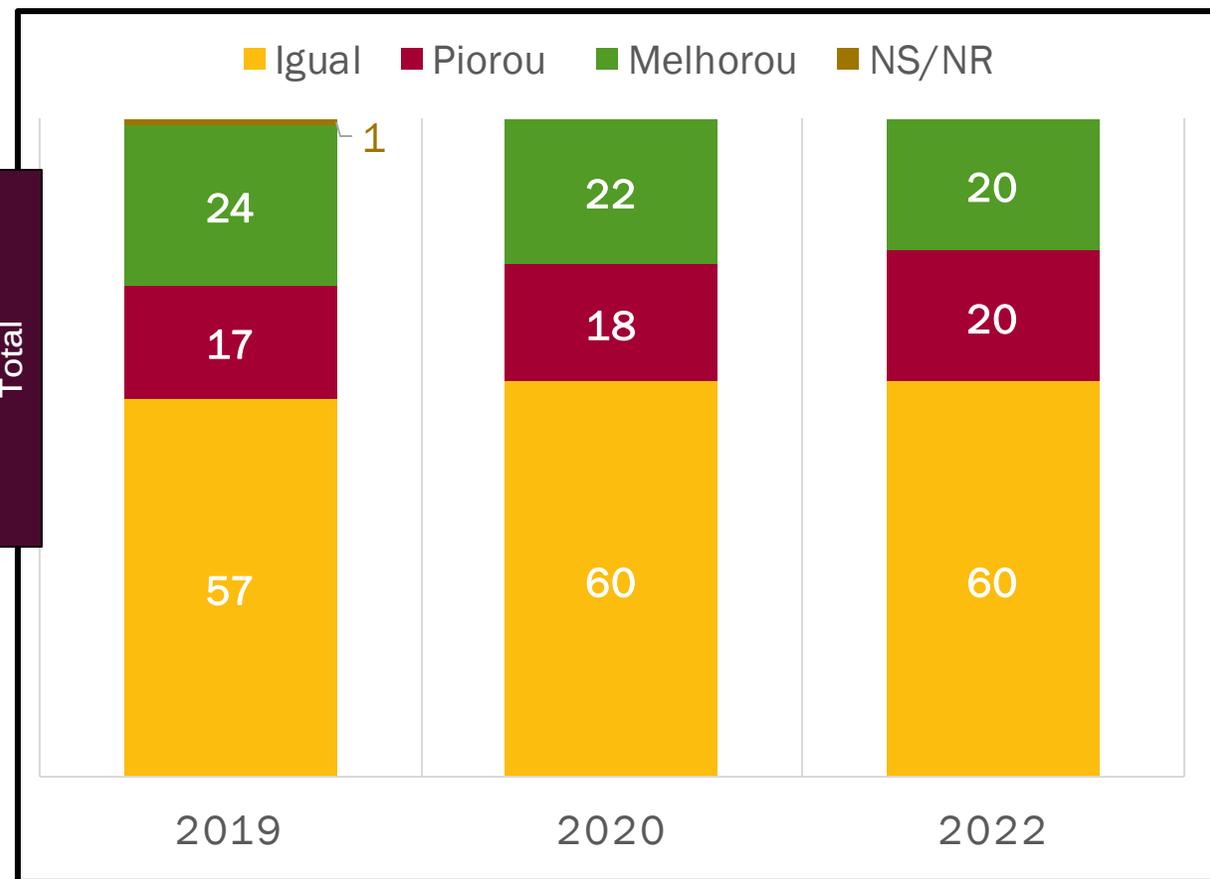
Estimulada e única, em %



CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

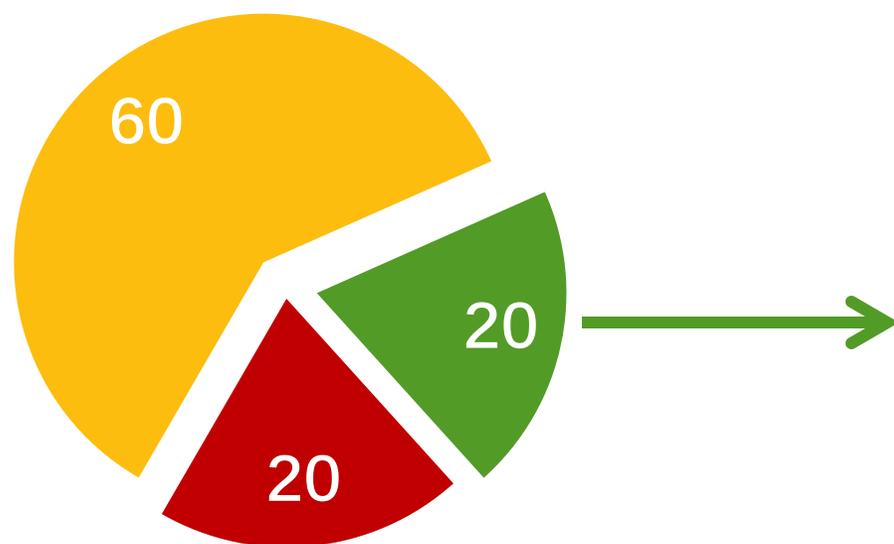
Um quinto (20%) dos brasileiros avaliar ter “caído” de classe



CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

Metade dos que melhoraram na auto percepção de classe atribuem salto a **oportunidades de trabalho/experiência profissional**



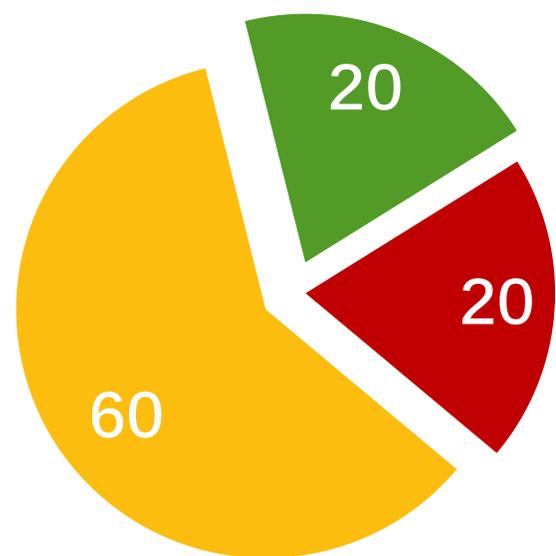
■ Igual ■ Melhorou ■ Piorou ■ NS/NR



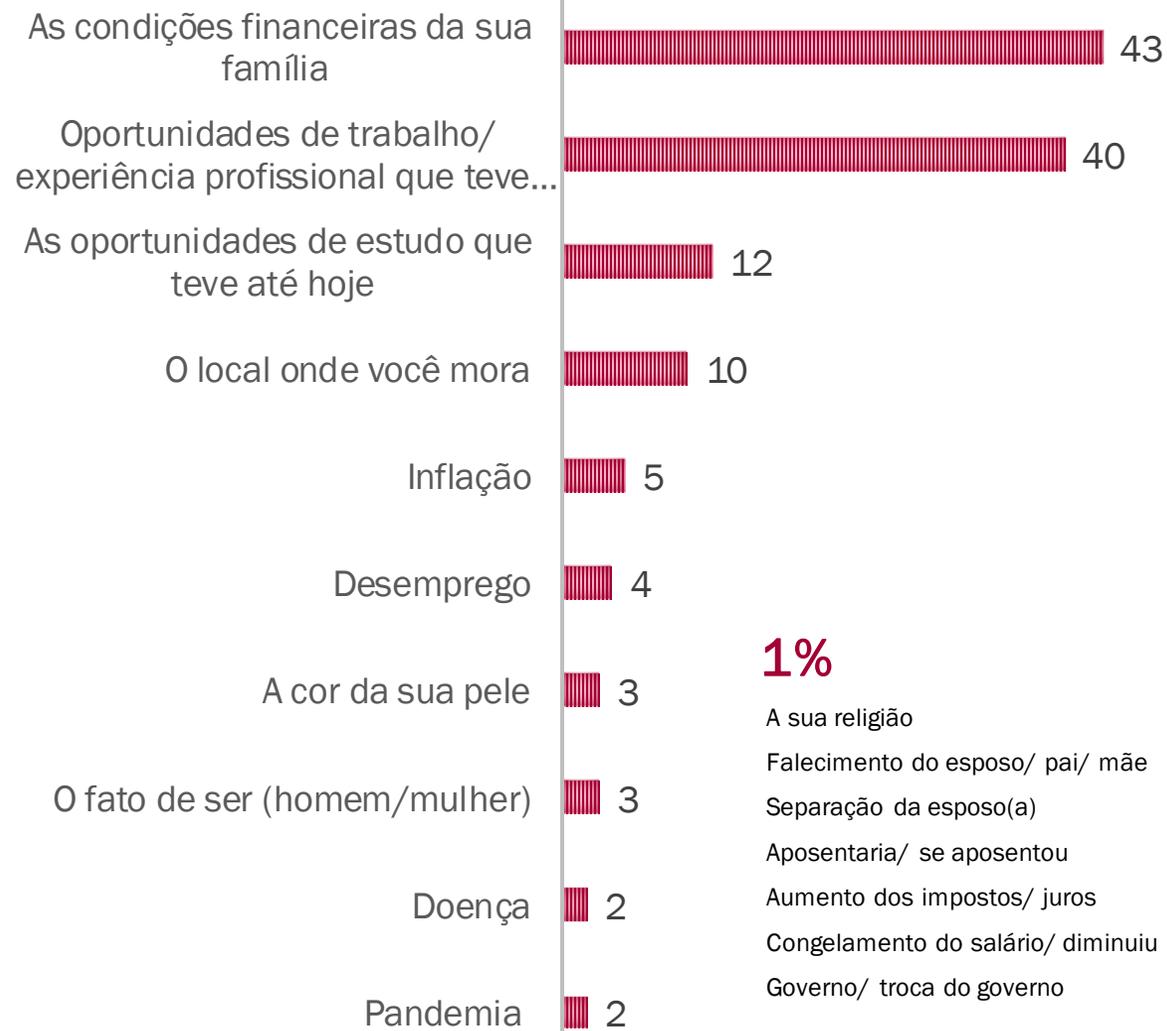
CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

Condição financeira da família e oportunidades de trabalho/experiência profissional impulsionaram percepção de queda na classe social



■ Igual ■ Melhorou ■ Piorou ■ NS/NR



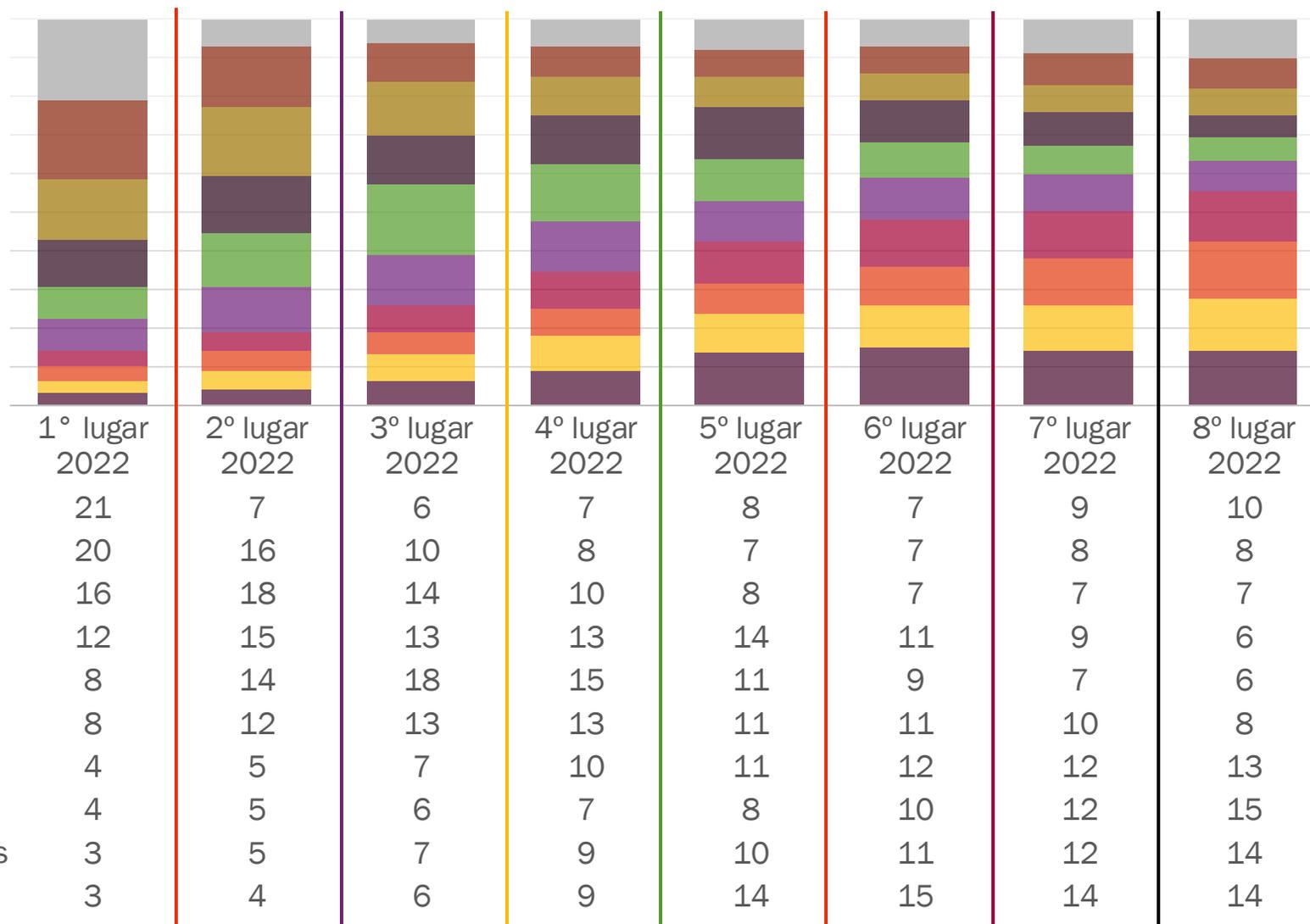
1%

- A sua religião
- Falecimento do esposo/ pai/ mãe
- Separação da esposa(a)
- Aposentaria/ se aposentou
- Aumento dos impostos/ juros
- Congelamento do salário/ diminuiu
- Governo/ troca do governo

O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

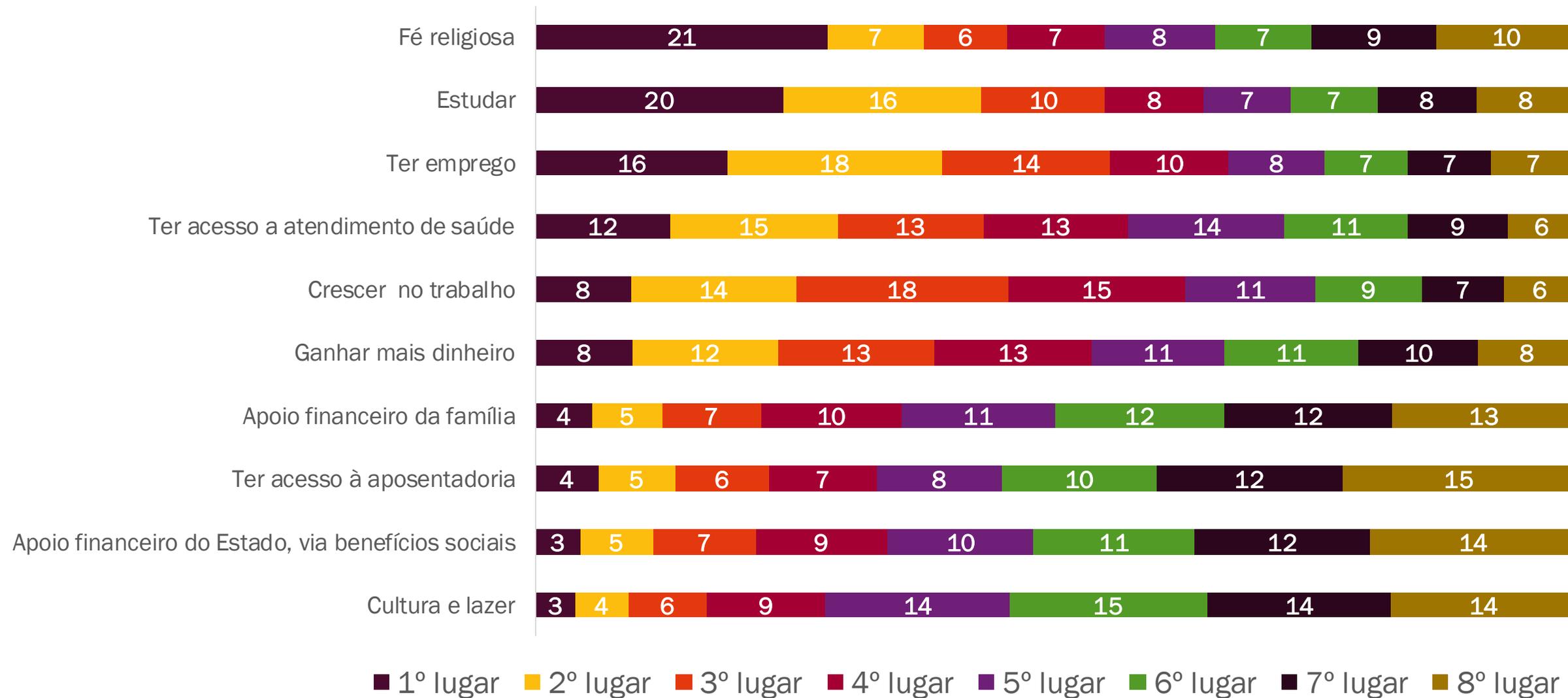
Estimulada e única, em %

Fé religiosa e estudar são aspectos mais importantes para melhorar de vida daqui para frente



O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

Estimulada e única, em %

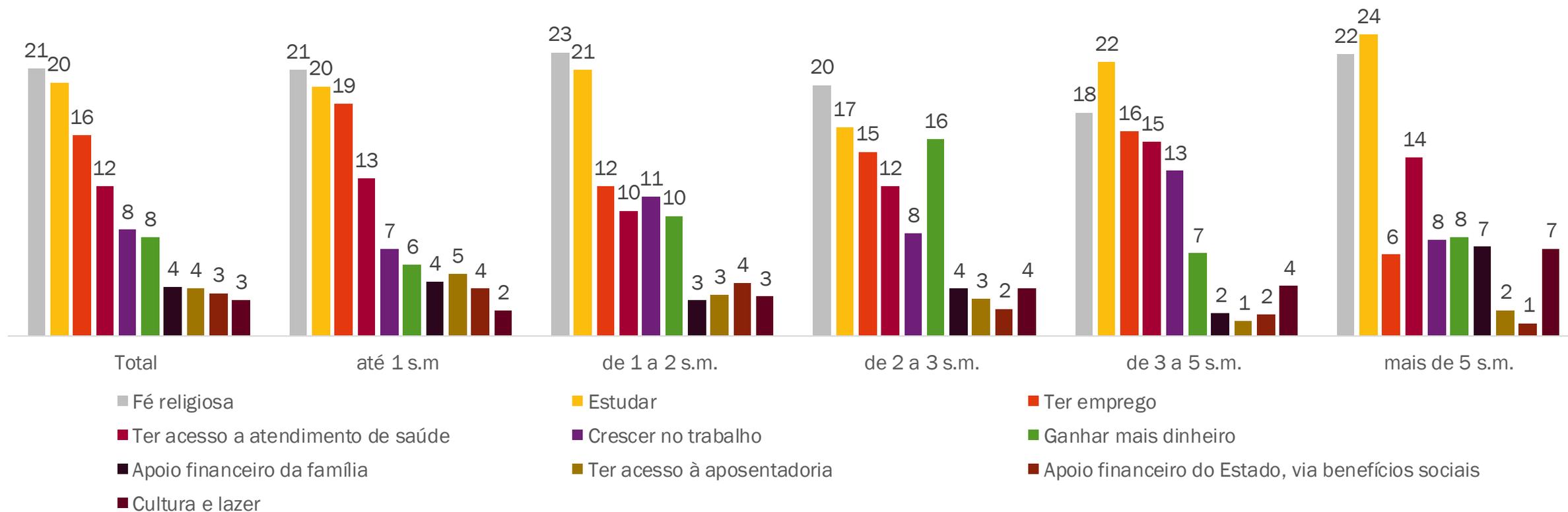


O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

Estimulada e única, em %

1º

Fé religiosa se destaca em todos os segmentos de renda; entre os mais ricos empata com estudo



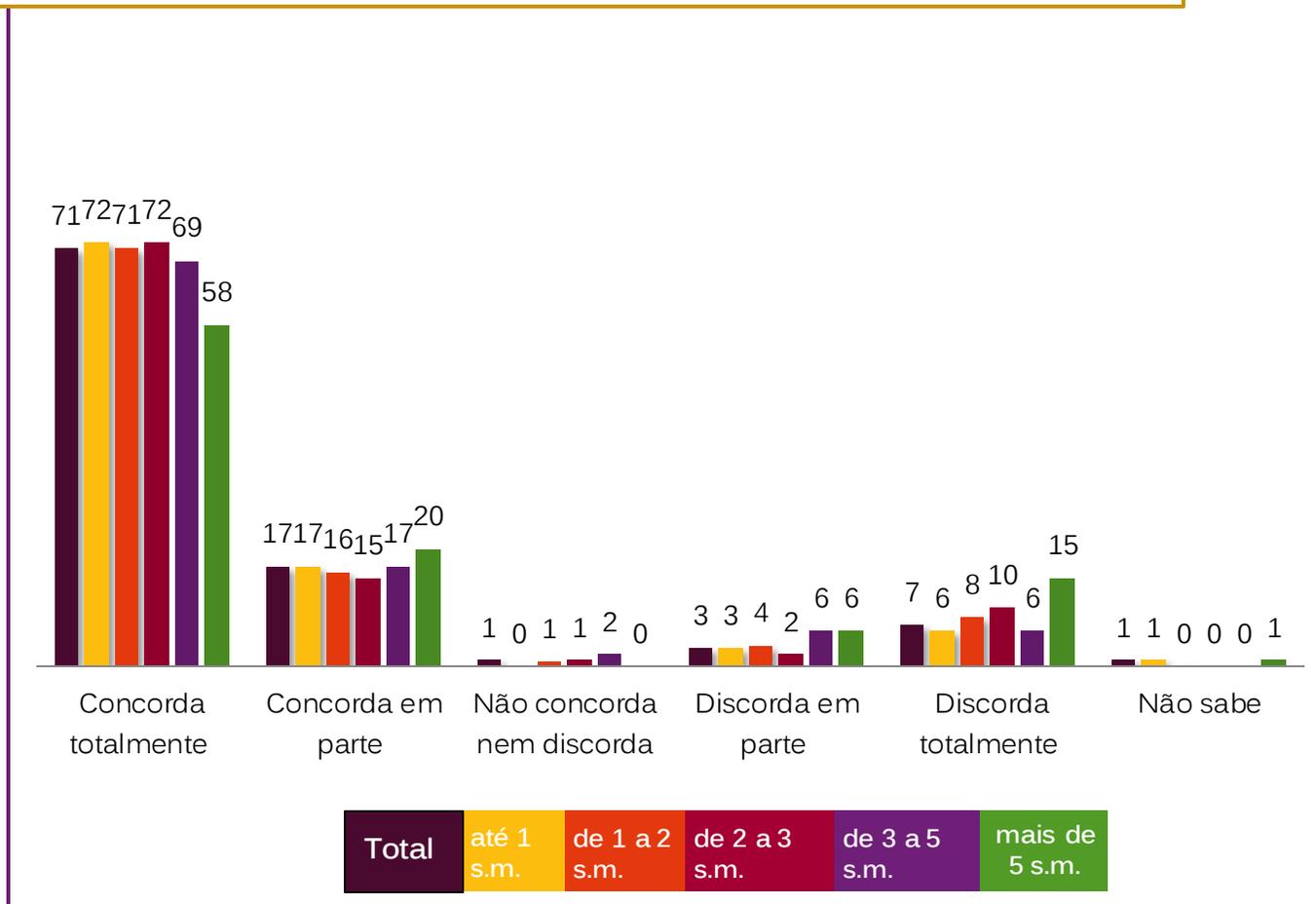
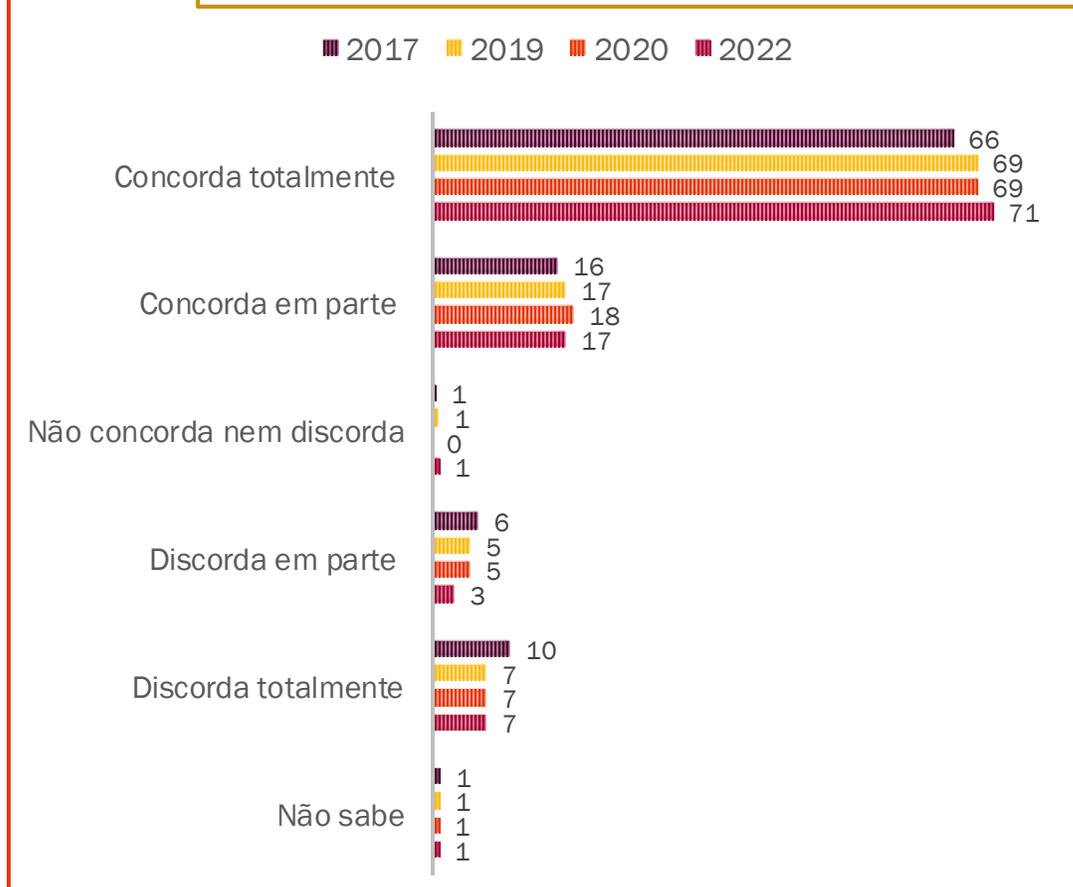


desigualdades

_questões sobre cotidiano e desigualdade

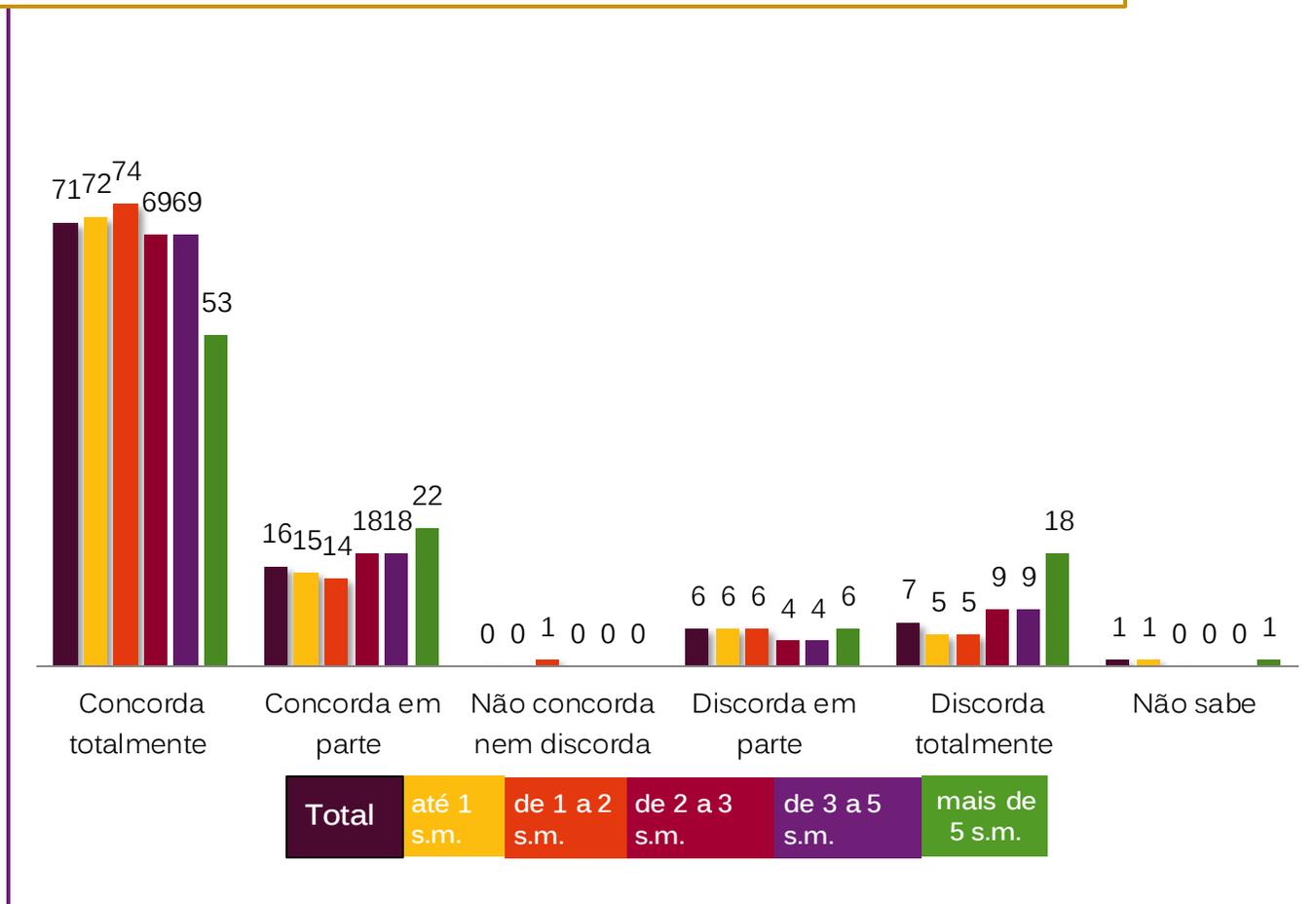
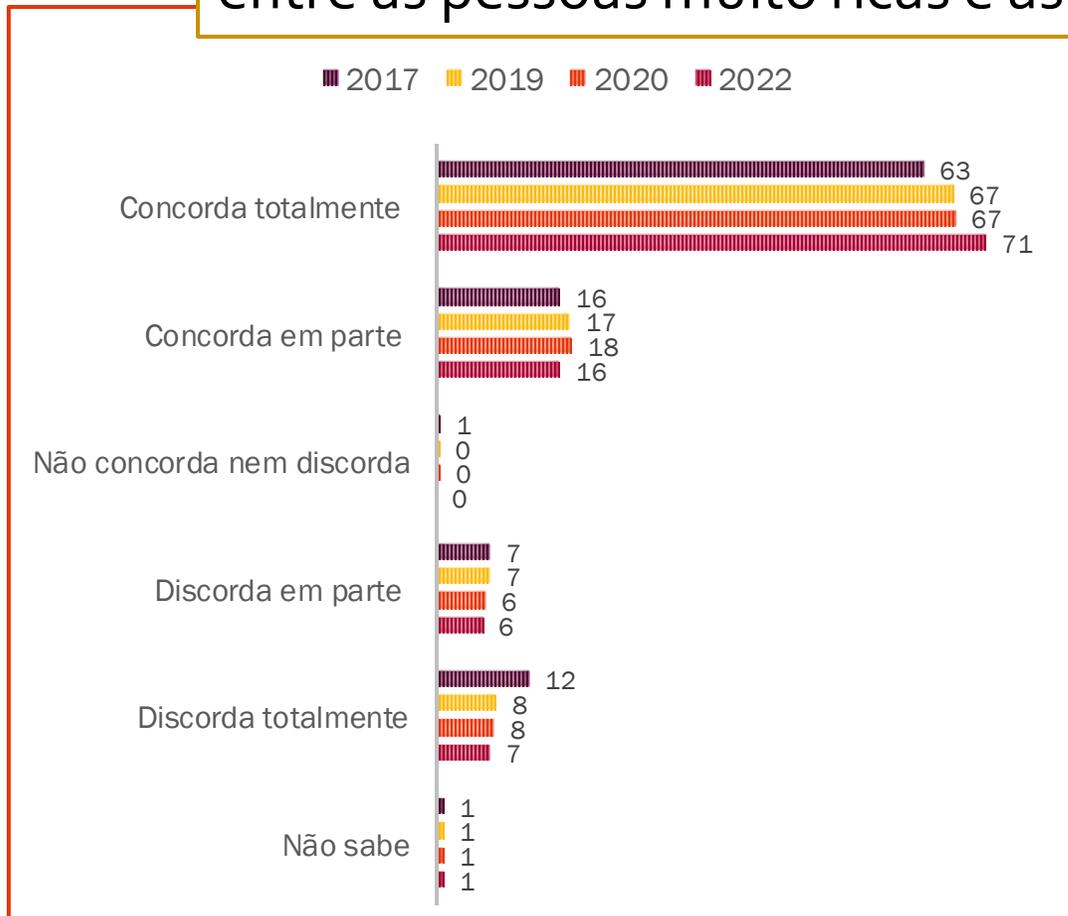
Estimulada e única, em %

O governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons



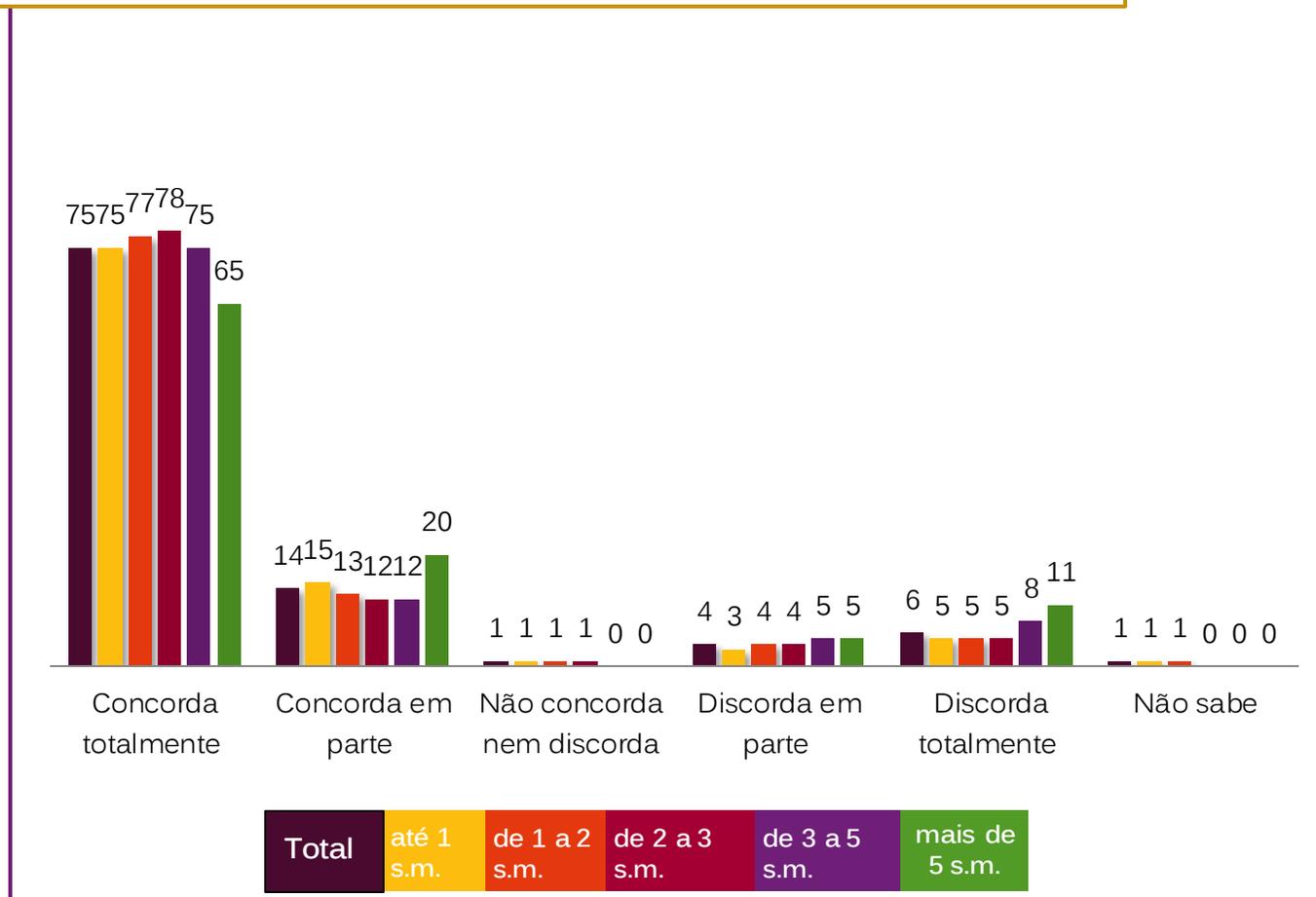
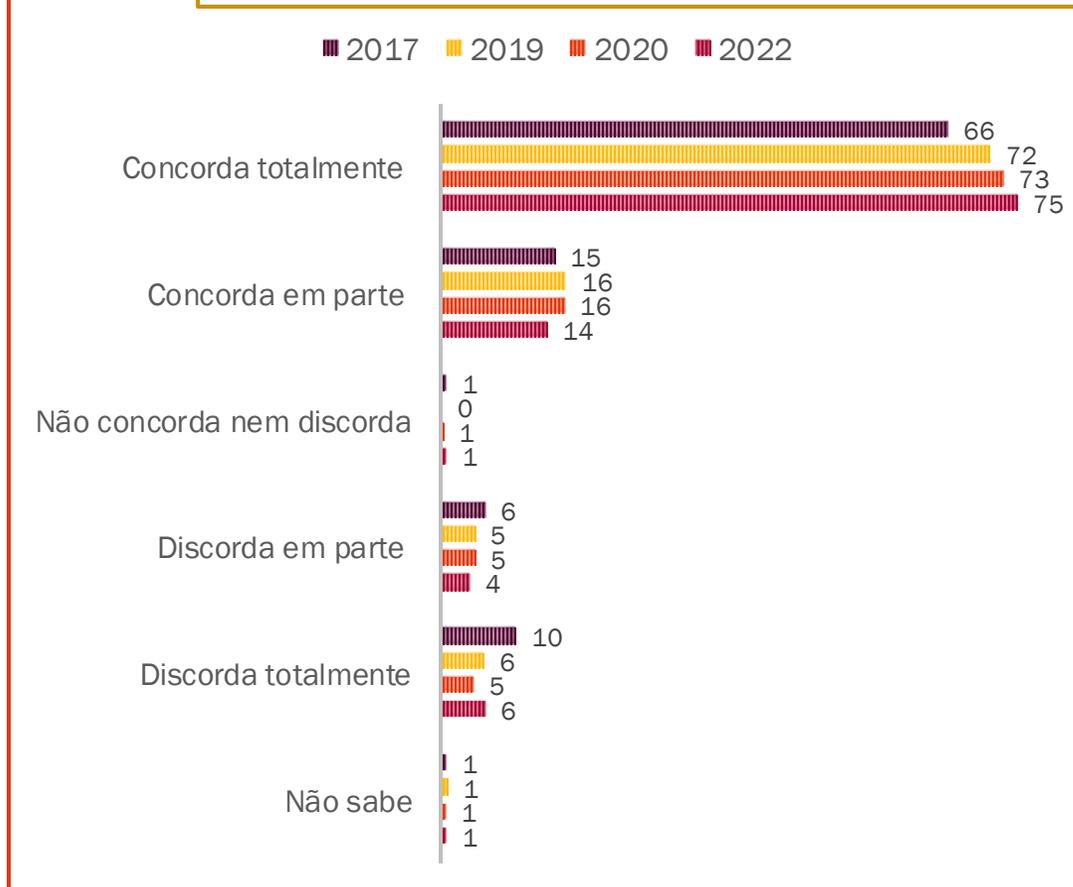
Estimulada e única, em %

Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres



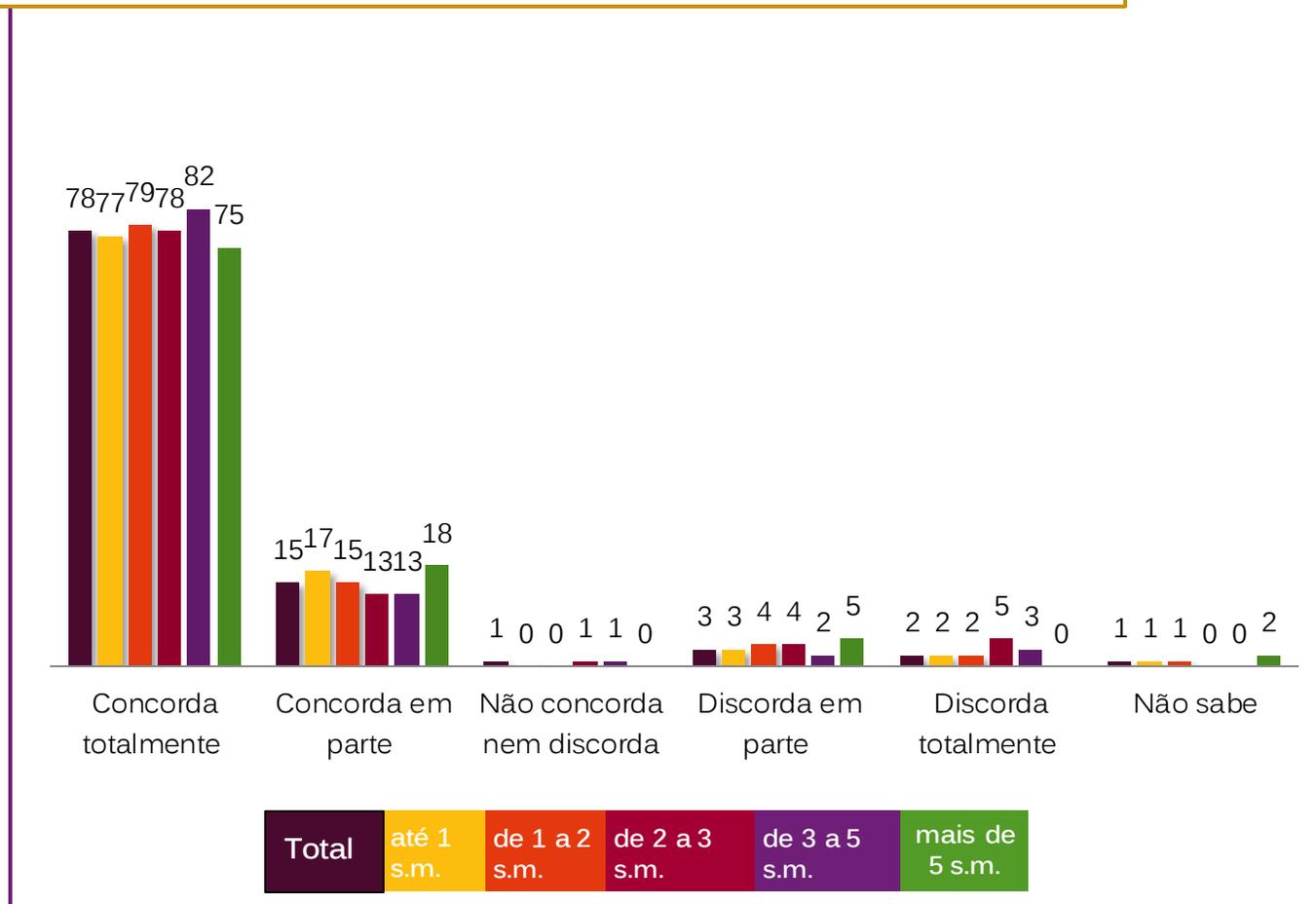
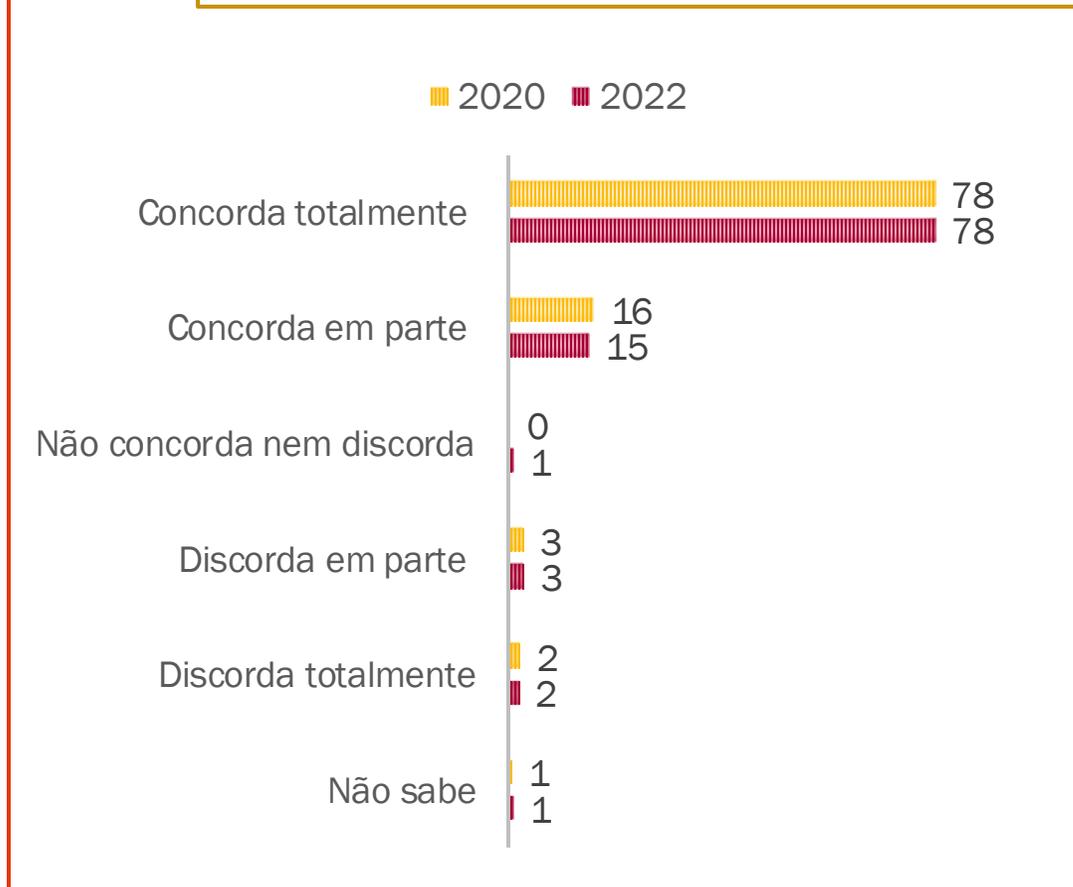
Estimulada e única, em %

O governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país



Estimulada e única, em %

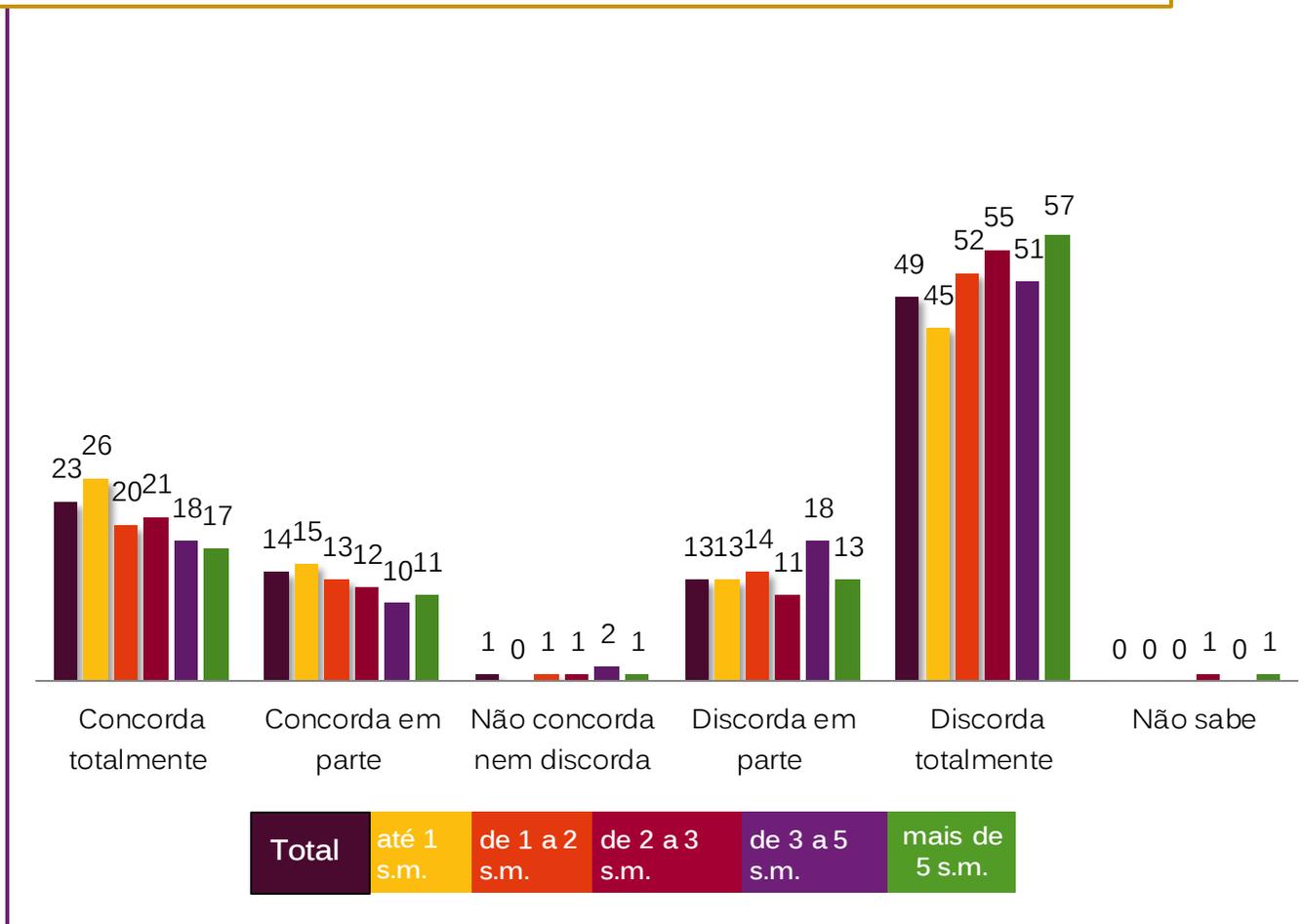
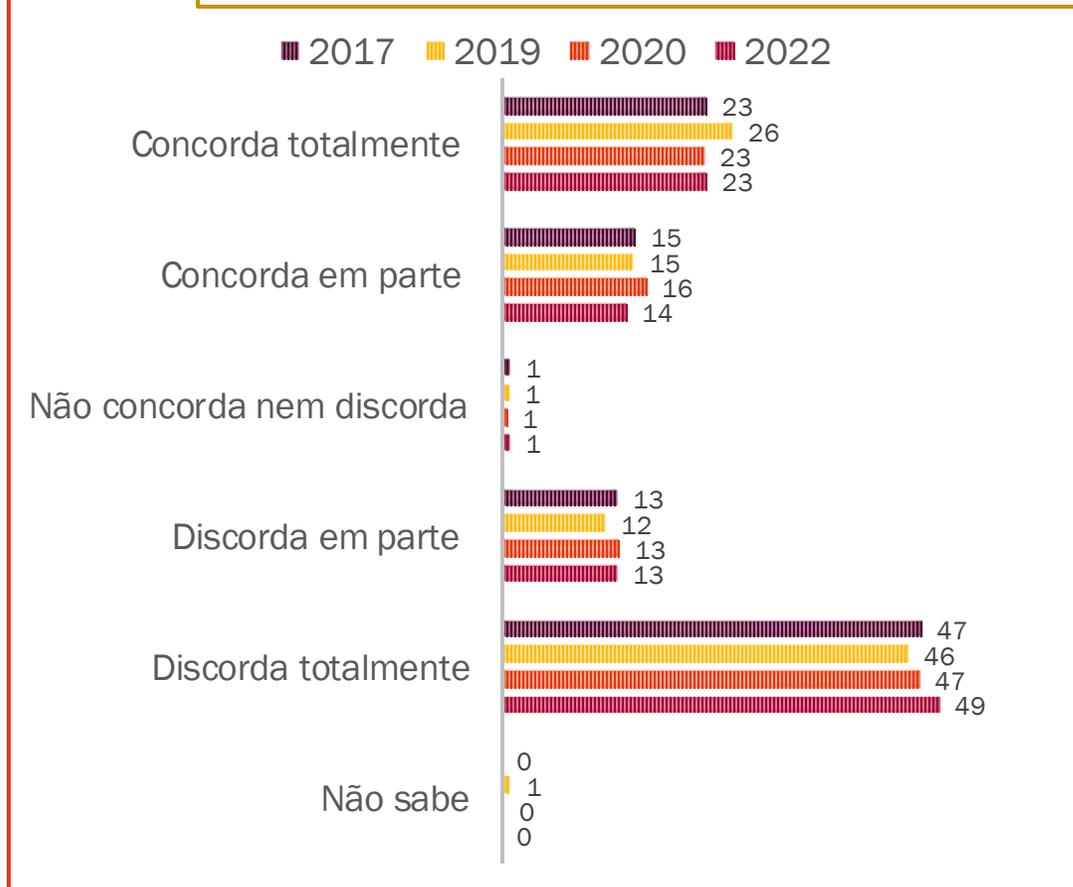
Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos fornecer serviços públicos de qualidade mesmo em contexto de crise fiscal e econômica



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

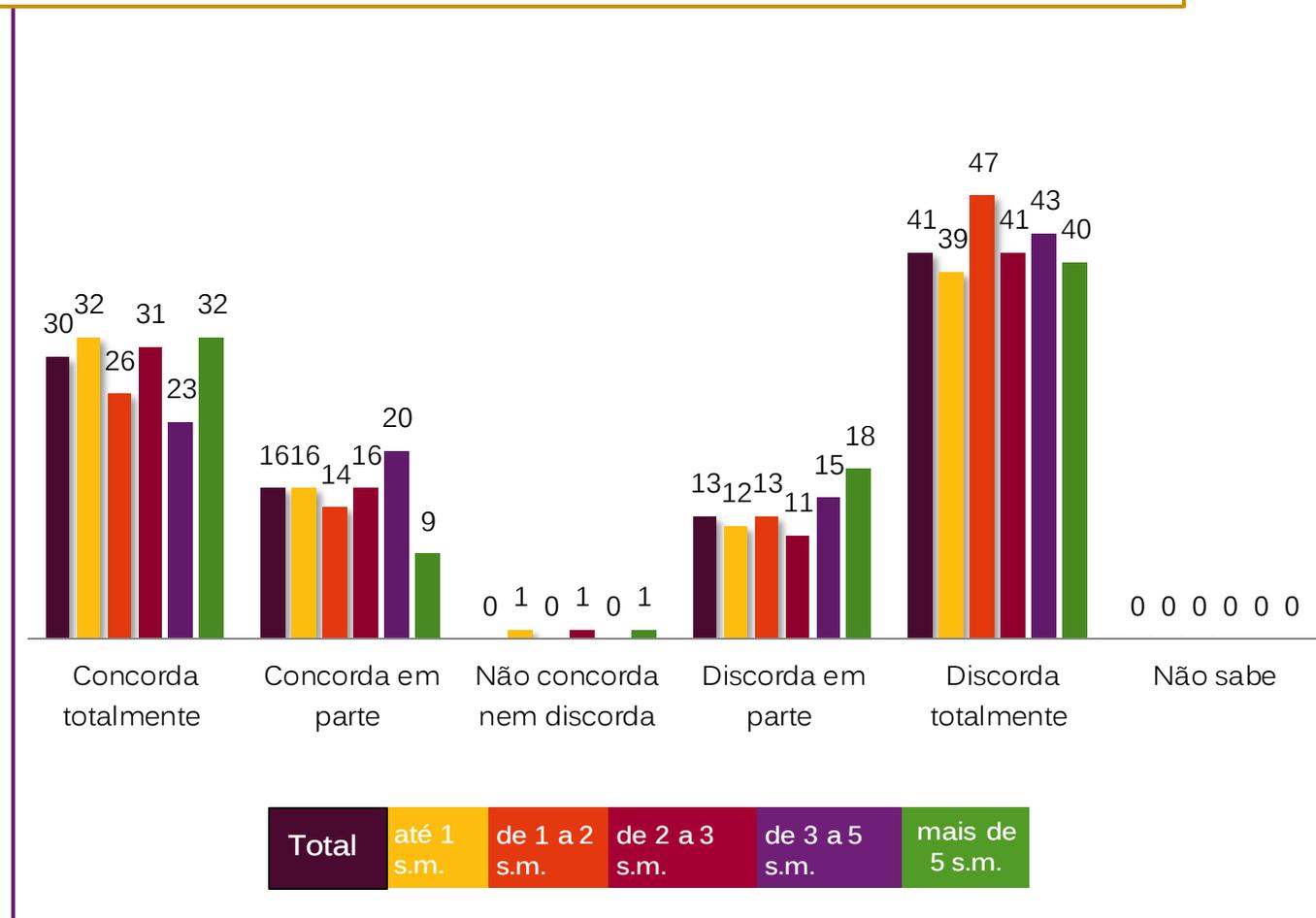
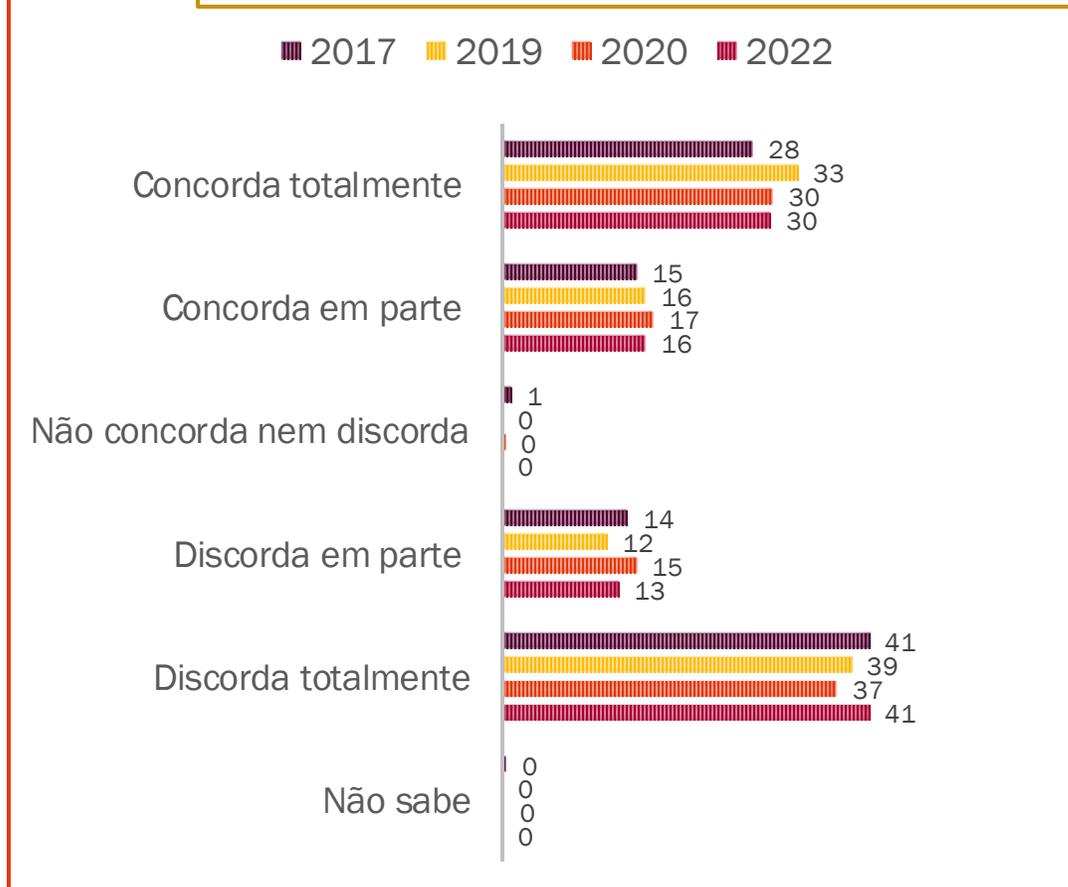
No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma pessoa nascida rica e que trabalha muito



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

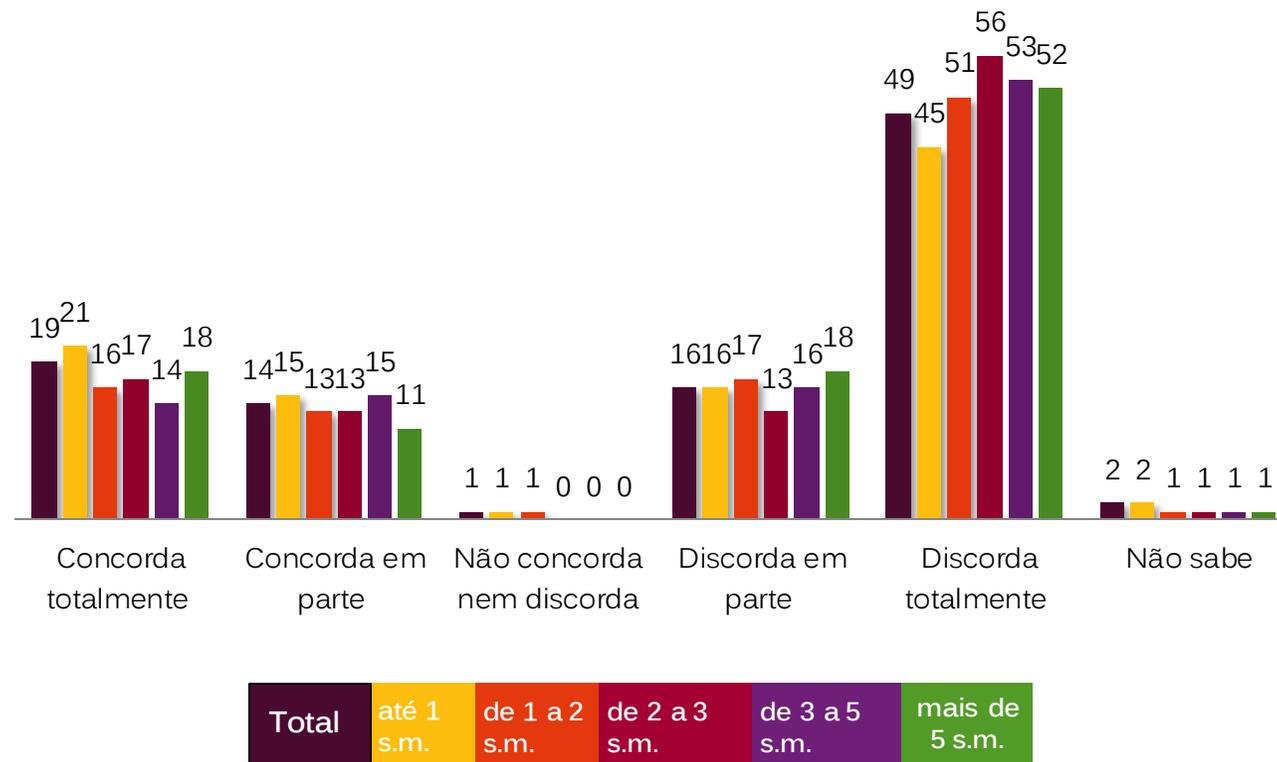
No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma criança nascida em uma família rica



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil



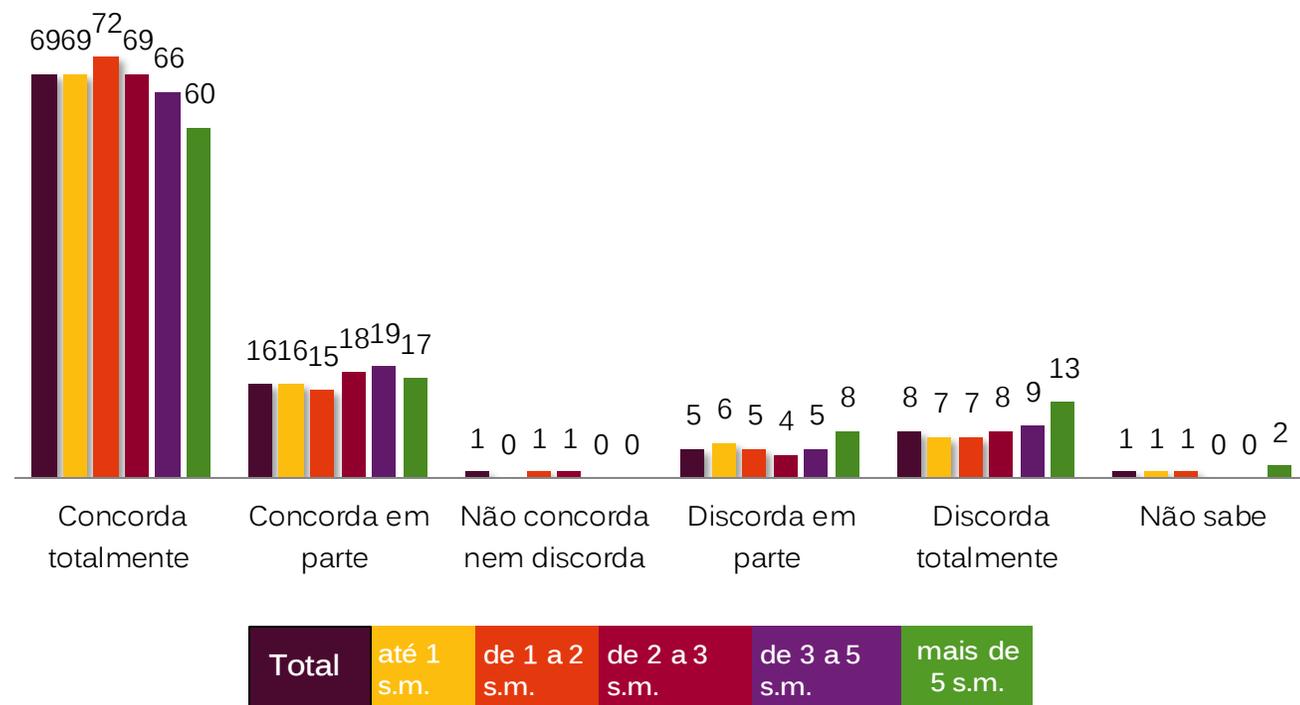
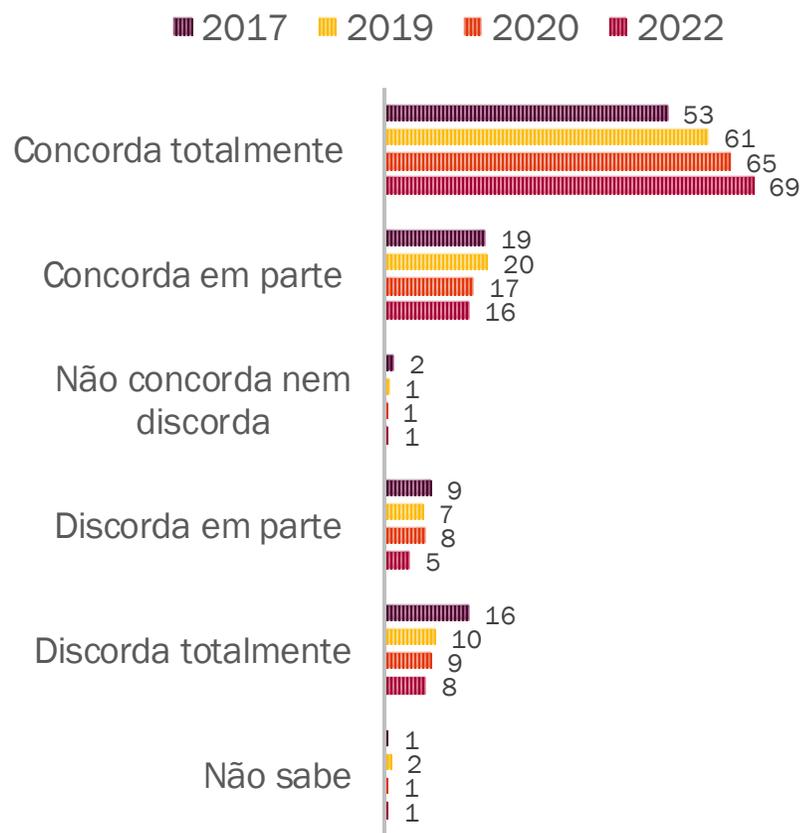
P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda?

(Base: Total da amostra.)

OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

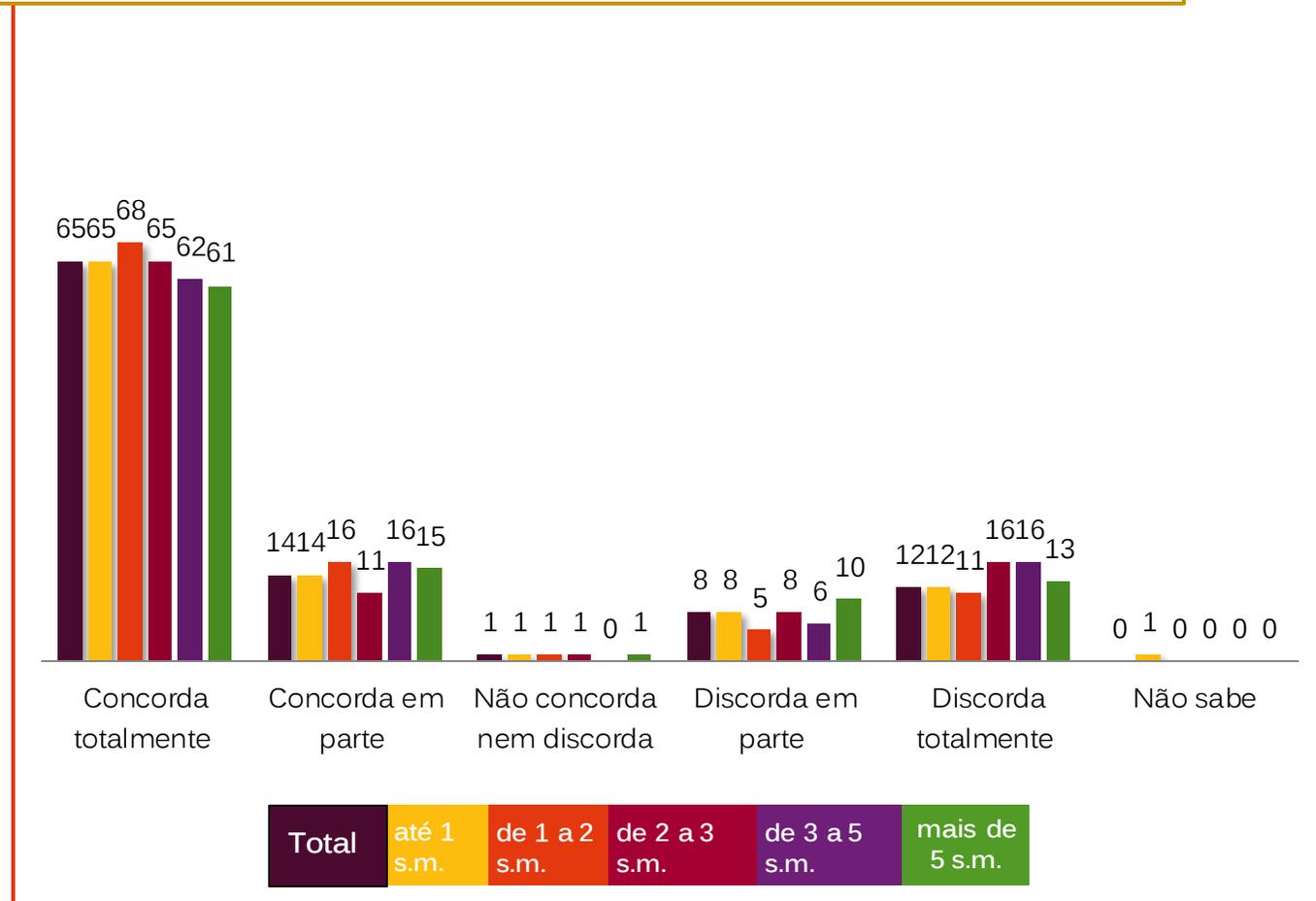
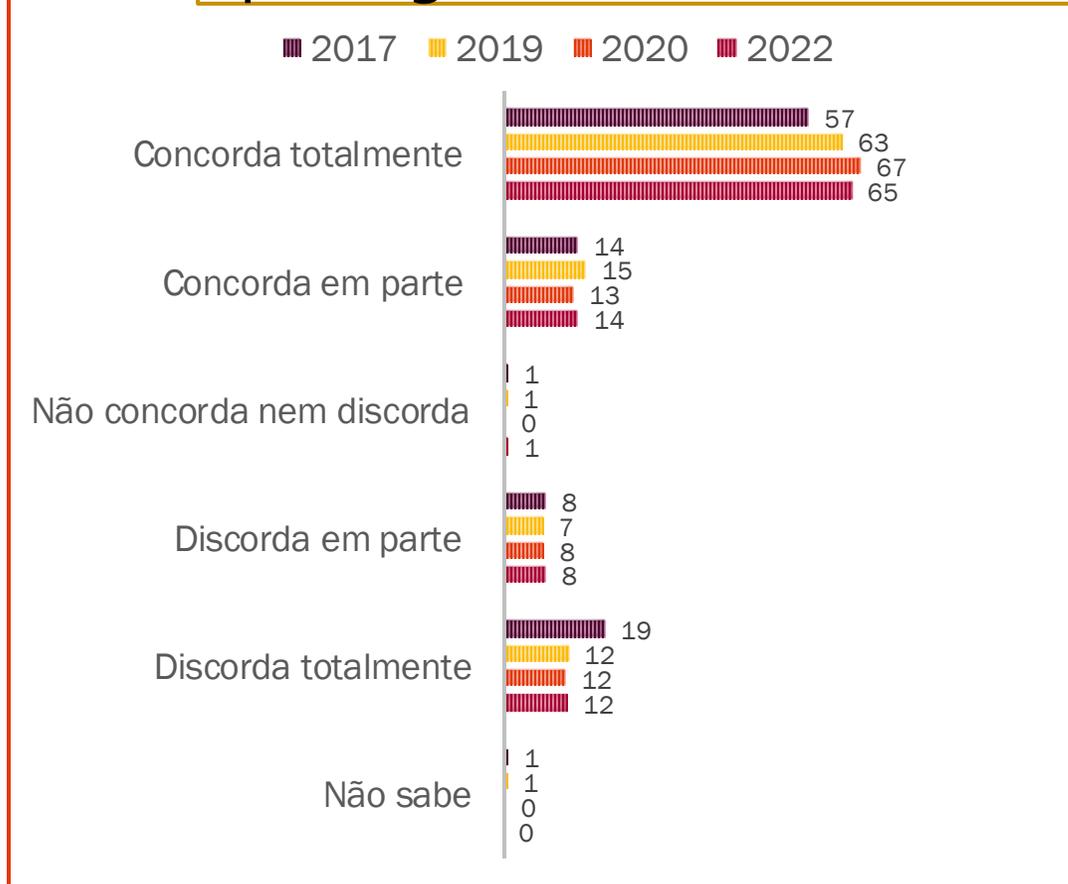
Estimulada e única, em %

O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a maioria da população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos



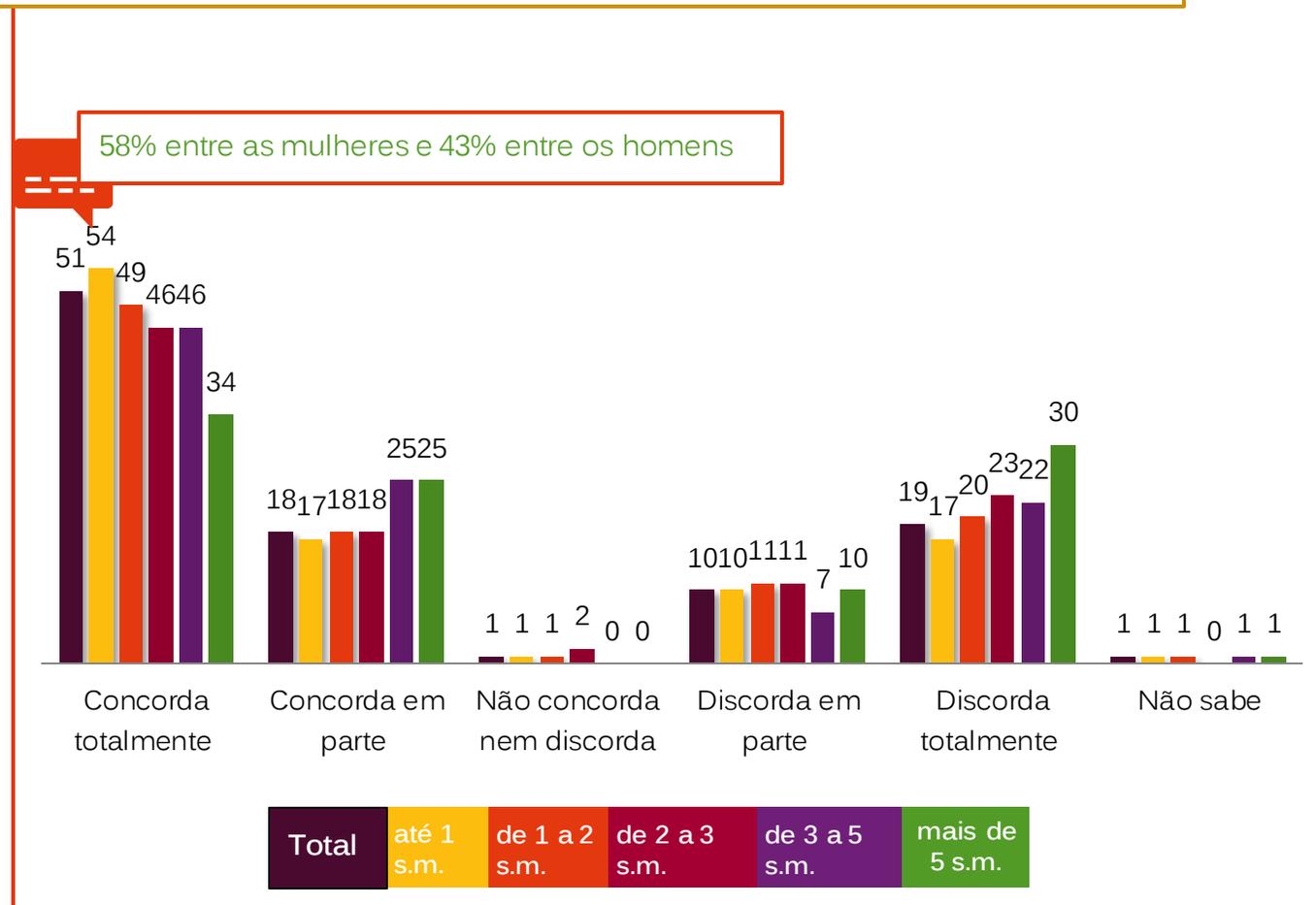
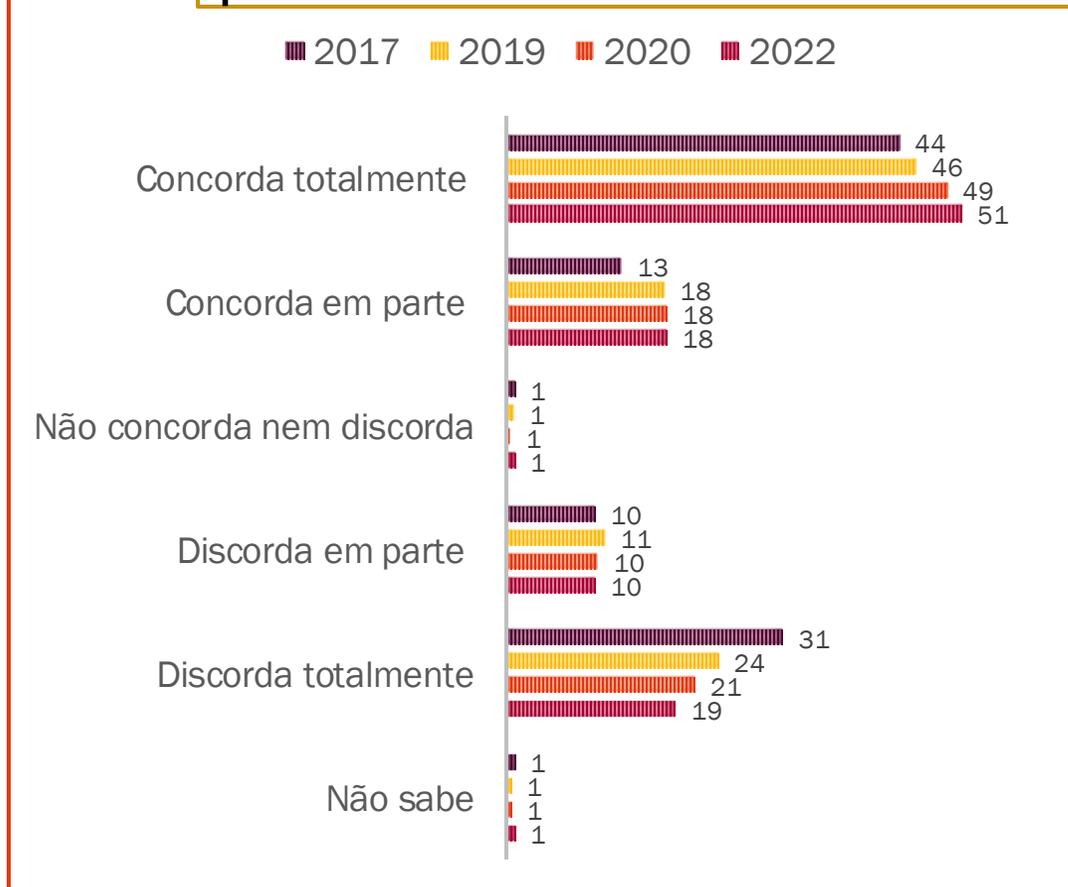
Estimulada e única, em %

Quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos



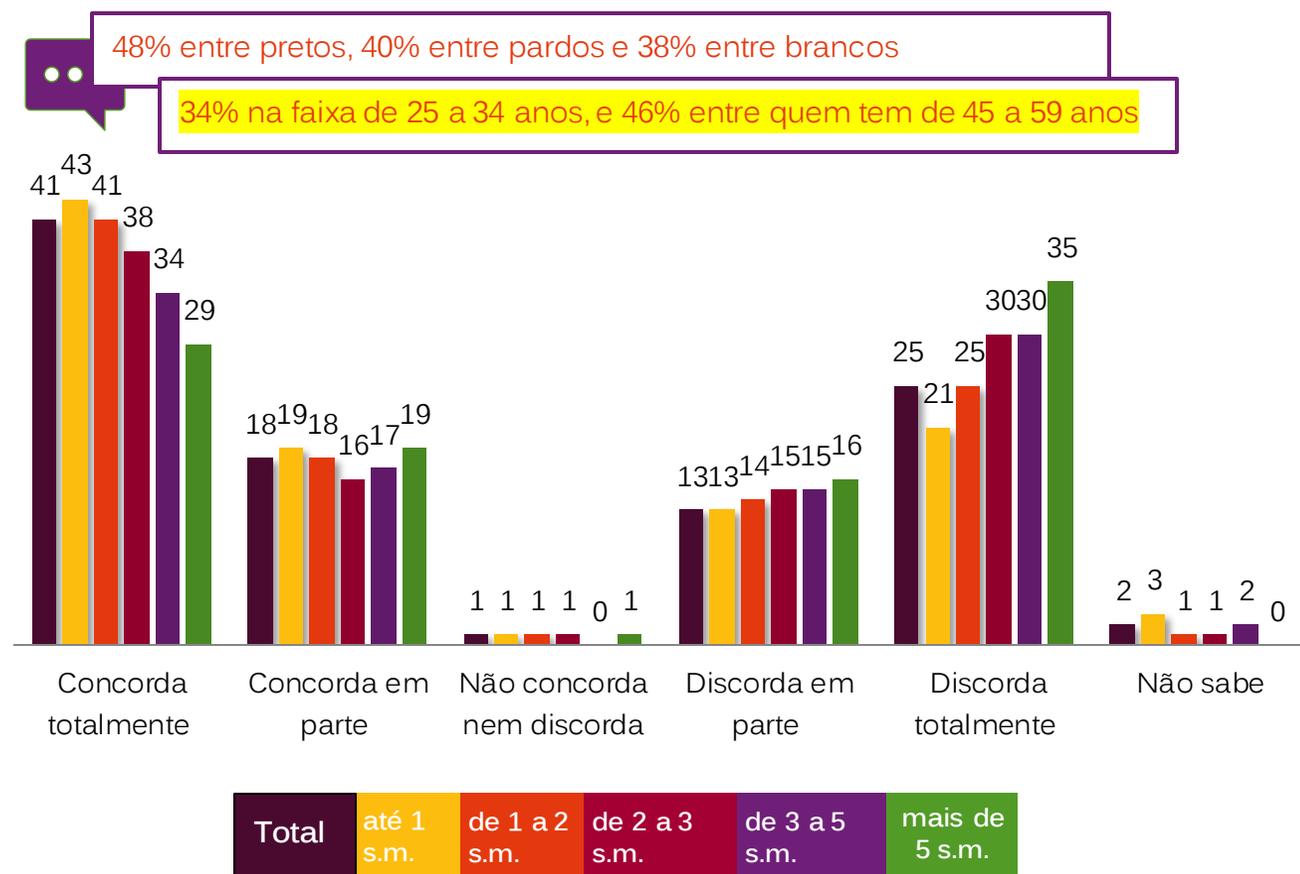
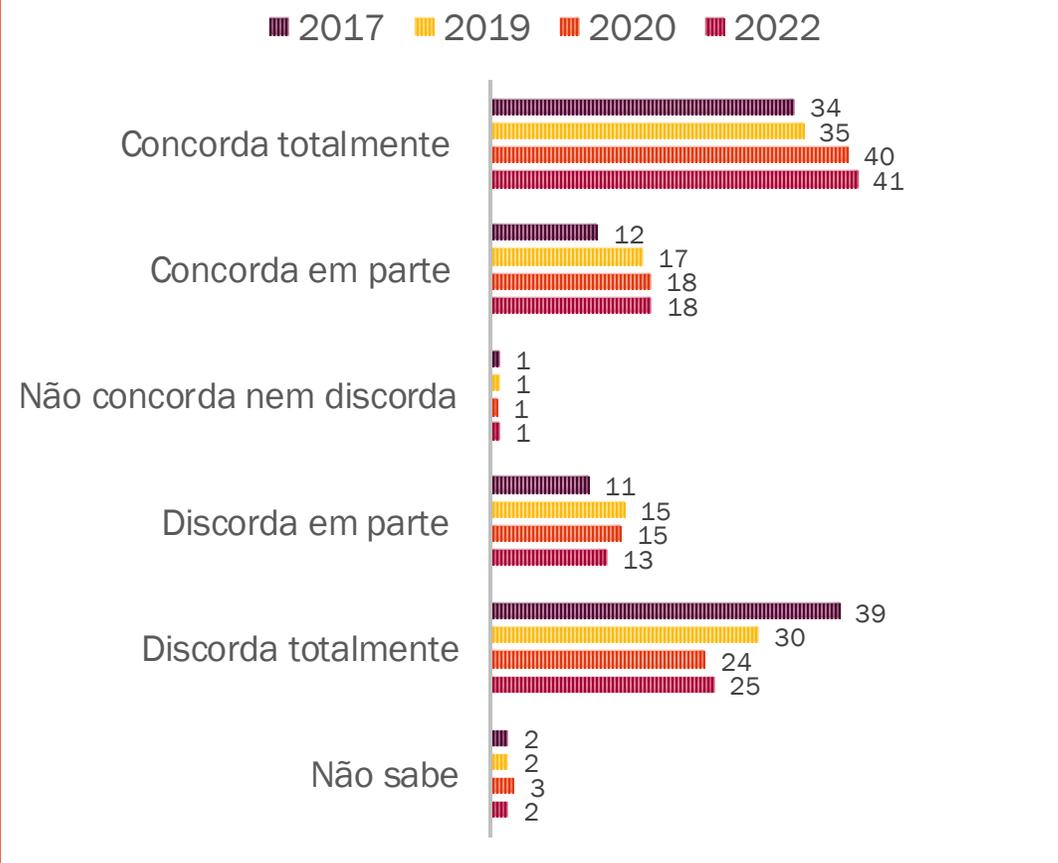
Estimulada e única, em %

Mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres



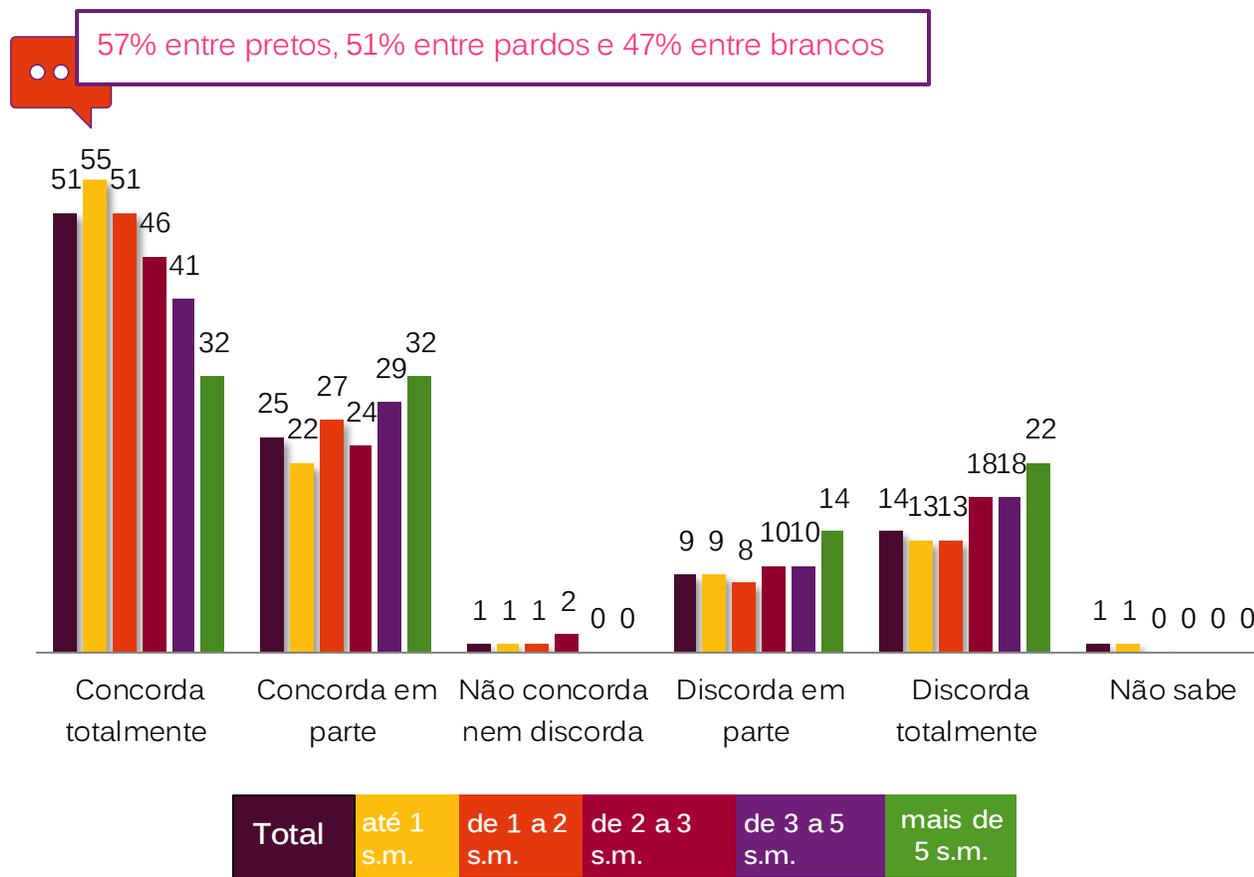
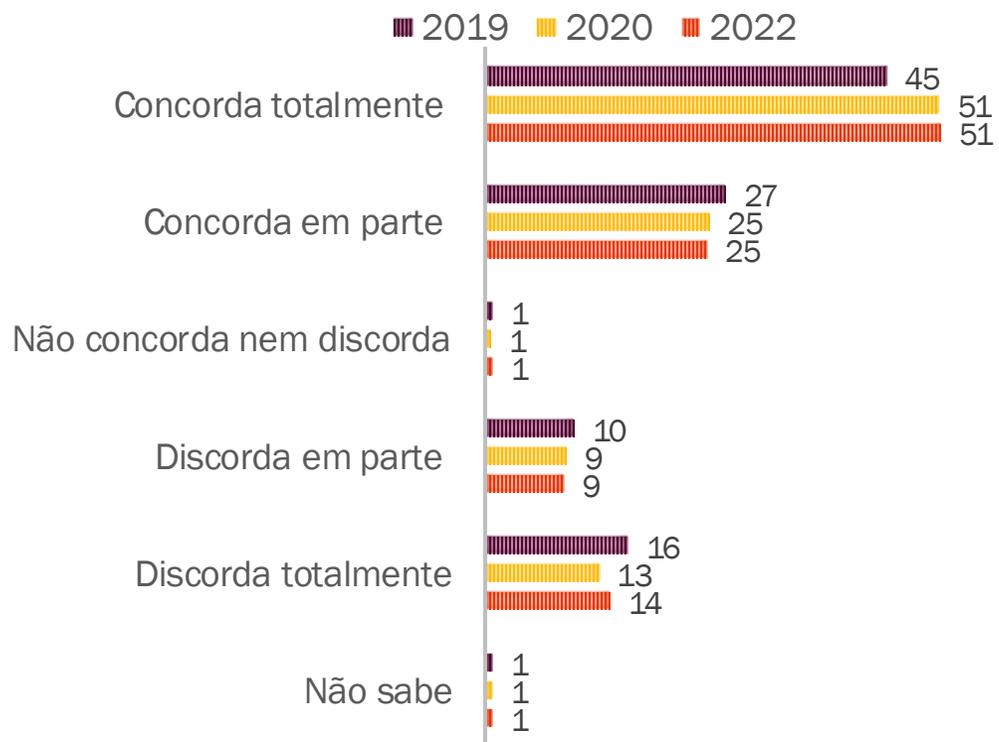
Estimulada e única, em %

Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros



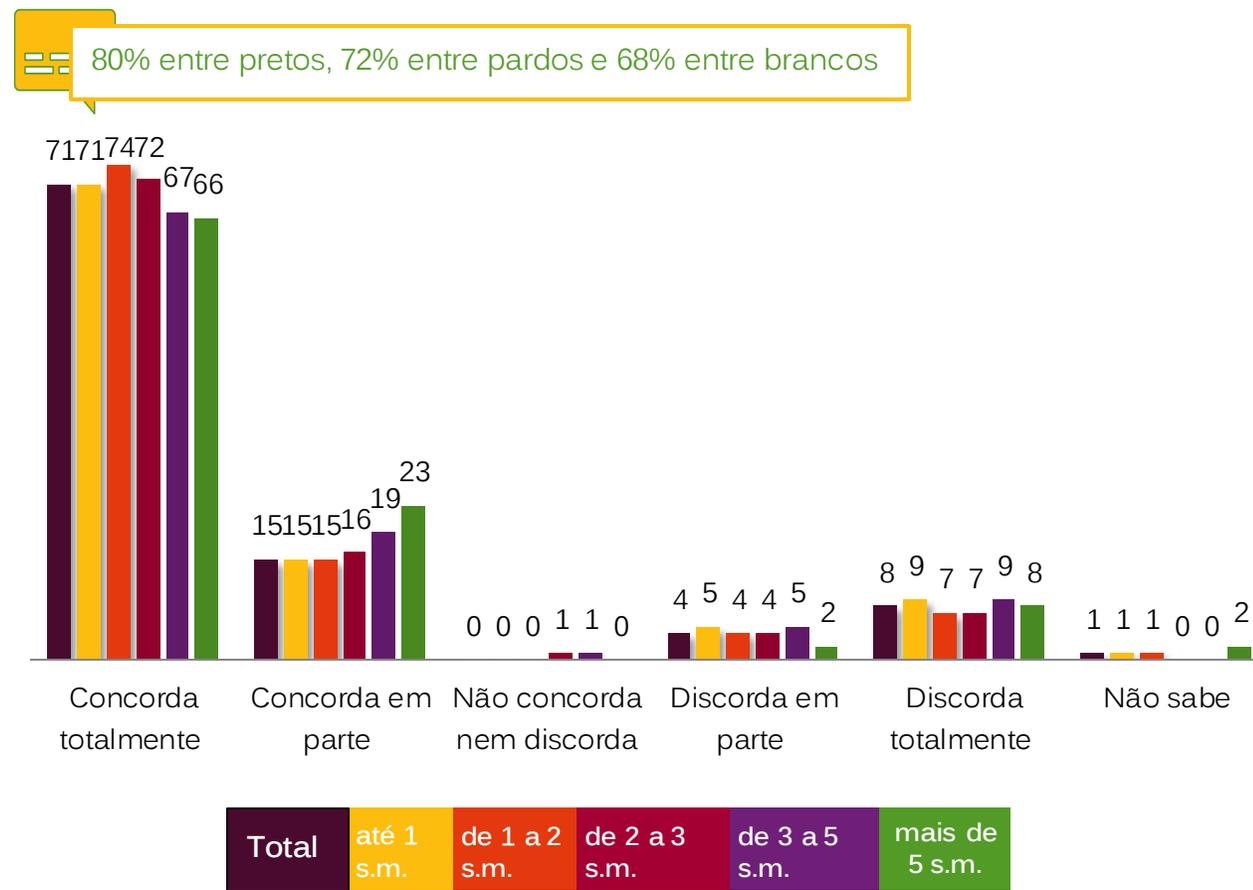
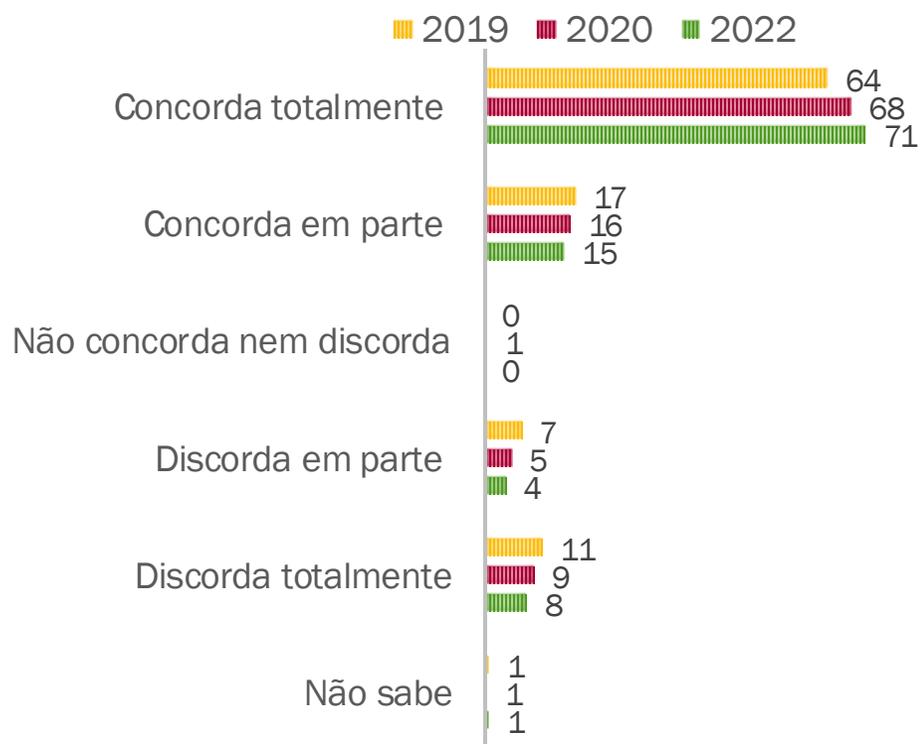
Estimulada e única, em %

A cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas



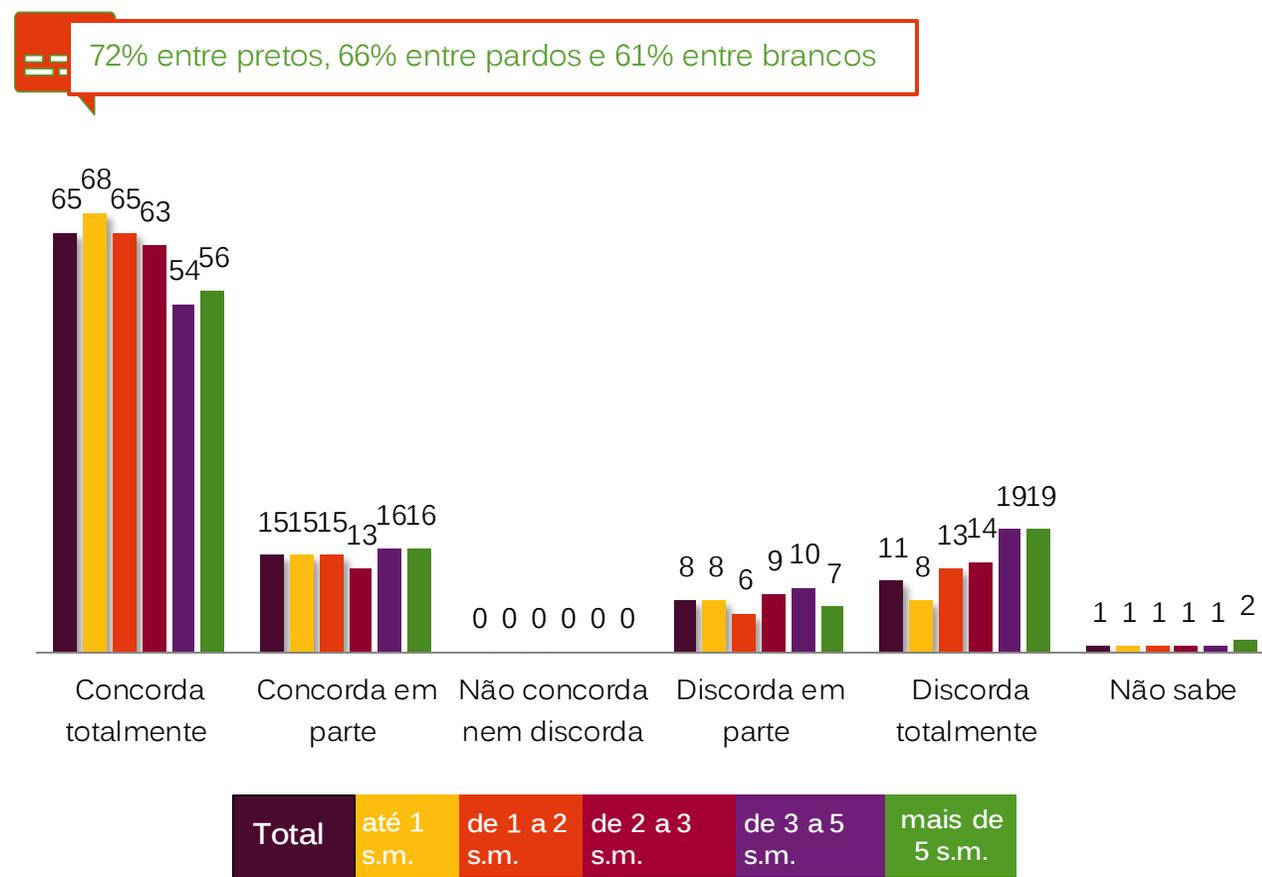
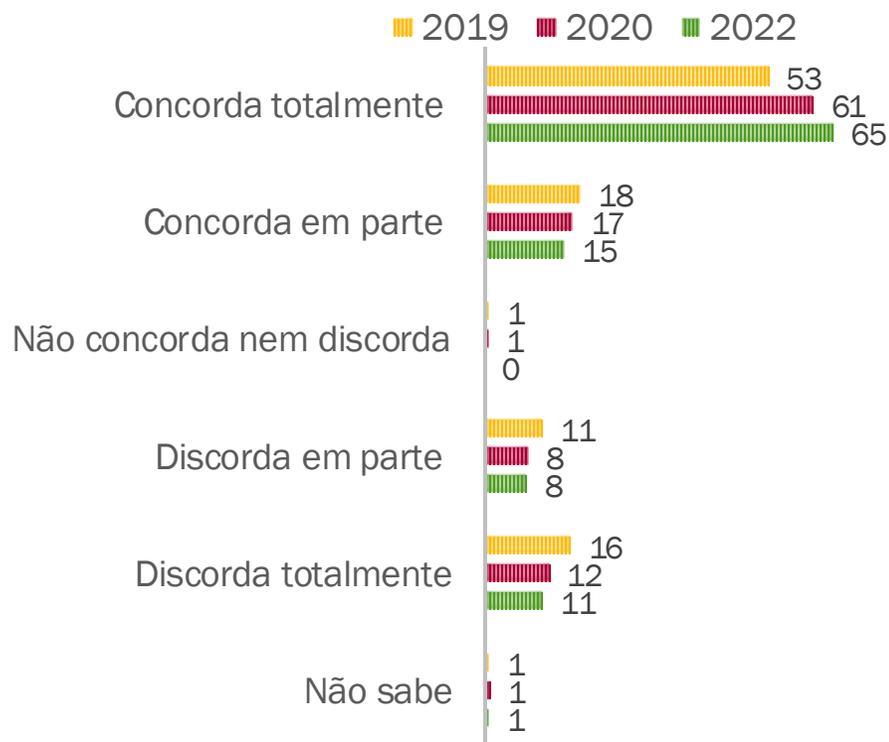
Estimulada e única, em %

A cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial



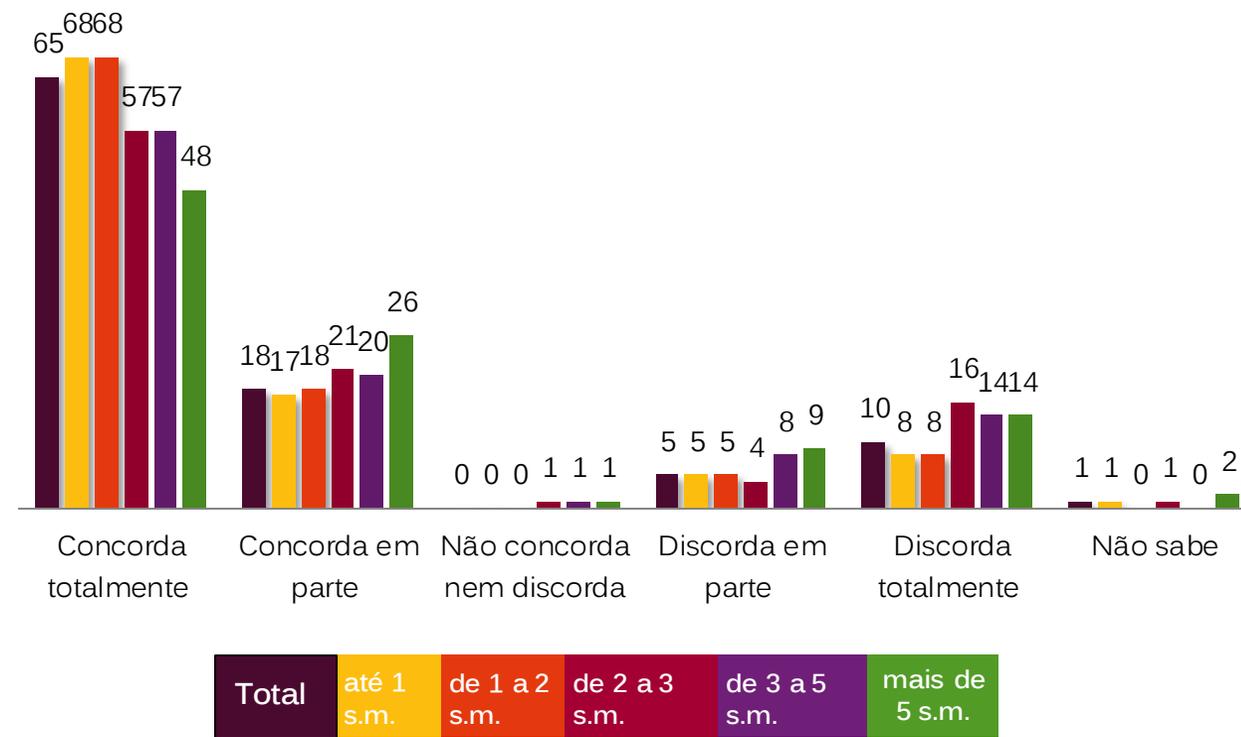
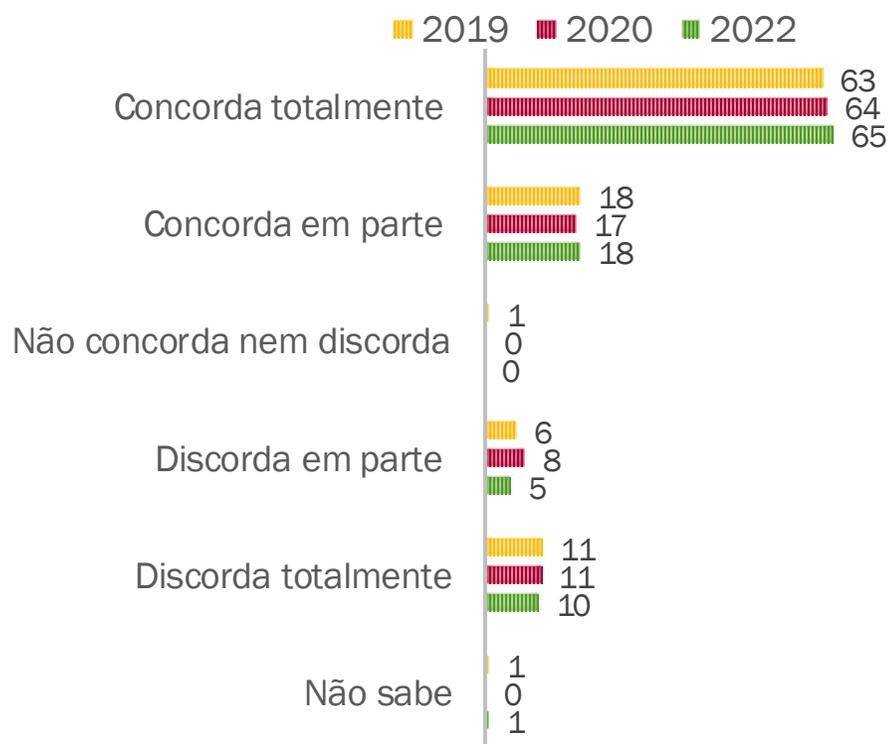
Estimulada e única, em %

A Justiça é mais dura com os negros



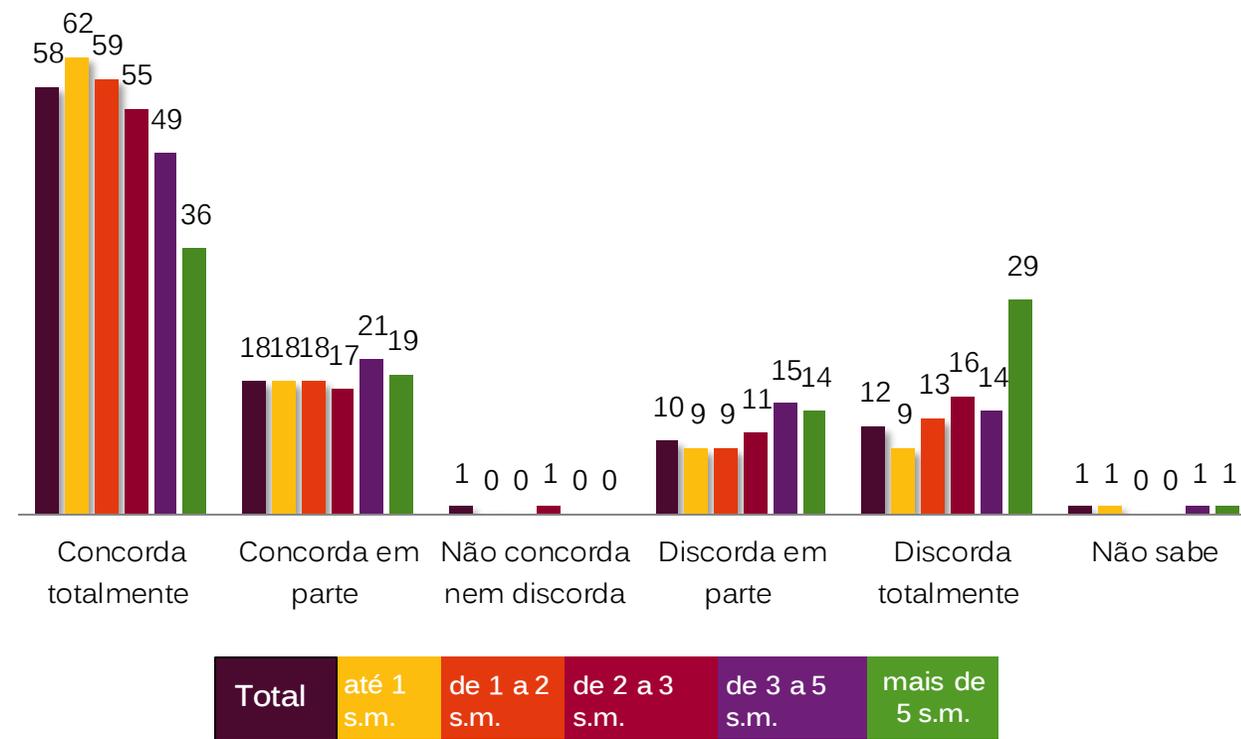
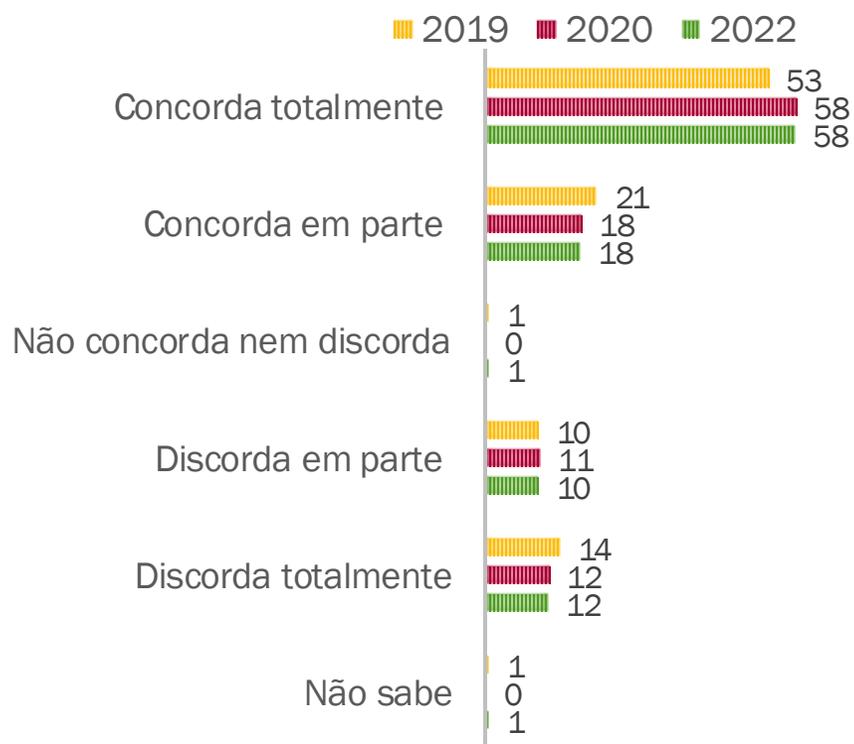
Estimulada e única, em %

Pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos



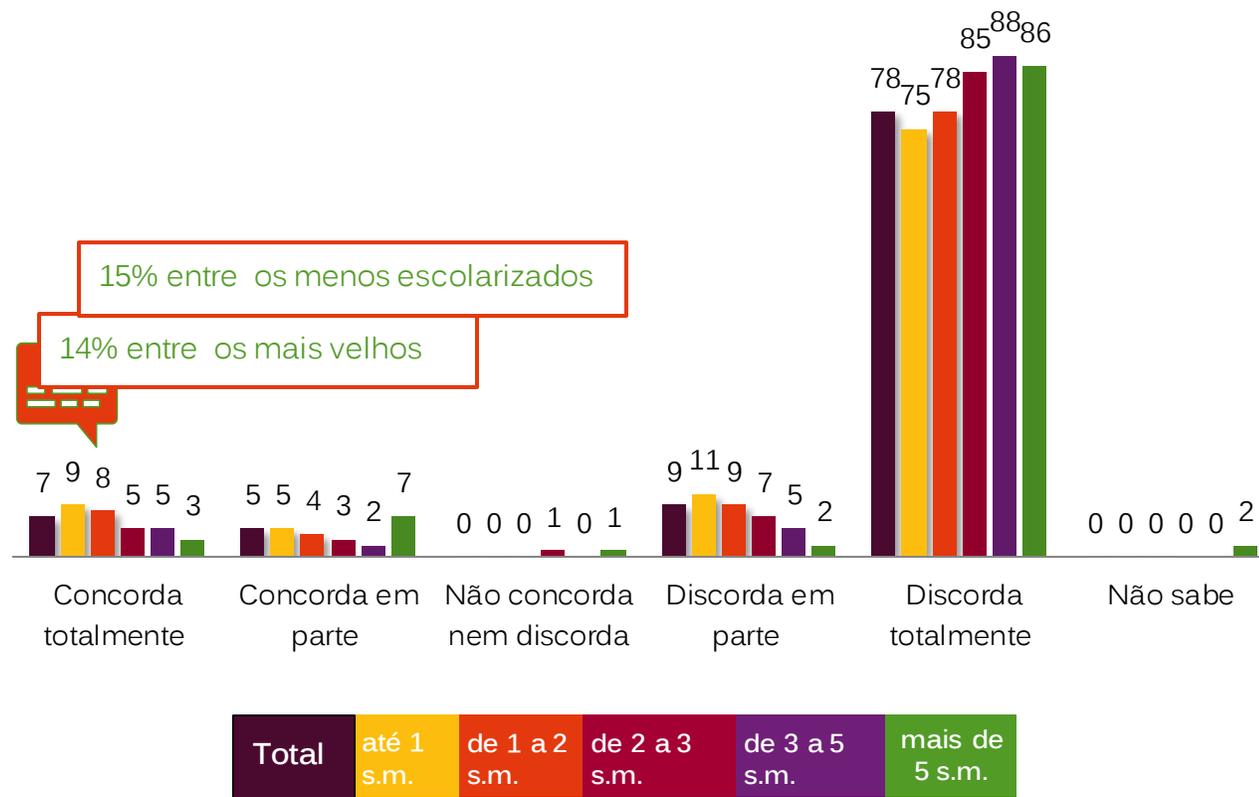
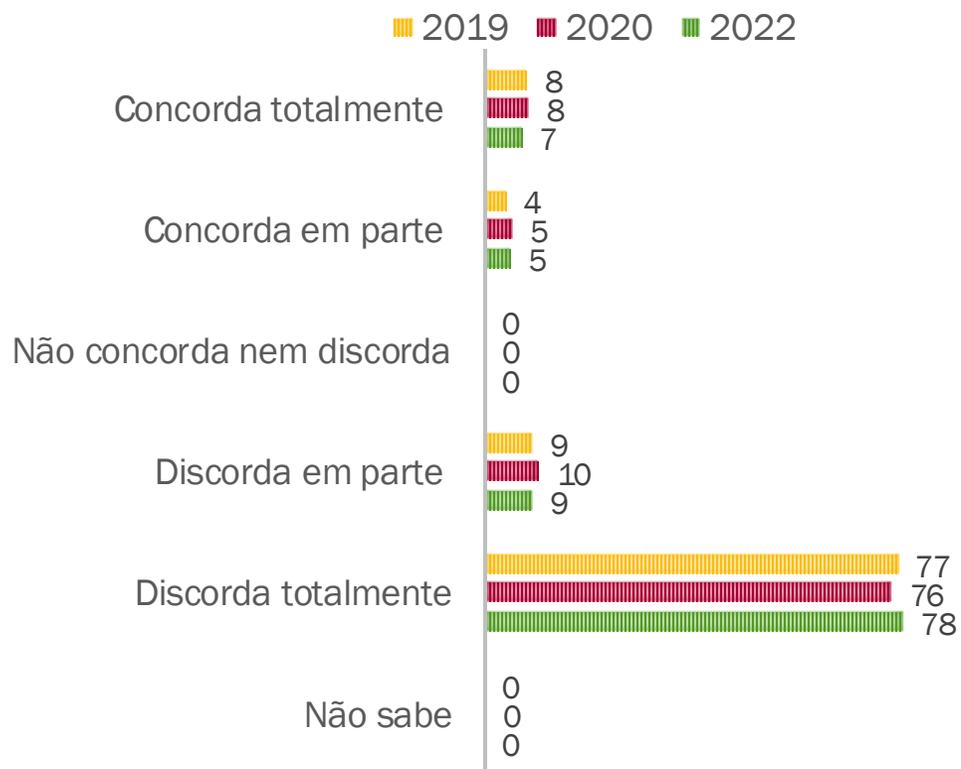
Estimulada e única, em %

Um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia



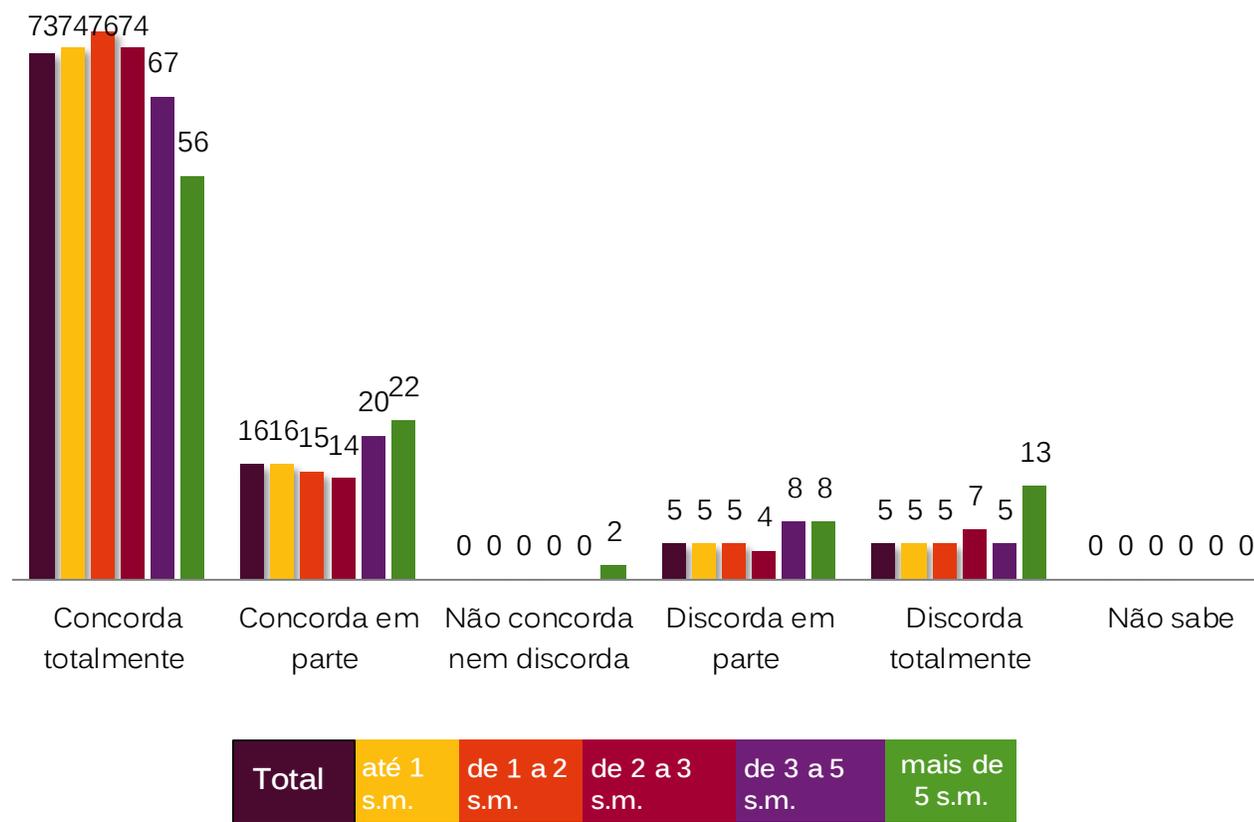
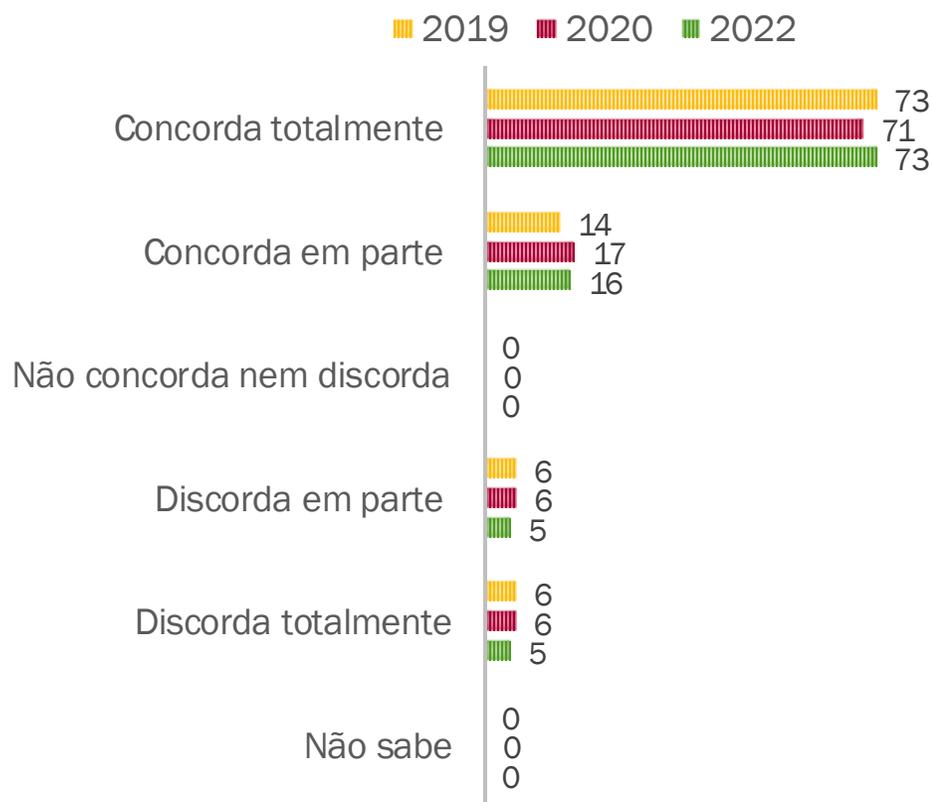
Estimulada e única, em %

As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora



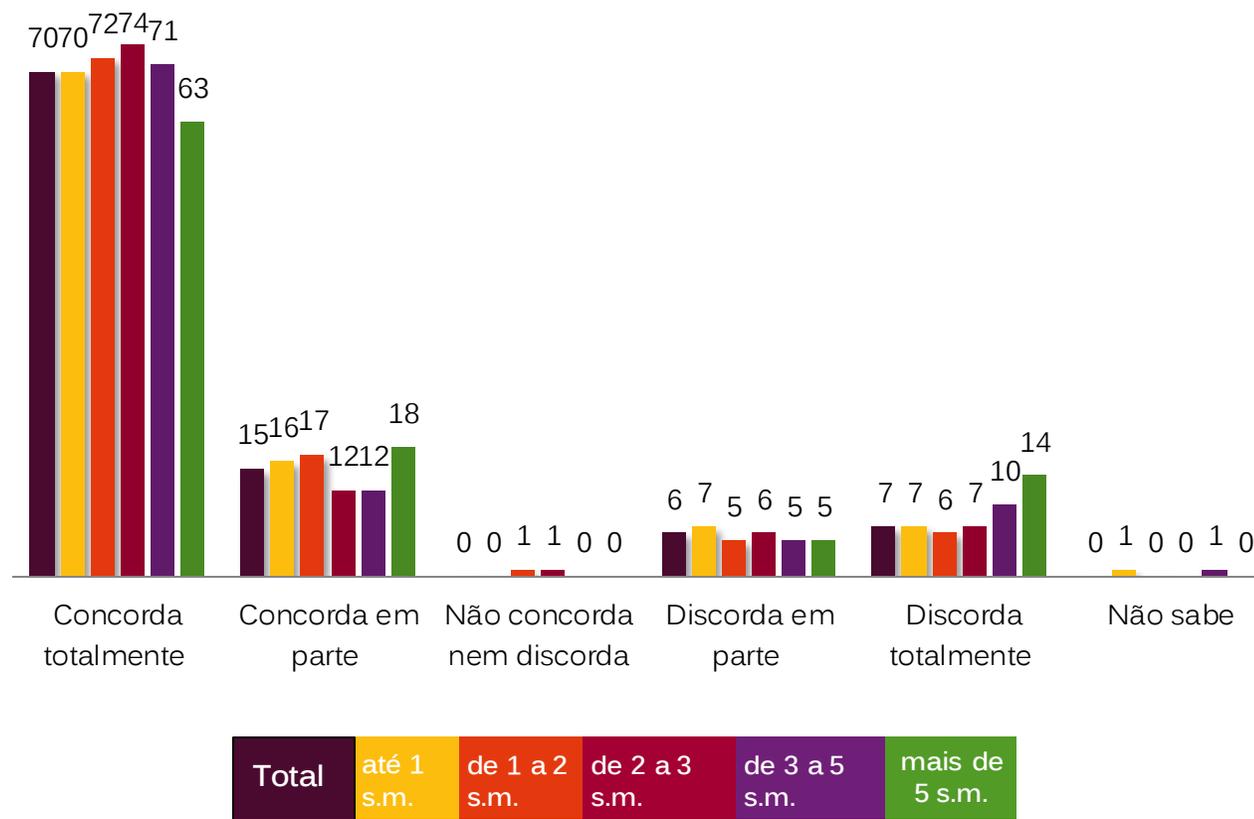
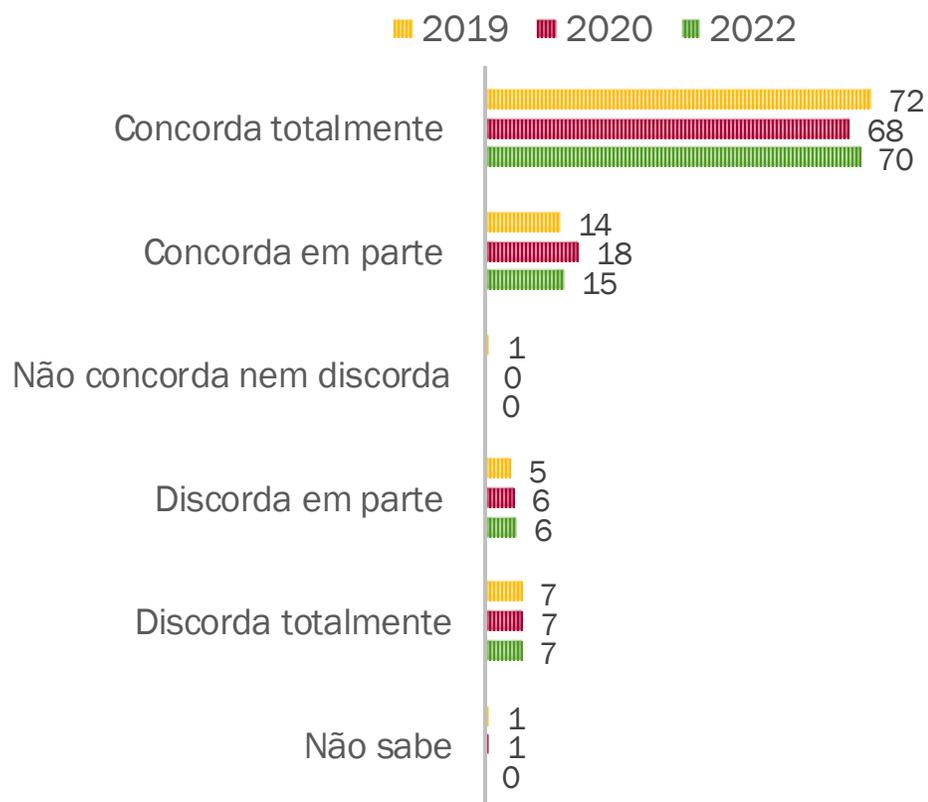
Estimulada e única, em %

Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter um bom emprego



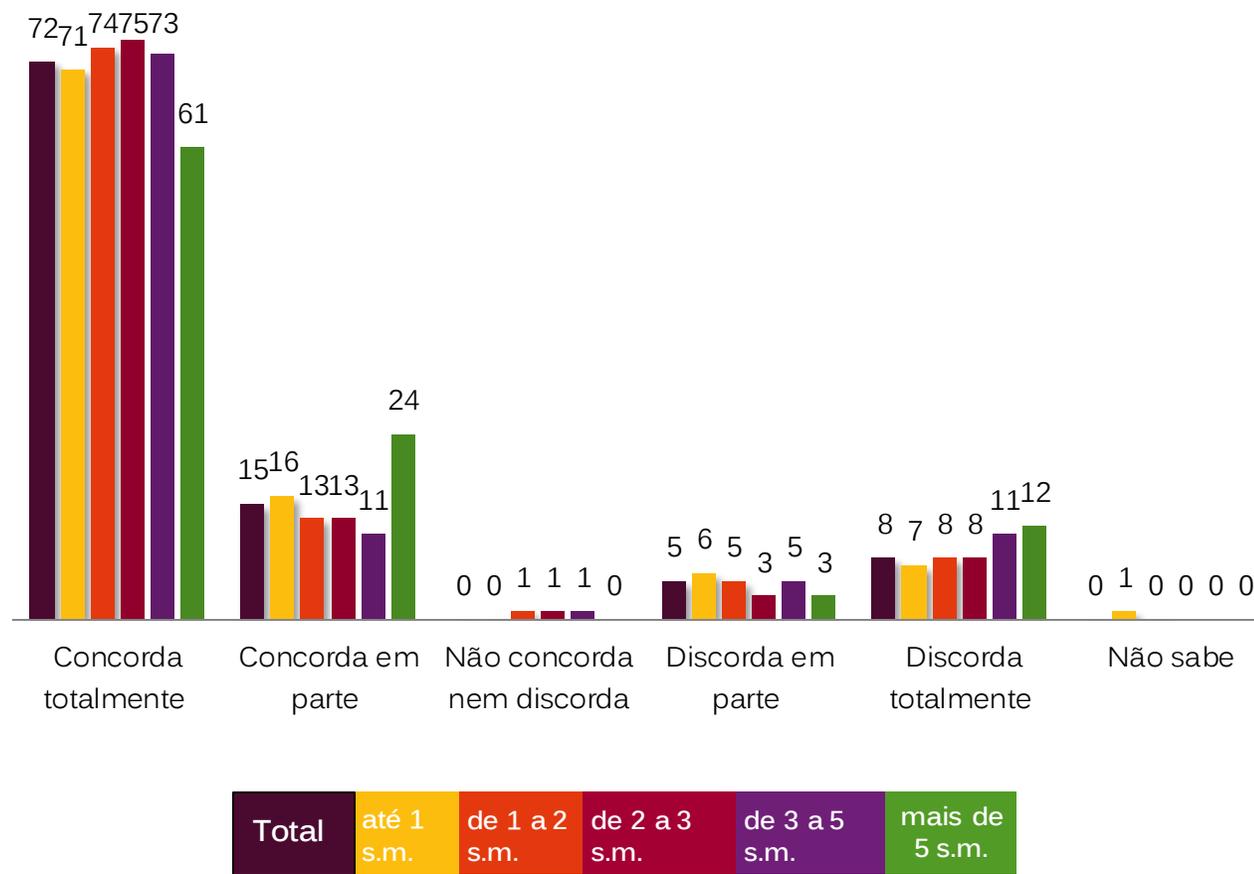
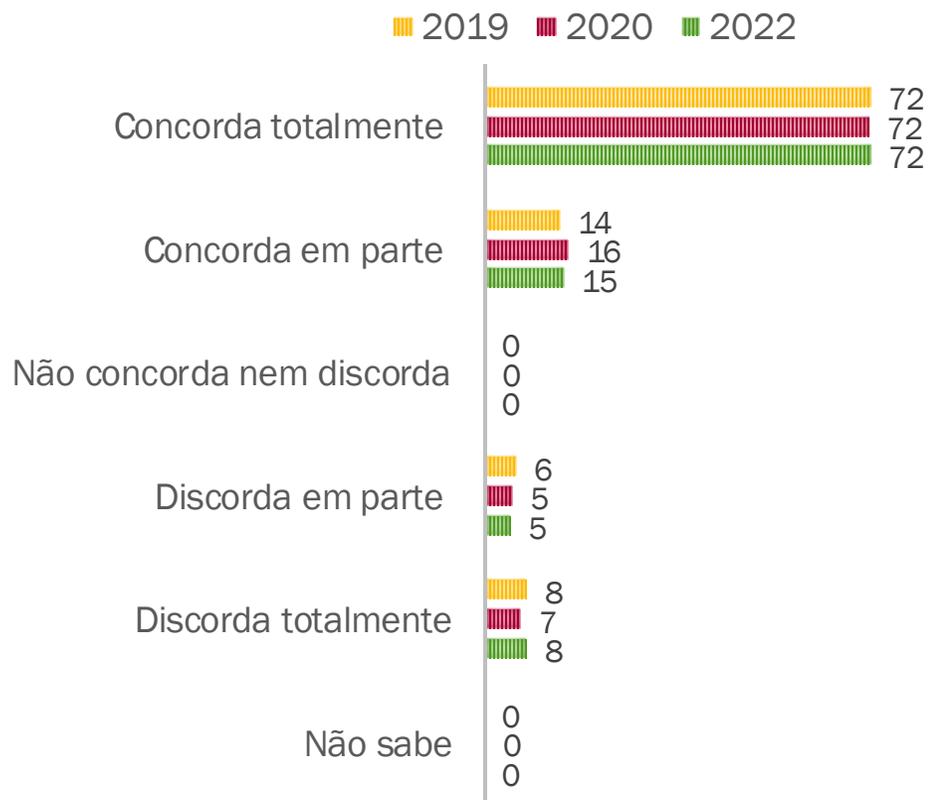
Estimulada e única, em %

Para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres



Estimulada e única, em %

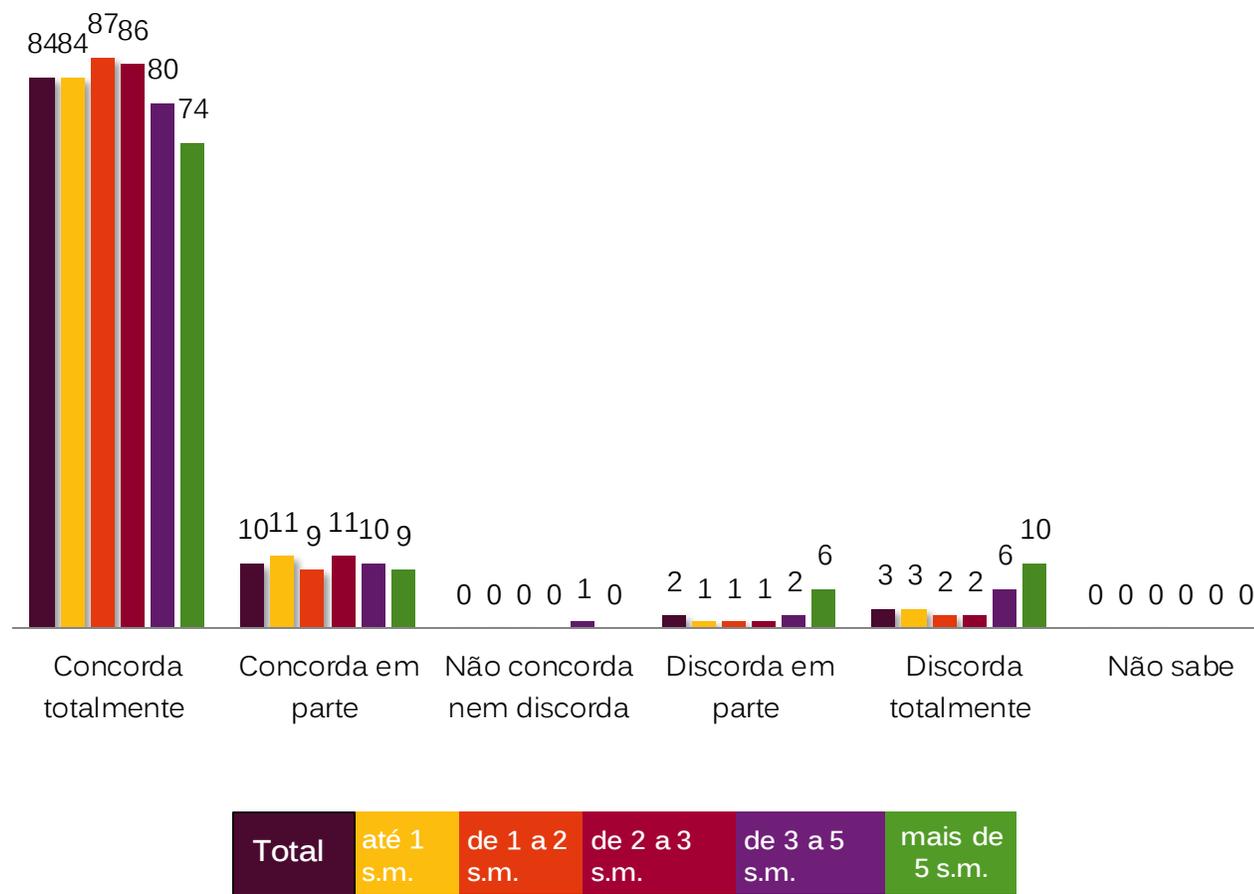
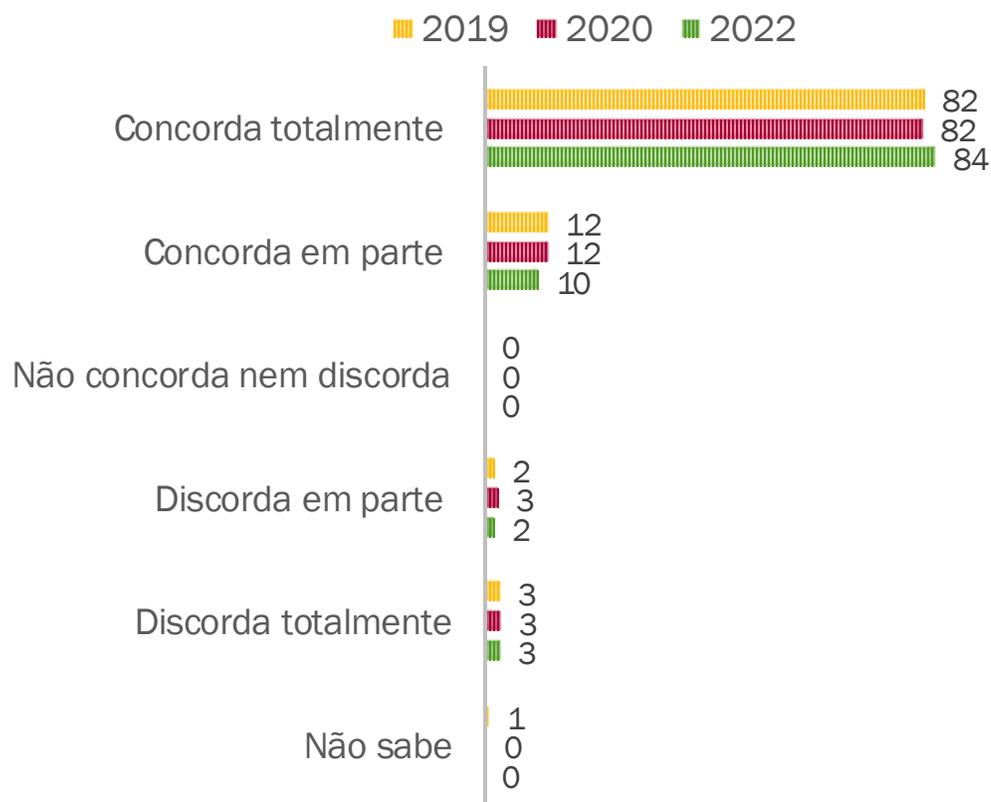
Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter boa escolaridade



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

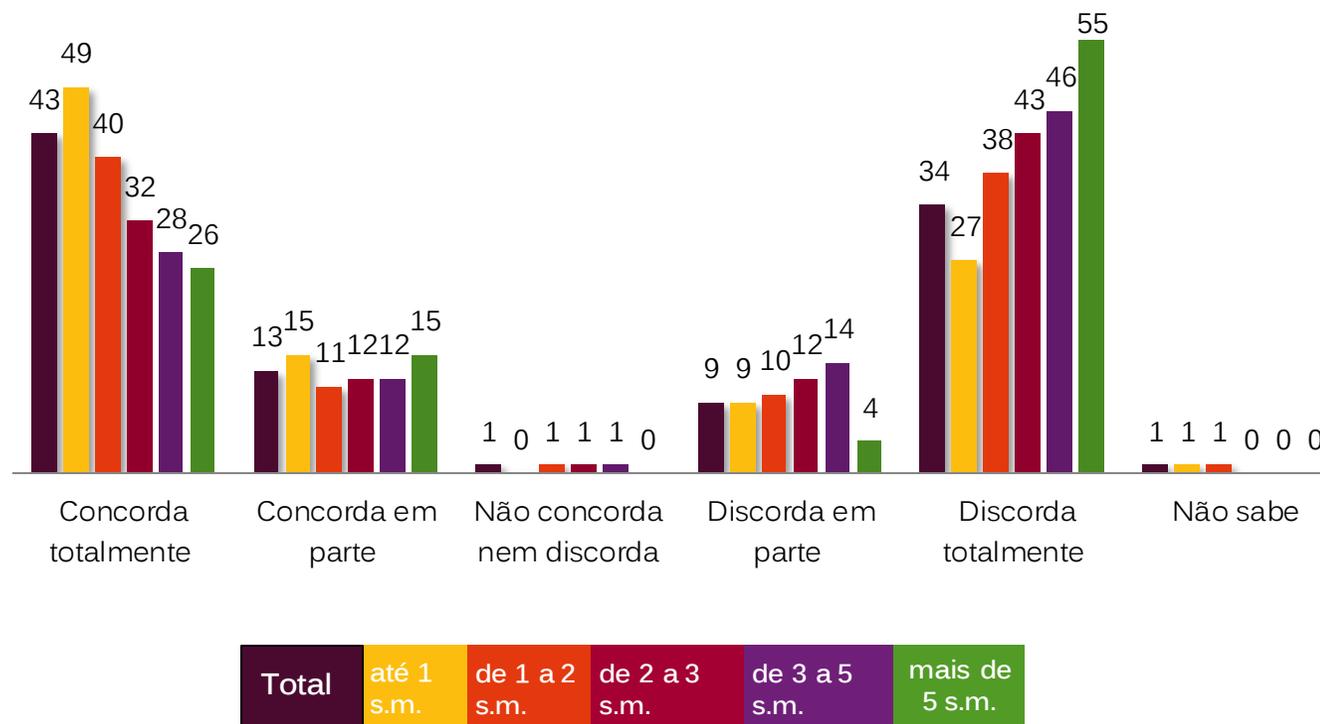
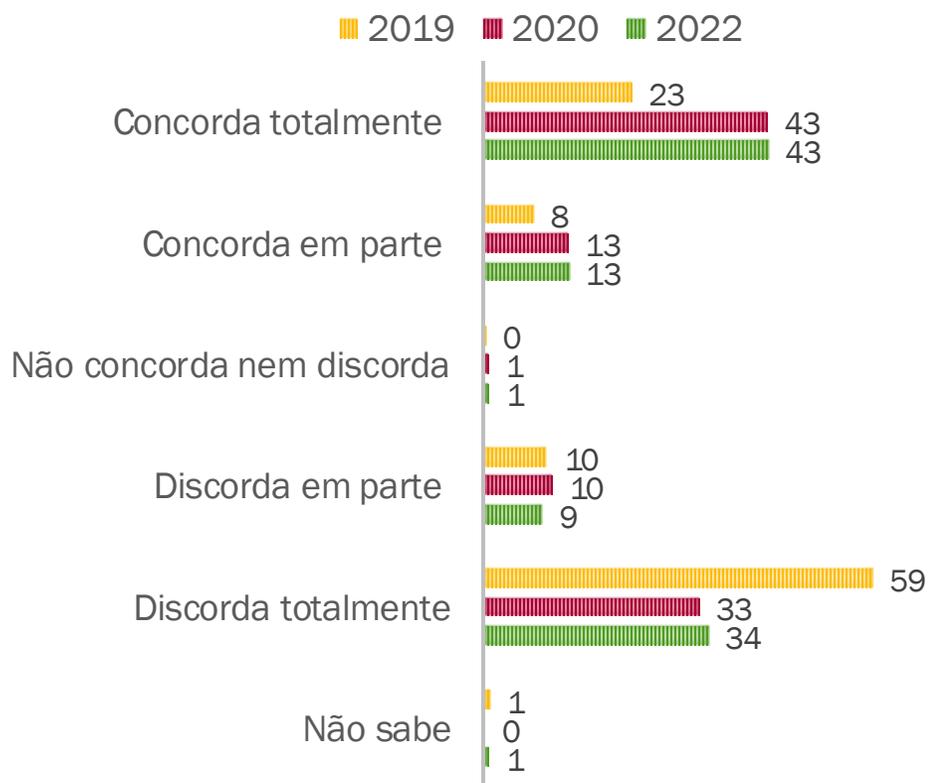
O imposto que eu pago deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres.



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

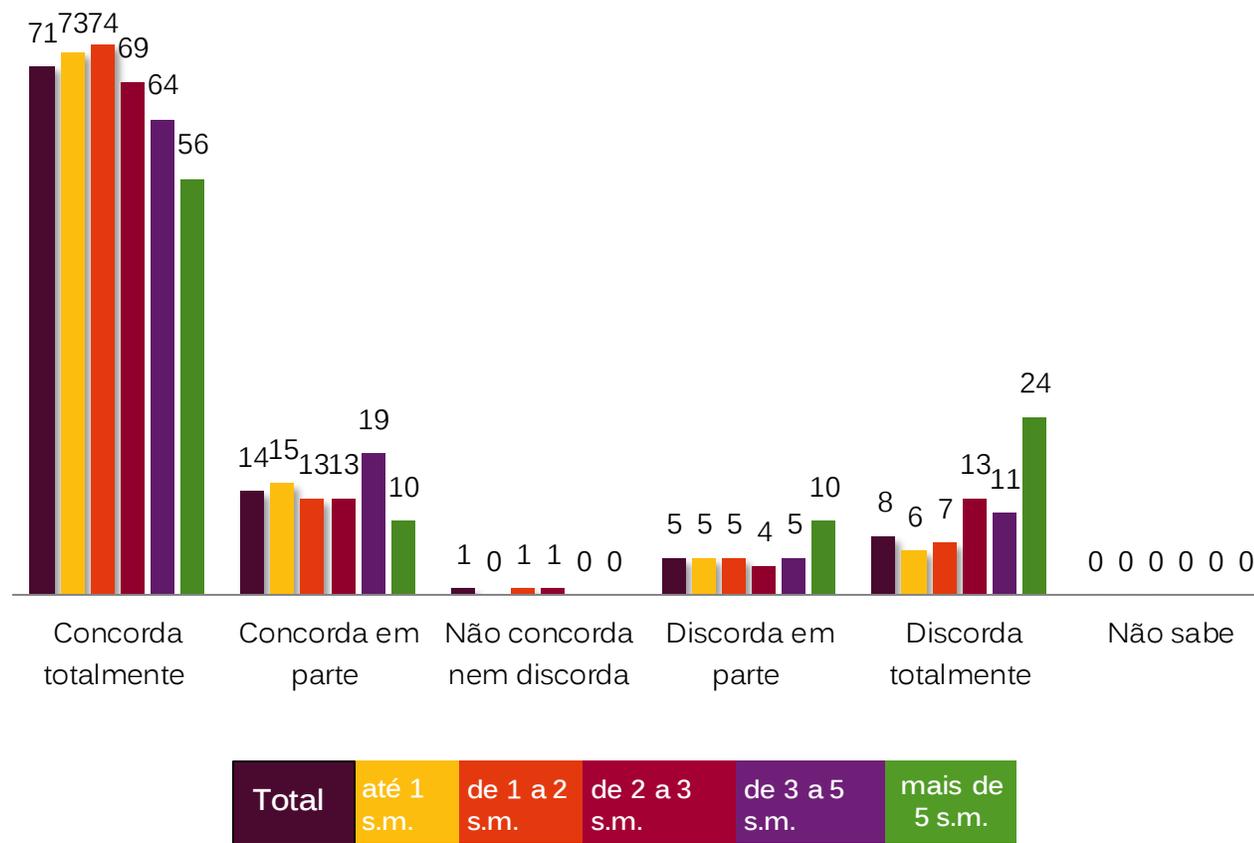
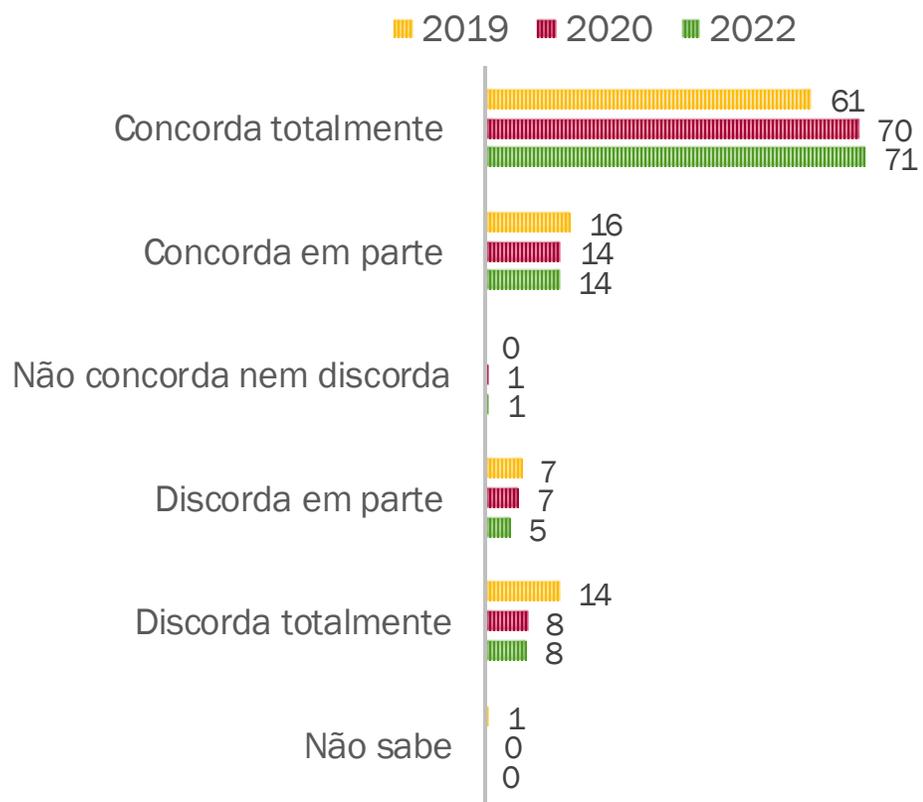
Os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam.



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

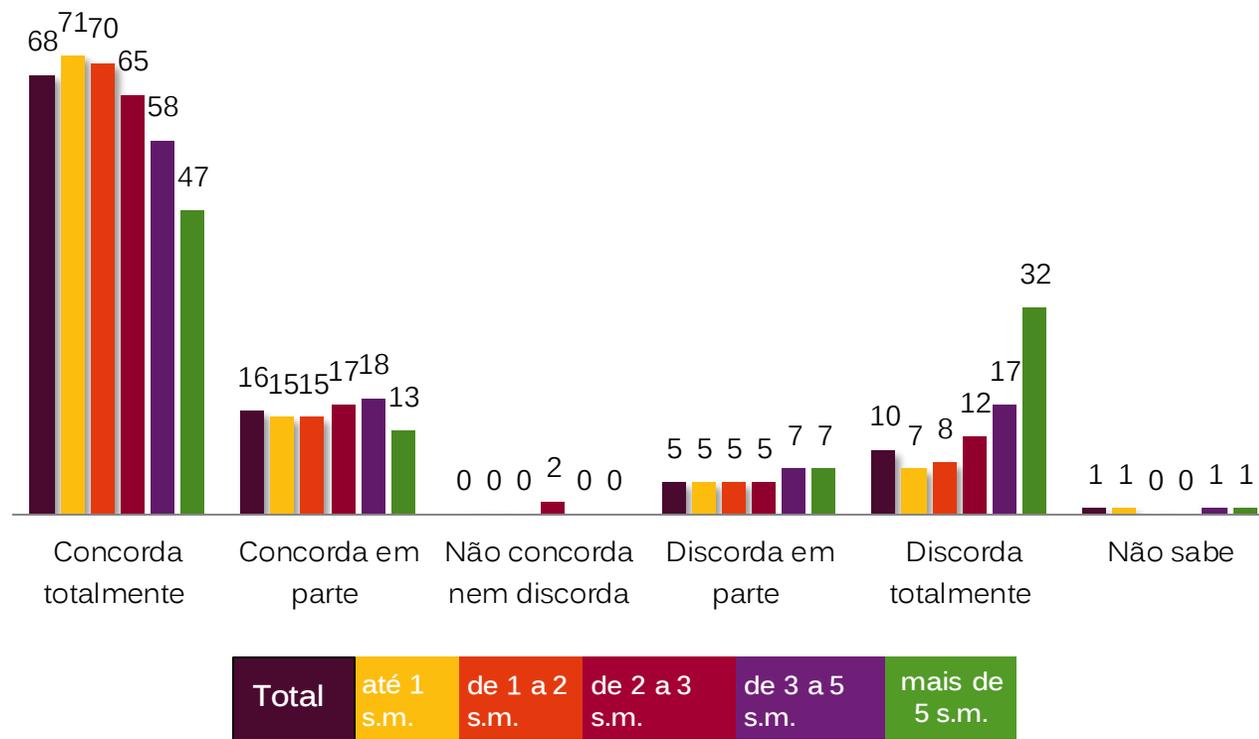
O governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

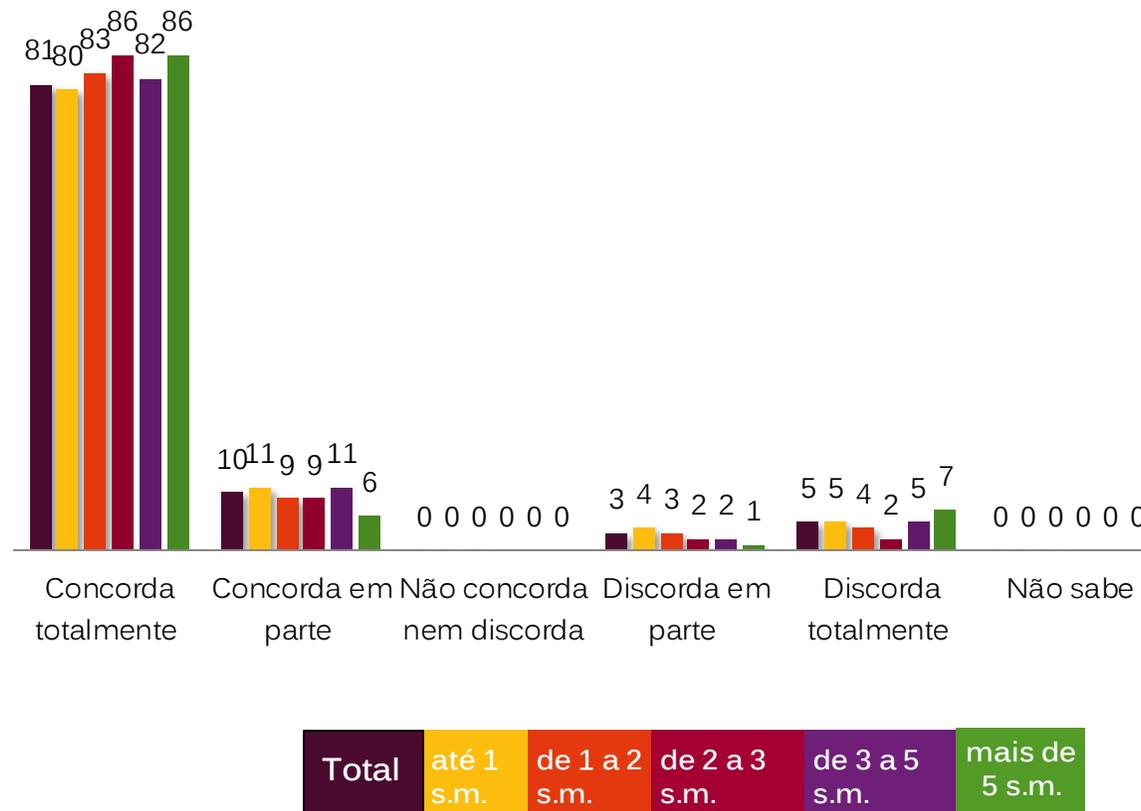
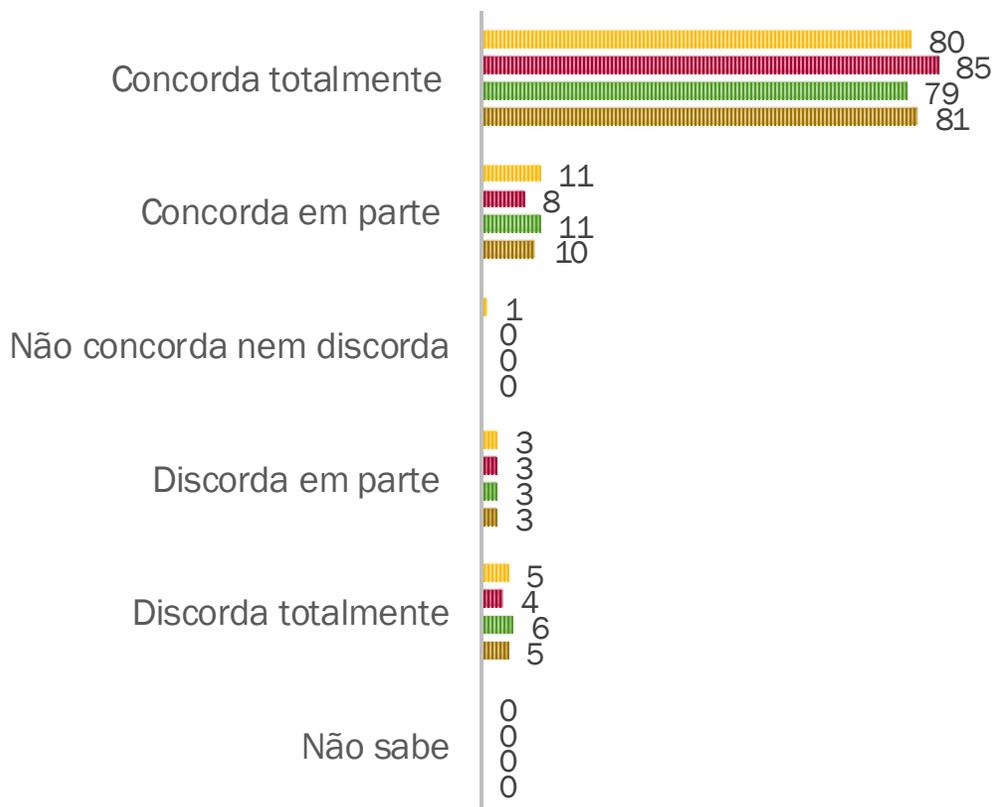
O governo federal deve aumentar os impostos de quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos etc.



Estimulada e única, em %

No Brasil poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro

2017 2019 2020 2022



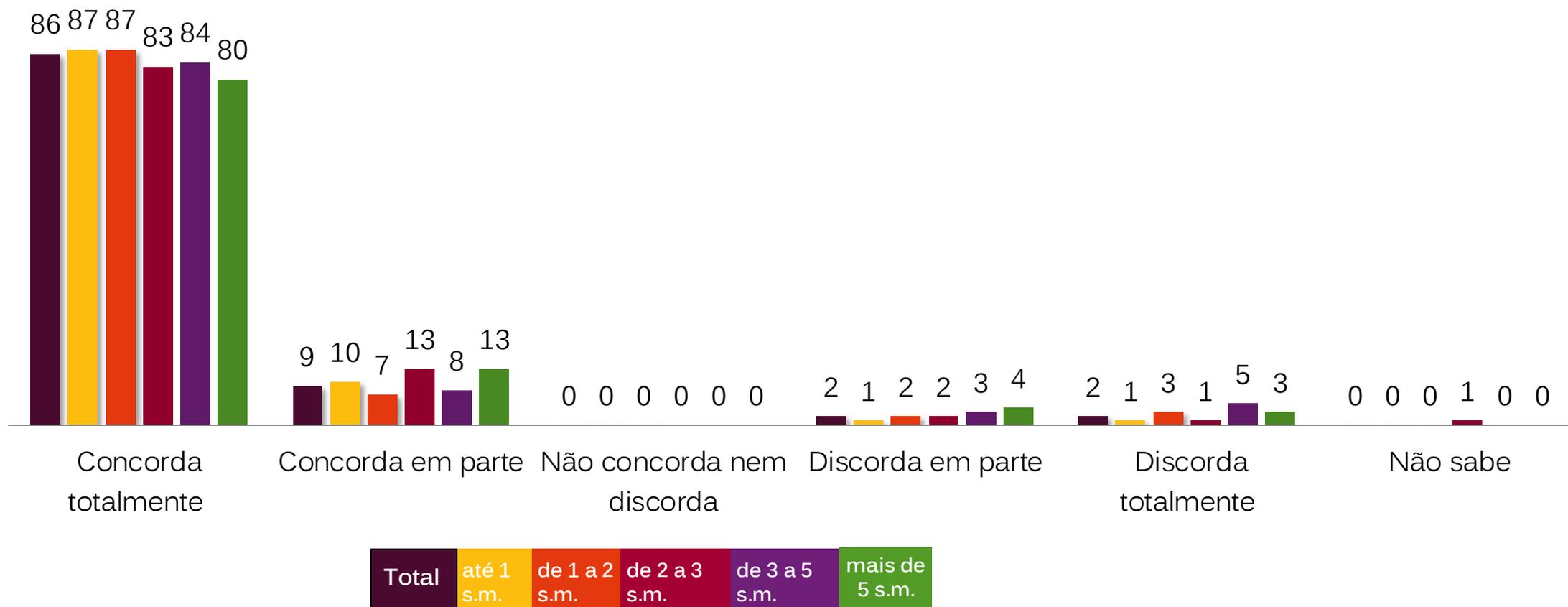
Estimulada e única, em %

O Auxílio Brasil deve continuar com o valor de R\$ 400,00



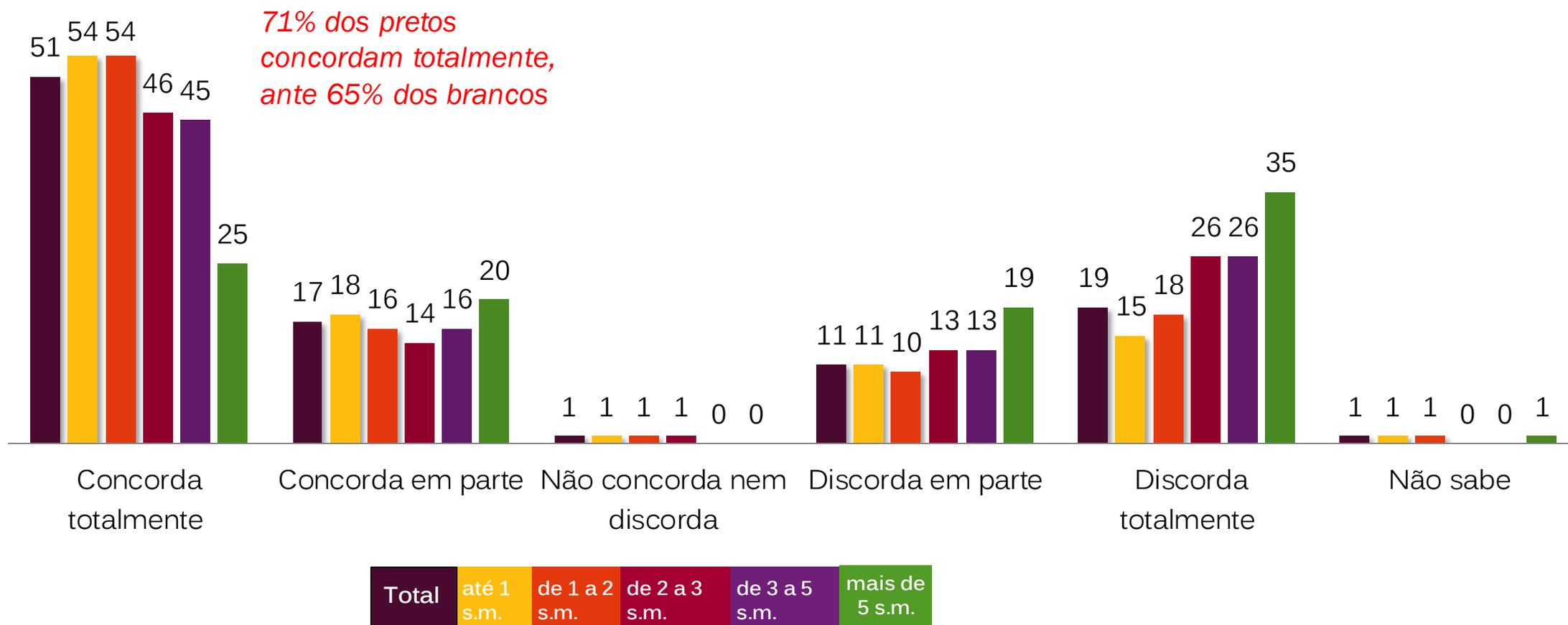
Estimulada e única, em %

O Auxílio Brasil deve atender a todas as pessoas que estejam em situação de pobreza



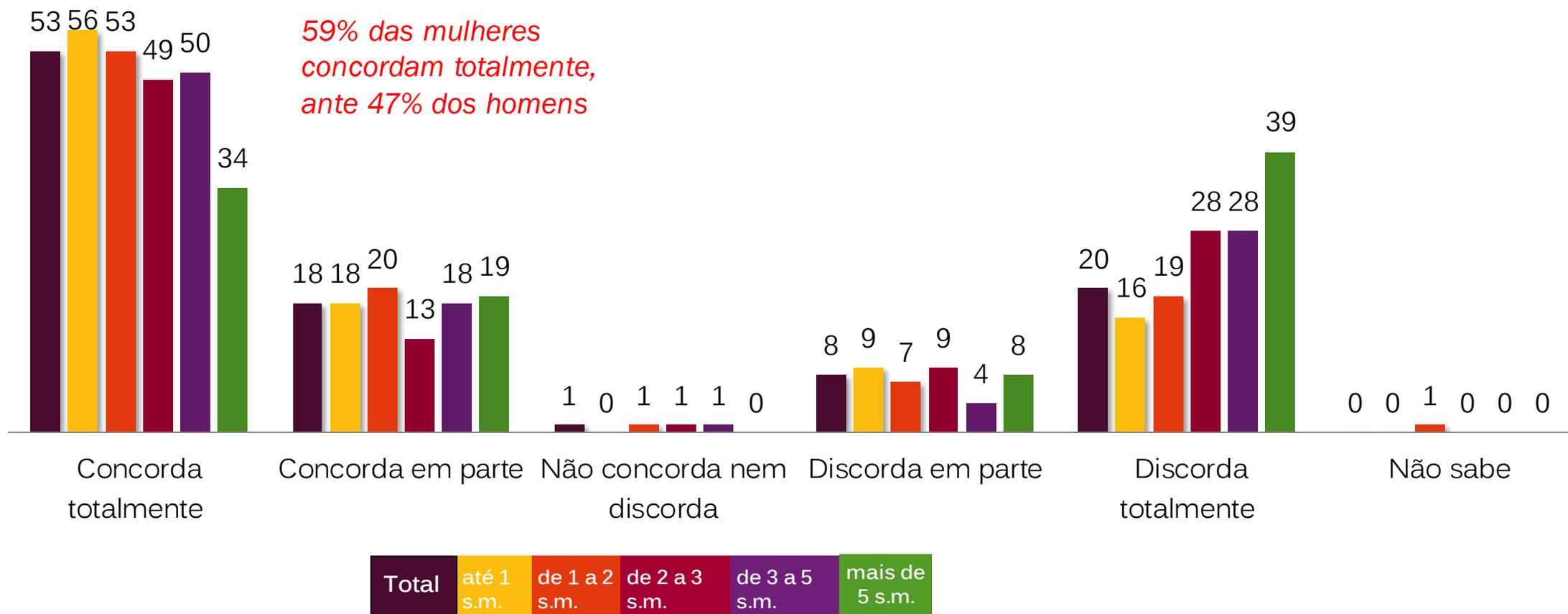
Estimulada e única, em %

Negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos do que brancos pelo fato de serem negros



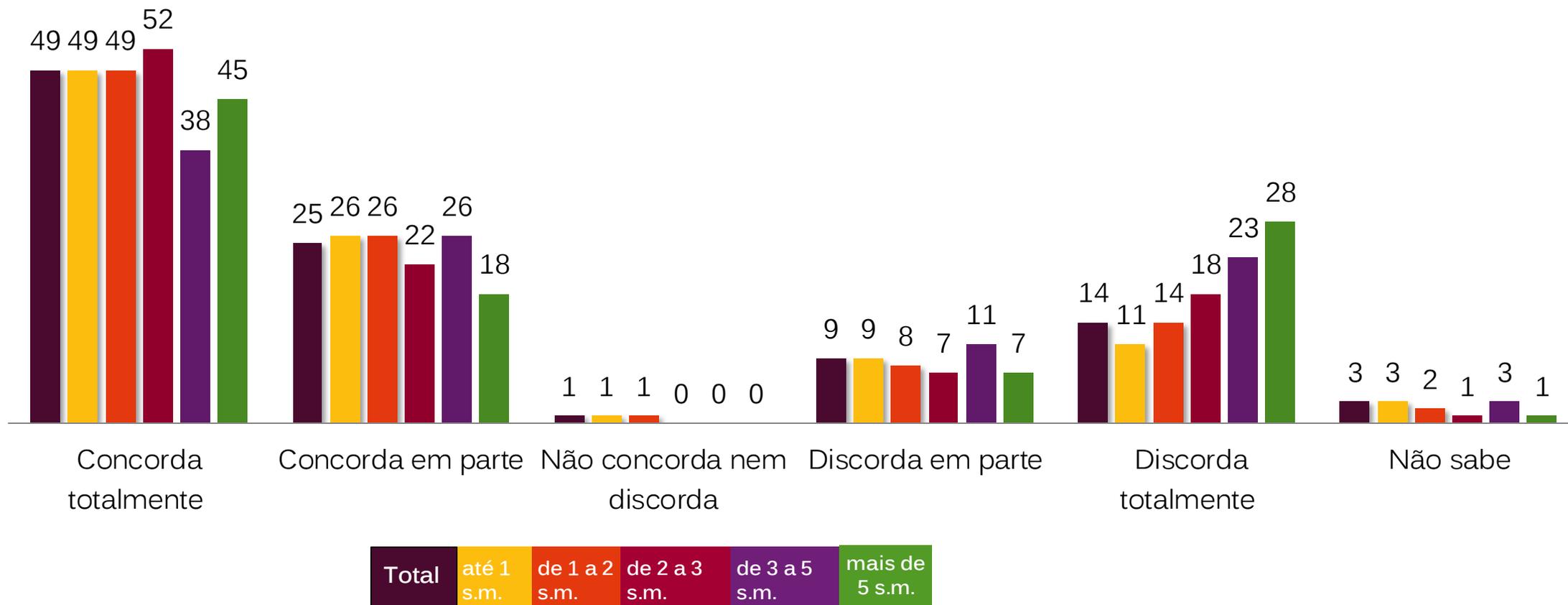
Estimulada e única, em %

Mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres



Estimulada e única, em %

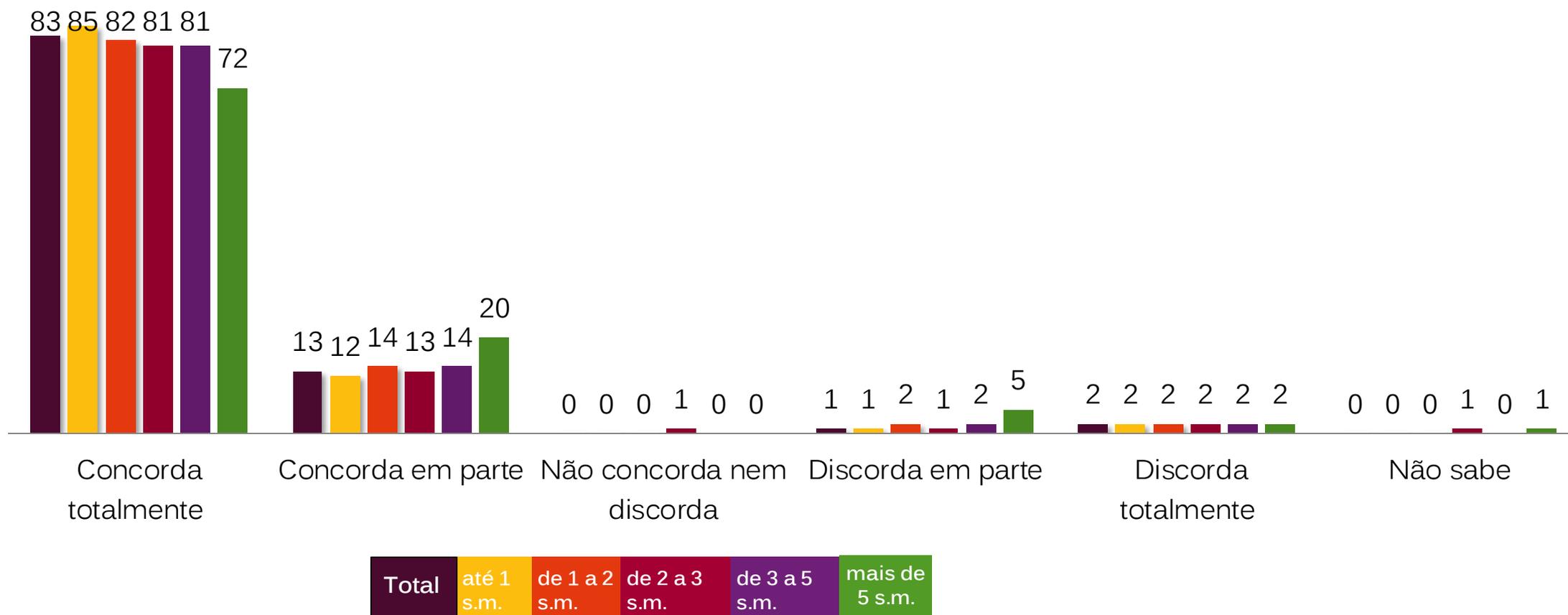
A lei de cotas para ingresso em universidades federais tem tido um papel importante na redução de desigualdades



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

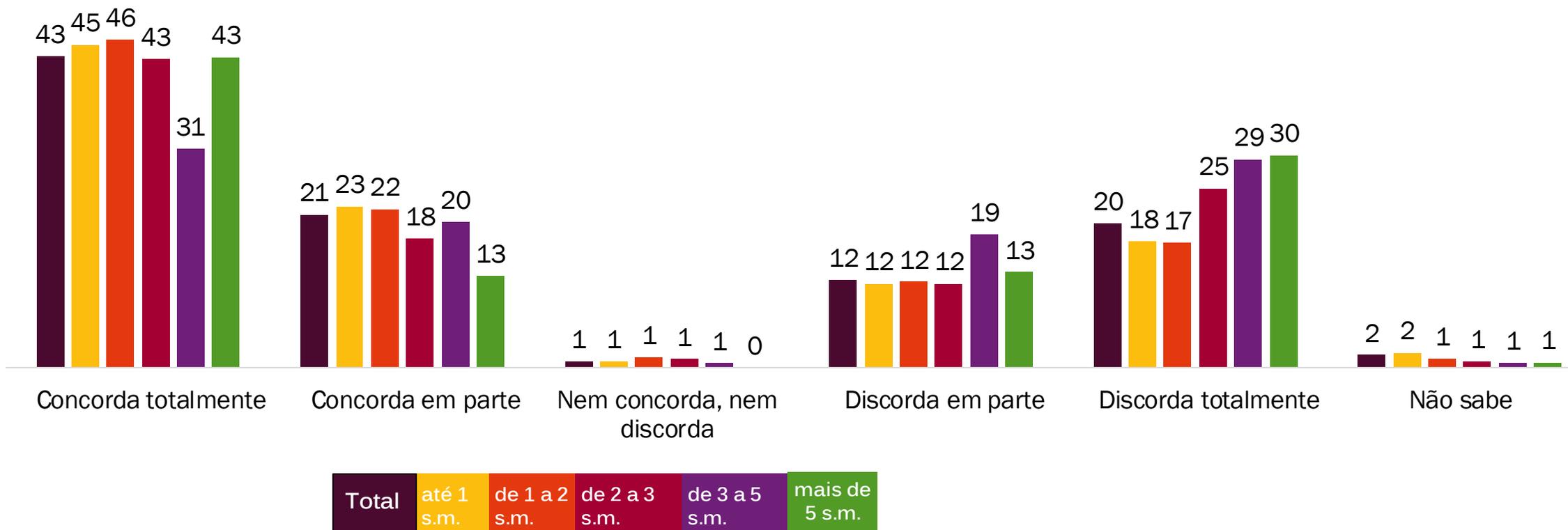
Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

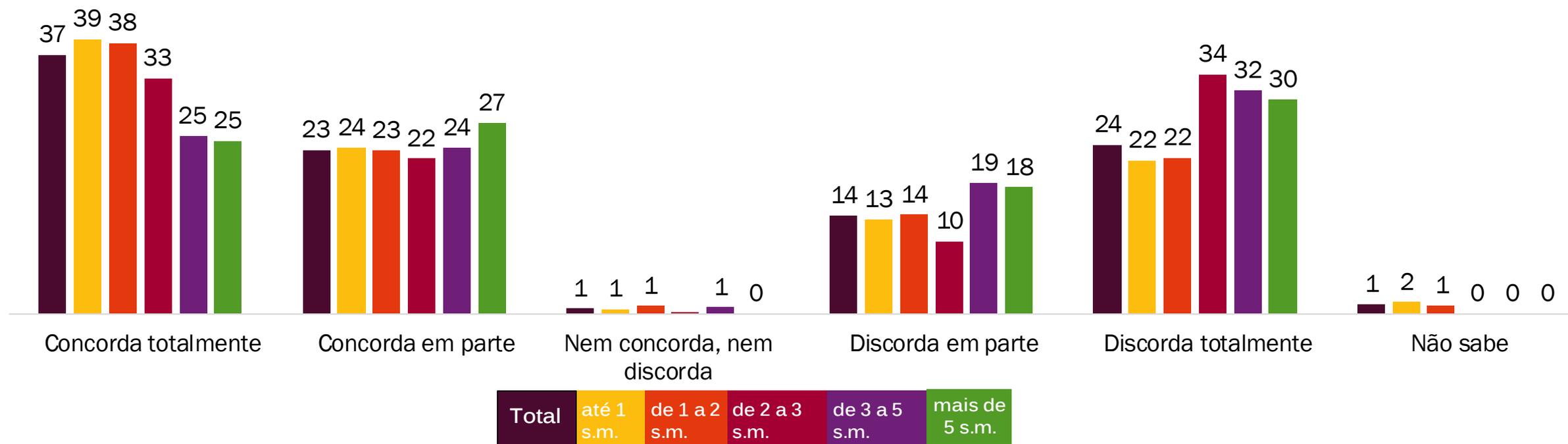
A distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil deve aumentar nos próximos anos por causa das mudanças no clima, que estão sendo causadas pelo aquecimento global



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

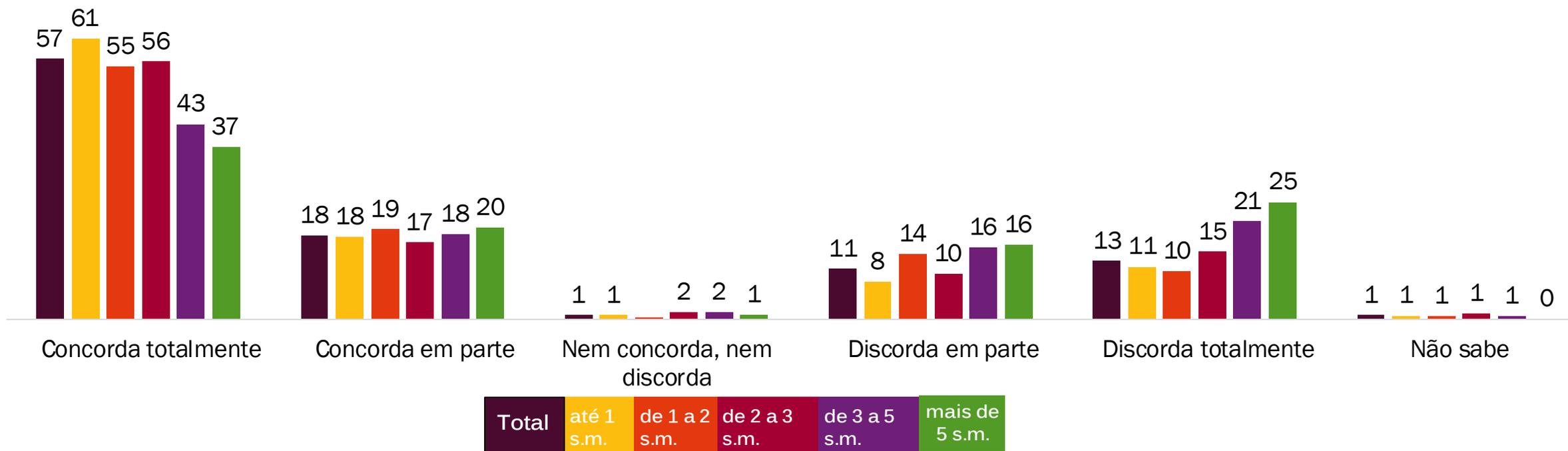
A chegada de imigrantes e refugiados ao Brasil nos últimos anos contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade de renda entre os brasileiros



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

Estimulada e única, em %

As mudanças tecnológicas estão deixando os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres



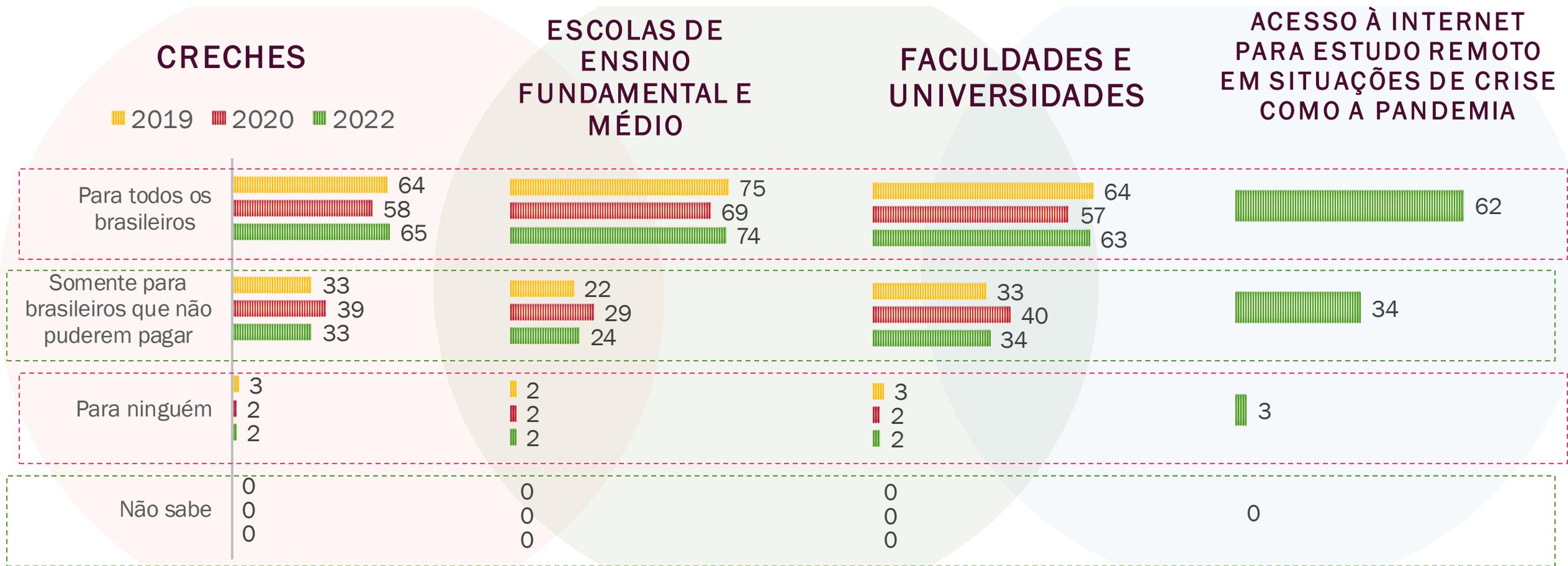


políticas

_serviços públicos universais x focalizados
_políticas de redução da desigualdade
_vetores de desigualdade

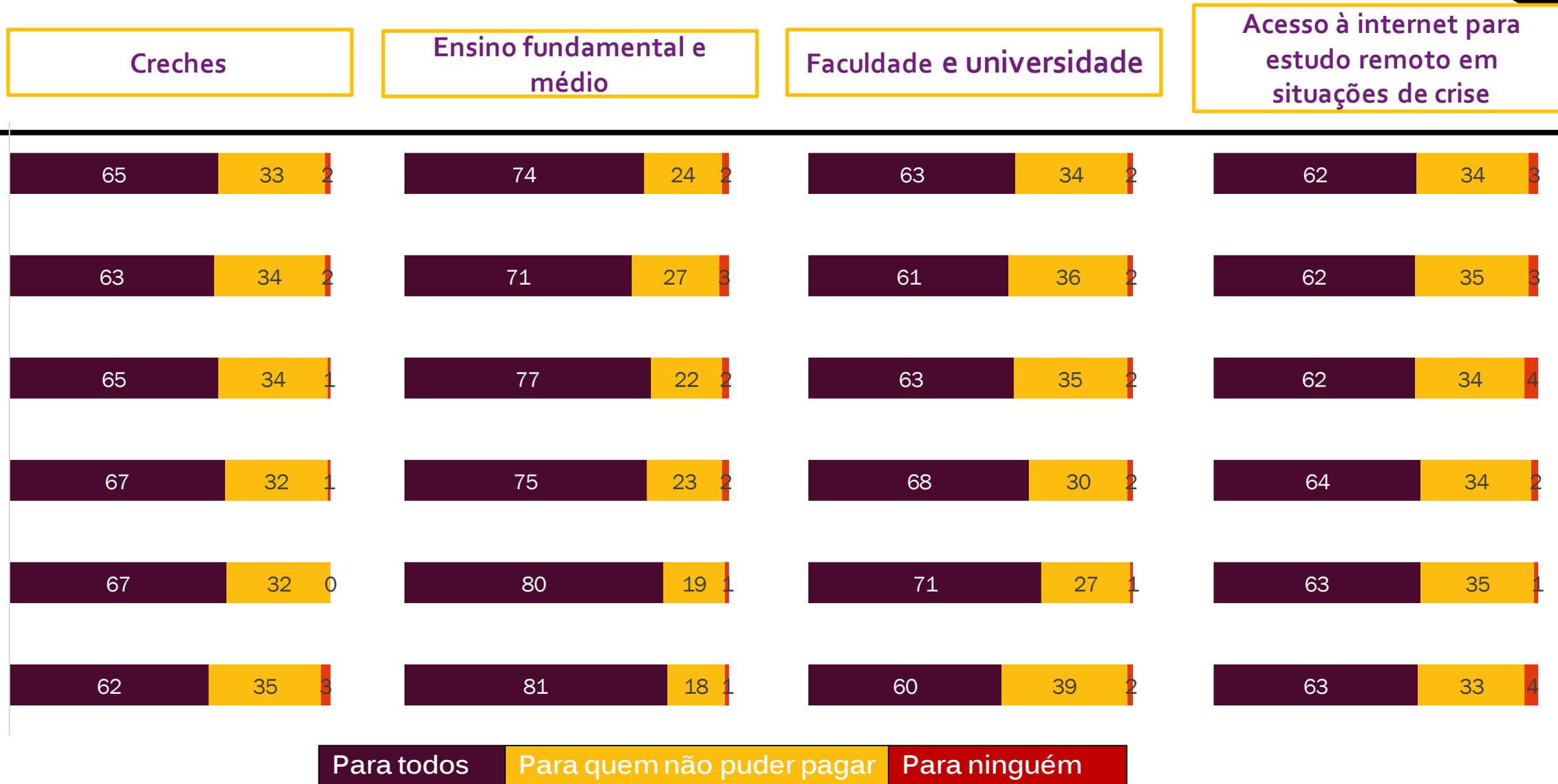
Estimulada e única, em %

Apoio à gratuidade universal do ensino cresce entre 2020 e 2022



POLÍTICAS PÚBLICAS

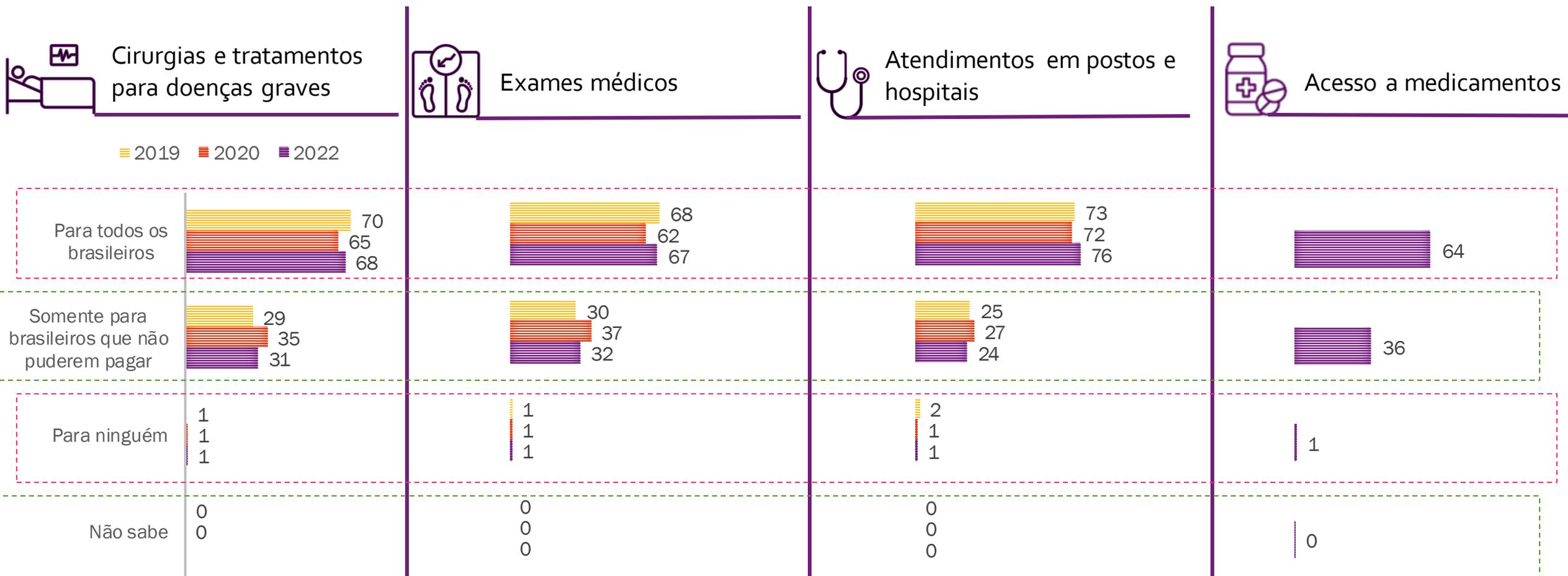
Estimulada e única, em %



Para todos Para quem não puder pagar Para ninguém

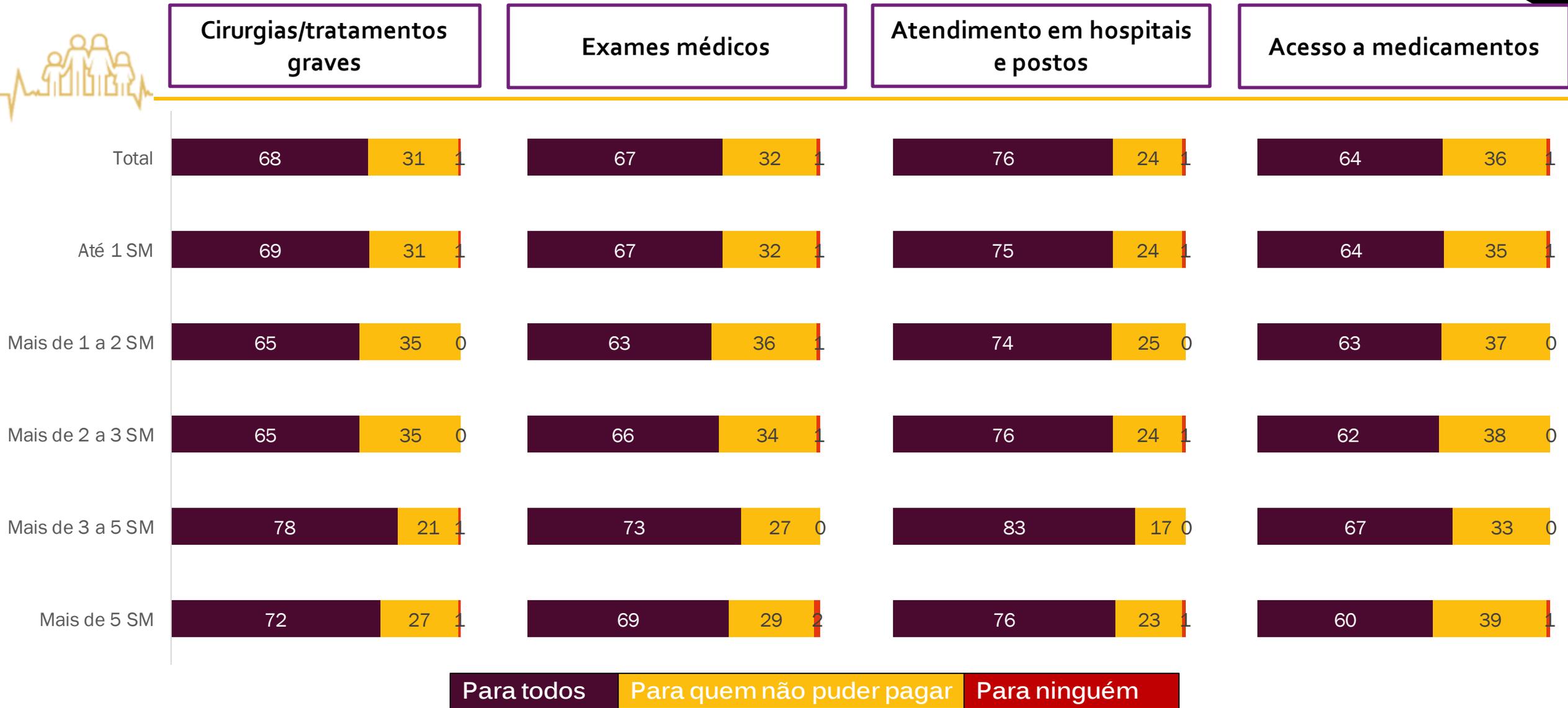
Estimulada e única, em %

Apoio a gratuidade para todos de **cirurgias, tratamentos para doenças graves e exames** também avança



POLÍTICAS PÚBLICAS

Estimulada e única, em %



COMBATE À DESIGUALDADE

Estimulada e única, em %

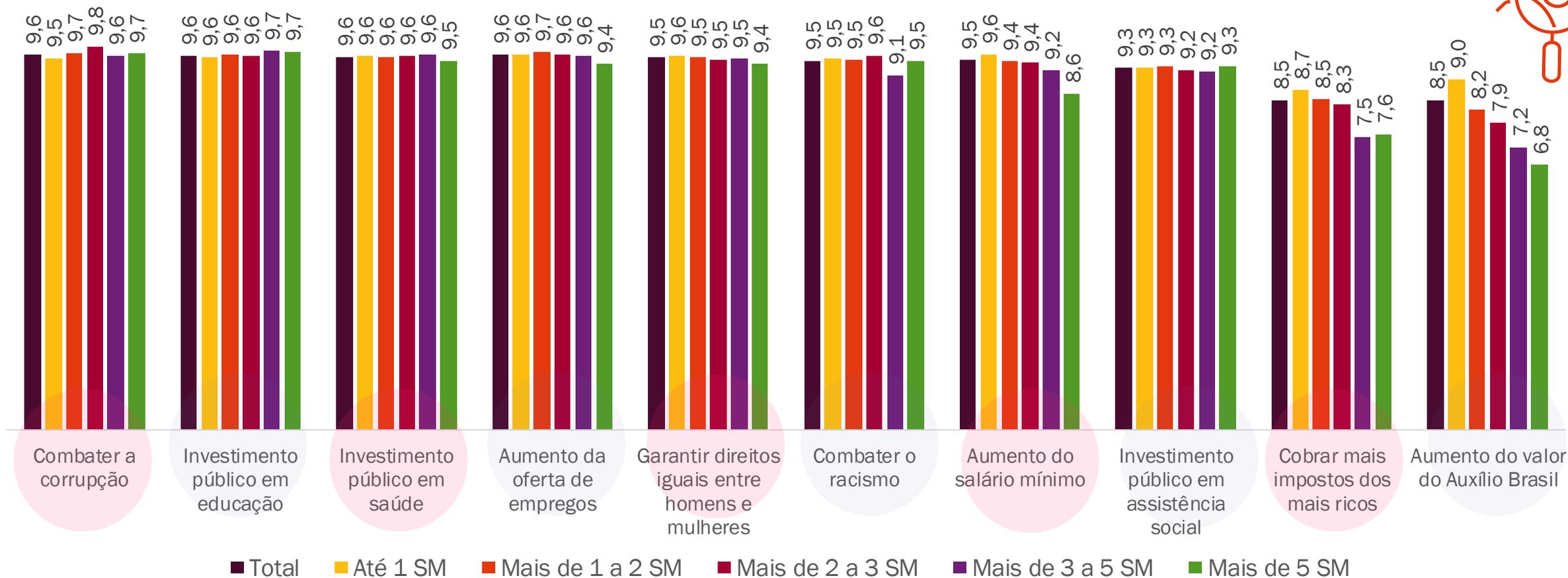
O que é mais importante para diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?

Dentro de uma escala de 0 a 10, na qual 0 é nada importante e 10 muito importante, os 10 aspectos consultados receberam notas acima de 7,0, sendo que oito tiveram média acima de 9.0. No topo, com 9,6, ficaram “combate à corrupção”, “investimento público em educação” e “garantir direitos iguais entre homens e mulheres”, e o “aumento do valor do Auxílio Brasil” obteve a pior nota média entre os itens pesquisados.



Estimulada e única, em %

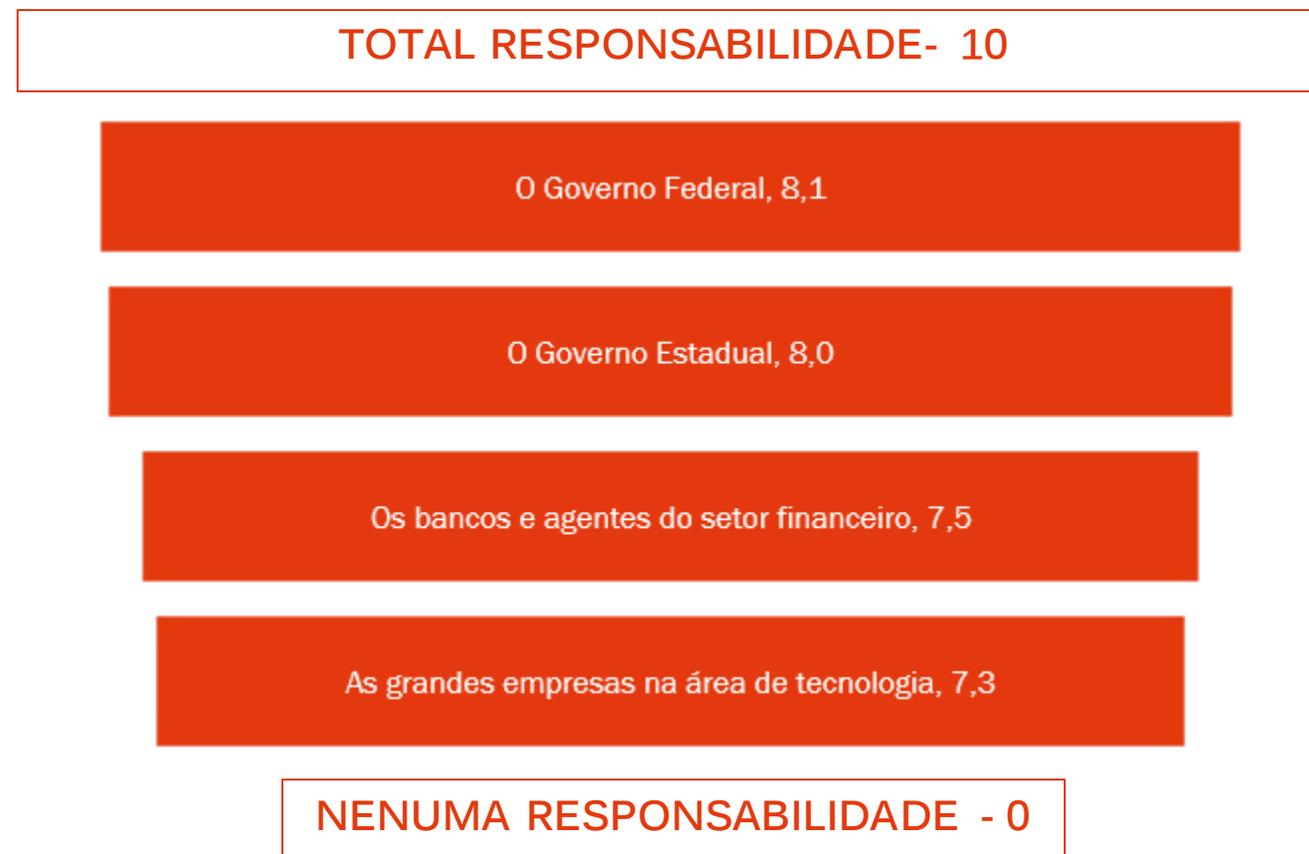
Aumento do valor do Auxílio Brasil **opõe + pobres e + ricos**



DESIGUALDADE DE RENDA

Estimulada e única, em %

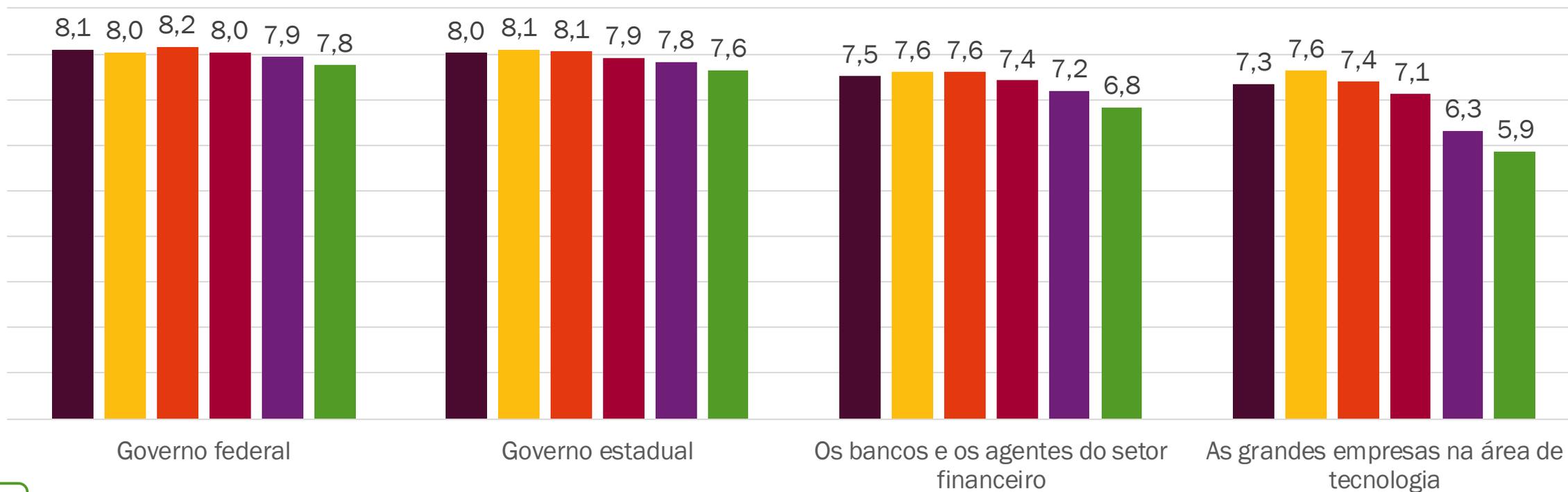
Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa NENHUMA RESPONSABILIDADE e 10 TOTAL RESPONSABILIDADE, o quanto você considera responsável pela desigualdade de renda no Brasil atualmente o ...



DESIGUALDADE DE RENDA

Estimulada e única, em %

Papel das grandes empresas de tecnologia é o que mais diferencia a opinião dos mais ricos e dos mais pobres em relação à responsabilidade pela desigualdade no Brasil atualmente



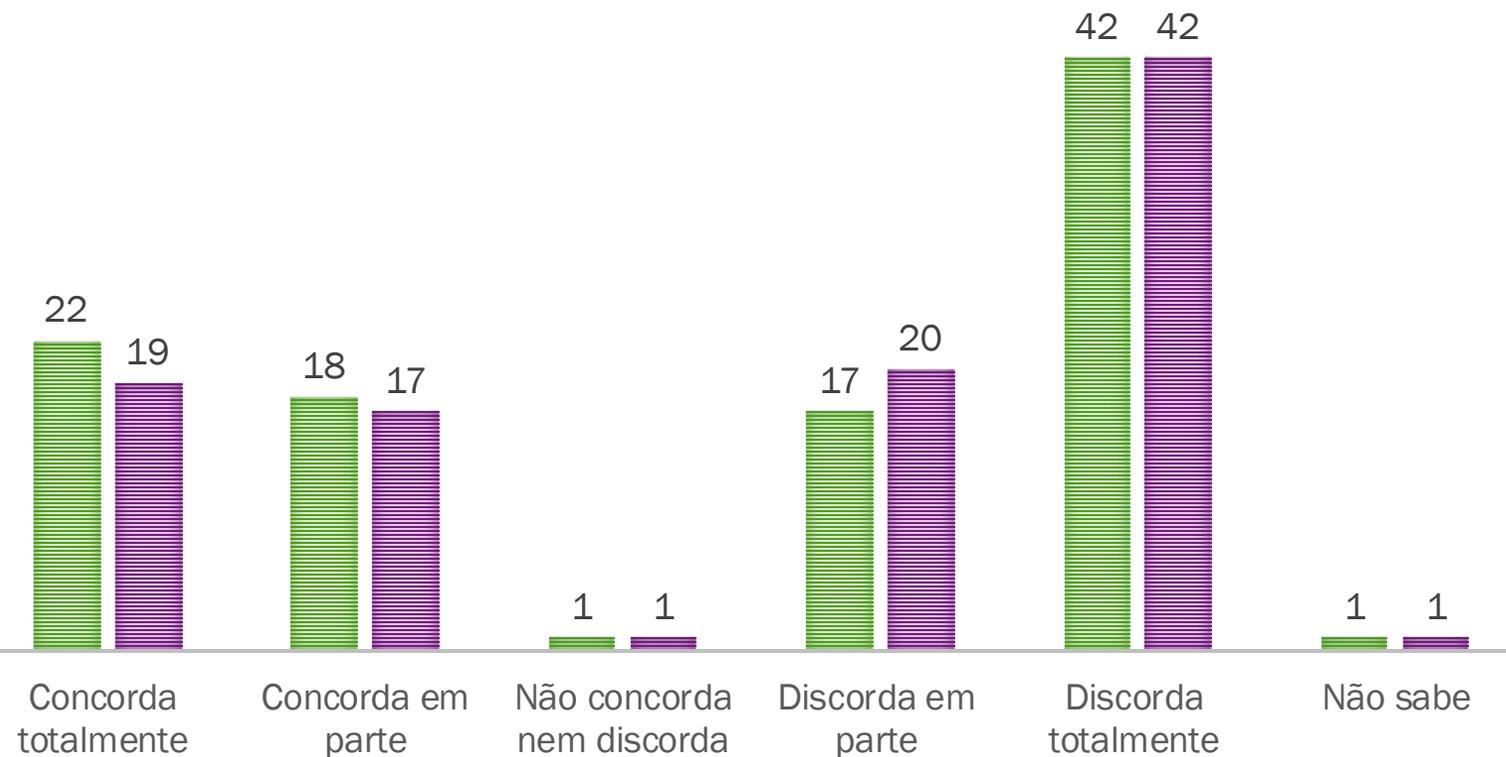
P.27A Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa NENHUMA RESPONSABILIDADE e 10 TOTAL RESPONSABILIDADE, o quanto você considera ____ responsável pela desigualdade de renda no Brasil atualmente?

(Base: Total da amostra)

Estimulada e única, em %



40% avaliam que o Governo Federal tem feito tudo o que é necessário pelos mais pobres, sendo que 22% concordam totalmente; 36% pensam o mesmo sobre o governo do seu estado

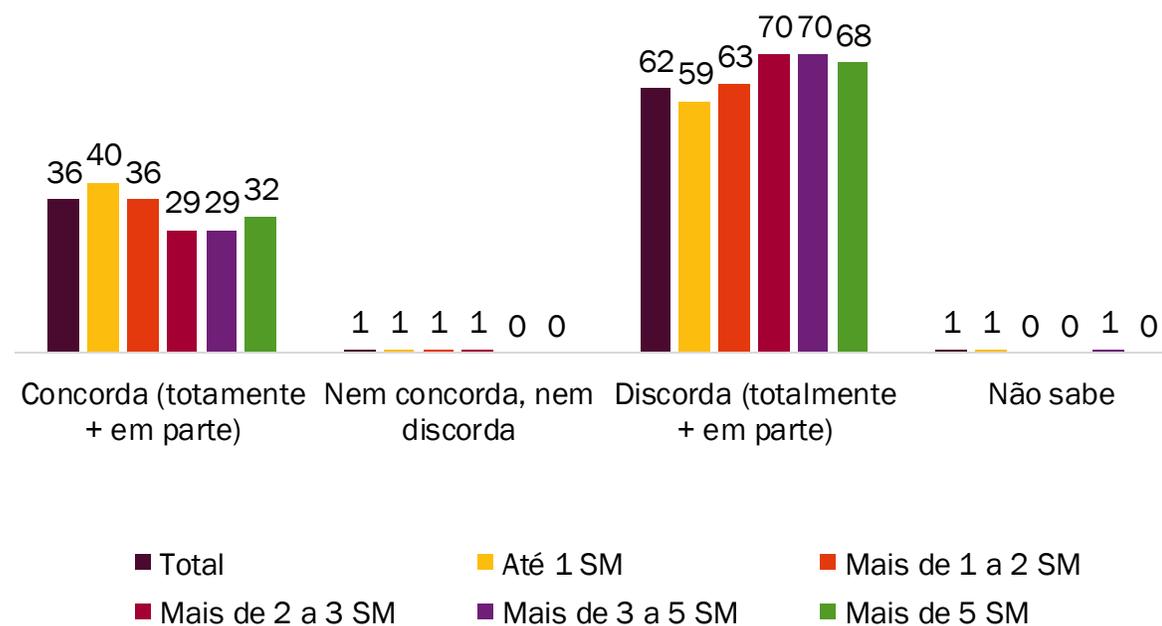
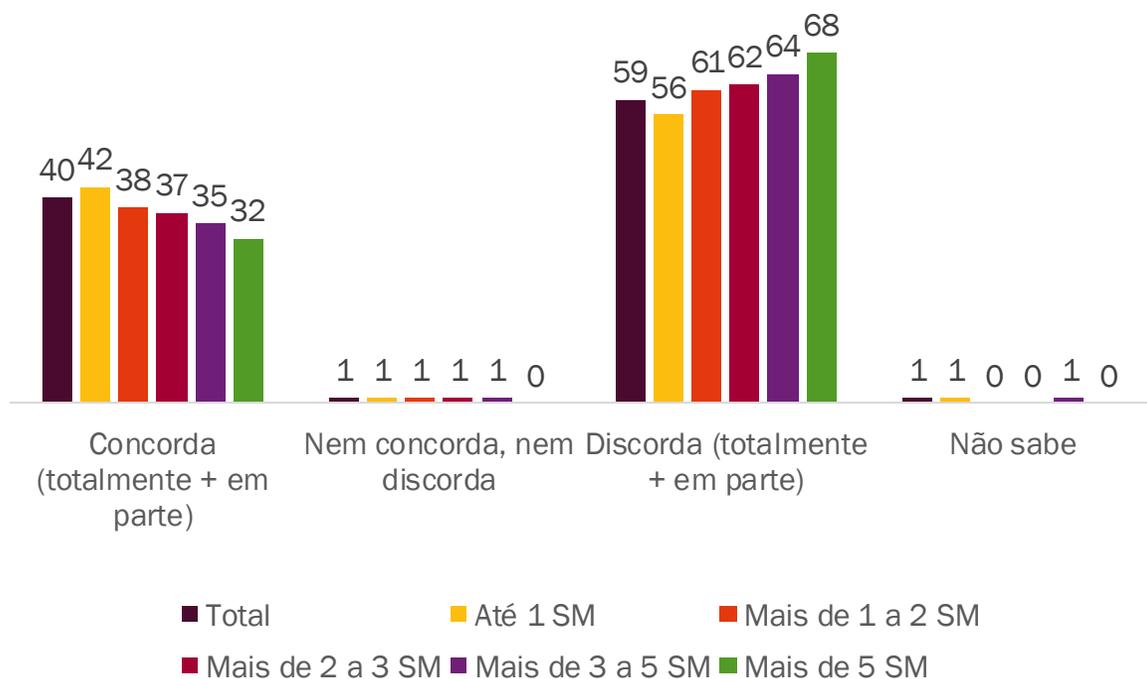


- O governo federal tem feito tudo que é necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa
- O governo do meu Estado tem feito tudo que é necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa

Estimulada e única, em %

O governo federal tem feito tudo que é necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa

O governo do meu Estado tem feito tudo que é necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa



A photograph of a person lying on a sidewalk in a crowd, with a blue semi-transparent overlay on the right side. The person is wearing dark clothing and shoes. The scene is brightly lit, suggesting a sunny day. The blue overlay is a large, curved shape that covers the right half of the image.

relatório

PERCEPÇÃO DE RIQUEZA E POBREZA

Dentro de uma escala em que 0 representa as pessoas com renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres no Brasil, e 100 as pessoas com renda mais alta do país, ou seja, as muito ricas, 37% se posicionam no primeiro quartil de renda, ou seja, acreditam fazer parte dos 25% mais pobres. Há 48% que se posicionam logo a seguir, no segundo quartil, de 26 a 50 (em 2020), e na metade mais rica sobram 16%, divididos entre aqueles que se posicionam no quartil que vai de 51 a 75, que somam 11%, e os brasileiros que se colocam no quartil mais elevado, de 76 a 100, e somam apenas 5%.

A comparação com pesquisa realizada em dezembro de 2020 mostra poucas mudanças na percepção de escala social dos brasileiros, com variações dentro da margem de erro.

Na parcela de 16 a 24 anos, 30% se colocam no quartil de renda mais baixa, de 0 a 25, índice similar ao registrado na faixa seguinte, de 25 a 34 anos (31%). Esse índice sobe para 38% entre quem tem de 35 a 44 anos, para 41% na faixa de 45 a 59 anos, e fica em 42% na faixa de 60 anos ou mais. Na região Norte, 41% se colocam nesse patamar de renda mais baixo, entre os 25% mais pobres, e no Nordeste o índice é de 40%. No Centro-Oeste, são 37%, ante 36% no Sul e 34% no Sudeste. No segmento da população que recebe Auxílio Brasil, 46% se posicionam entre os 25% mais pobres, ante 35% entre quem não recebe.

Questionados sobre a renda necessária para estar no grupo dos 10% mais ricos do país, 21% apontaram valores de até R\$ 5 mil (em 2020, 23% citaram cifras nessa faixa), 14% disseram de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil (mesmo índice de 2020), 10% acreditam que seja de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil (também igual a 2020), e para 14% é preciso ganhar de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil (em 2020, 16% mencionavam valores nessa faixa). Há ainda 30% que acreditam que, para fazer parte dos 10% mais ricos, é preciso ter uma renda superior a R\$ 50 mil reais por mês (em 2020, 23%), e 11% que não opinaram.

Entre os mais pobres, com renda pessoal de até 1 salário mínimo, 27% avaliam que para fazer parte dos 10% mais ricos no país é preciso ganhar pelo menos R\$ 5 mil. Entre aqueles com renda de 1 a 2 salários, 20% apontam a barreira dos R\$ 5 mil para fazer parte dos 10% mais ricos, e entre quem tem renda de 2 a 3 salários o índice dos que apontam a barreira de R\$ 5 mil cai para 8%. Entre aqueles com renda de 3 a 5 salários, 6% avaliam que para fazer parte dos 10% mais ricos do país é preciso ganhar ao menos R\$ 5 mil, e os demais apontam faixas superiores. Na parcela mais rica, com renda acima de 5 salários, 2% apontam valores até R\$ 5 mil como o necessário para estar entre os 10% mais ricos do país, e os demais apontam valores acima disso.

Os brasileiros também foram consultados sobre a linha da pobreza, ou seja, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil. Uma parcela de 12% apontou para o limite de R\$ 210, 6% acreditam que seja de R\$ 211 a R\$ 400, e para 12% os valores vão de R\$ 401 a R\$ 700. Há 11% que acreditam que uma pessoa pobre no país tem renda de R\$ 701 a R\$ 1000, e para 35% essa renda varia de R\$ 1001 a R\$ 1200. Há ainda 24% que citam valores acima de R\$ 1200.

CLASSE SOCIAL – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Na percepção sobre a classe social em que estão atualmente, considerando a renda e o padrão de vida, 23% dos brasileiros se consideram pobres, oscilação positiva na comparação com dezembro de 2020 (21%) e acima do registrado em fevereiro de 2019, quando 16% se reconheciam como pobres. A fatia mais representativa dos brasileiros avalia ser de classe média baixa (47%, ante 48% em 2020 e 49% em 2019), e os demais se consideram de classe média, nem alta nem baixa (28%, ante 29% em 2020 e 32% na pesquisa de 2019), de classe média alta (1%, mesmo resultado de 2020 e no mesmo nível de 2019, quando eram 2%) e ricos (menos de 1%).

Na parcela dos mais jovens, 12% se veem como pobres, índice menor do que o registrado nas faixas mais altas, de 25 a 34 anos (20%), de 35 a 44 anos (26%), de 45 a 59 anos (29%) e 60 anos ou mais (25%). Entre os menos escolarizados, 33% se consideram pobres, e 46%, de classe média baixa. No grupo com escolaridade média, esses índices são de 23% e 49%, respectivamente, e entre os mais escolarizados 9% dizem ser pobres, 44%, de classe média baixa, e 45%, de classe média.

Entre quem tem renda individual de até 1 salário, 31% se veem como pobres, e 48%, como classe média baixa. Na faixa seguinte, de renda entre 1 e 2 salários, esses índices ficam em 21% e 53%, respectivamente. Na parcela com renda de 2 a 3 salários, 12% se consideram pobres, e 51% de classe média baixa. Na parcela com renda de 3 a 5 salários, 5% se dizem pobres, e 29% de classe média baixa. Entre os mais ricos, com renda superior a 5 salários, 24% se veem na classe média baixa, e a maioria (69%) de classe média.

Os entrevistados também foram questionados sobre em qual classe se viam cinco anos antes, considerando a mesma classificação usada para o presente. Os pobres eram, há cinco anos, 26%, segundo esse critério de autoclassificação, e 43% faziam parte da classe média baixa. Os demais pertenciam à classe média (27%) e classe média alta (4%), com os ricos somando menos de 1%.

Na parcela que hoje se considera pobre, 71% mantiveram a percepção sobre sua classe em relação ao passado recente, 22% avaliam que há cinco anos faziam parte da classe média baixa, e 7% dizem que eram de classe média. Entre aqueles que hoje fazem parte da classe média baixa, 16% se viam como pobres há cinco anos, e 21% estavam um degrau acima, na classe média alta, com 60% estáveis na mesma classe. No grupo que hoje se declara de classe média, 52% estavam no mesmo patamar há cinco anos, 32% vêm da classe média baixa, e 6% eram pobres.

Esse trânsito entre as classes, segundo a auto percepção dos entrevistados, mostra que 60% não se moveram de classe nos últimos cinco anos, enquanto 20% melhoraram e 20% pioraram. Na pesquisa de 2019, 24% apontavam mudança para uma classe superior no período de cinco anos, e 17% apontavam para uma mudança para classe inferior. Em 2020, esses índices eram de 22% e 18%, respectivamente.

Entre os mais jovens, 32% subiram pelo menos um degrau nesse critério de classe, índice similar ao verificado na faixa de 25 a 34 anos (30%). Na parcela com renda individual de 3 a 5 salários, 26% subiram de classe, e na faixa anterior, de 2 a 3 salários, 25% subiram de classe. Tendência oposta é verificada entre os mais velhos, onde a taxa dos que caíram de classe fica acima da média (26%), e também entre moradores do Sudeste (25%).

Considerando o universo dos que subiram de classe, 50% atribuem essa alta no degrau de renda a oportunidades de trabalho e/ou experiências profissionais que tiveram ao longo da vida. Na sequência, como razões que levaram a essa ascensão, aparecem as condições financeiras da família (32%), as oportunidades de estudos (28%) e o local onde mora (16%), entre outras. Na parcela com curso superior, 50% apontam as oportunidades de estudo como motivo para sua mudança de classe, e 61% indicam as oportunidades profissionais. Entre quem tem educação fundamental, 11% apontam as oportunidades de estudo, 35%, as condições financeiras da família, e 32%, as oportunidades de trabalho.

No universo dos que pioraram de classe, as causas mais mencionadas pelos brasileiros foram as condições financeiras da família (43%), as experiências profissionais (40%), as oportunidades de estudo (12%) e o local onde mora (10%), entre outros.

Pensando daqui a cinco anos, 10% se imaginam pobres (eram 6% na pesquisa de 2019 e 9% em 2020), 18%, de classe média baixa (ante 16% em 2019 e 19% em 2020), 38%, de classe média (eram 41% em 2019 e 39% em 2020), 26%, de classe média alta (eram 29% em 2019 e 25% em 2020), e 6%, ricos (eram 4% em 2019 e 5% em 2020).

Na faixa dos mais jovens, 42% projetam estar na classe média alta daqui a cinco anos, enquanto 11% esperam ser ricos. Esses resultados caem conforme o avanço da idade – entre quem tem de 35 a 44 anos, por exemplo, a taxa dos que se veem na classe média alta é de 26%, e 7% se veem ricos; na parcela com 60 anos ou mais, esses índices ficam em 10% e 3%, respectivamente.

De oito aspectos apresentados para avaliação sobre quais fariam diferença para uma vida melhor daqui para frente, os mais apontados em primeiro lugar foram fé religiosa (21%), estudar (20%), ter emprego (16%), ter acesso à atendimento de saúde (12%). Na sequência aparecem crescer no trabalho (8%), ganhar mais dinheiro (8%), ter apoio financeiro da família (4%), ter acesso à aposentadoria (4%), apoio financeiro do Estado, via benefícios sociais (3%) e cultura e lazer (3%).

Na parcela dos mais jovens, 41% colocam estudar no topo das prioridades para uma vida melhor daqui para frente, índice que cai conforme a faixa etária – é de 27% entre quem tem de 25 a 34 anos e de 12% na faixa de 45 a 59 anos, por exemplo. Entre quem se declara de cor/etnia preta, 24% apontam fé religiosa como principal razão para terem uma vida melhor daqui para frente, índice similar ao registrado entre pardos (23%) e ligeiramente mais alto do que o registrado entre brancos (17%).

QUESTÕES SOBRE COTIDIANO E DESIGUALDADE

Uma parcela de 71% dos brasileiros com 16 anos ou mais concorda totalmente que “o governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons”, e 17% concordam em parte com a afirmação. Na primeira pesquisa sobre o tema, em 2017, 66% concordavam totalmente, e 16%, em parte. Entre os mais ricos, com renda superior a 5 salários, 58% estão totalmente de acordo com essa transferência de recursos, índice menor do que o registrado nas faixas de renda mais baixas. Na parcela que ganha até 1 salário, por exemplo, 72% concordam totalmente.

Em nível similar, 71% concordam totalmente que “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres”, e há 16% que concordam parcialmente com a ideia. A fatia dos que discordam totalmente é de 7%, e de quem discorda em parte, 6%. Em 2019, 67% concordavam totalmente e 17% em parte sobre a obrigação do governo na diminuição da desigualdade, e em 2017 esses índices eram de 63% e 16%, respectivamente.

A proposição de que “o governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país” tem a concordância total de 75%, e 14% concordam em parte. Em 2017, quando o tema foi consultado pela primeira vez, esses índices eram de 66% e 15%, respectivamente.

Há 78% que concordam totalmente que, “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos fornecer serviços públicos de qualidade mesmo em contexto de crise fiscal e econômica”, e outros 15% concordam em parte com essa proposta. Em 2020, quando a pergunta foi feita pela primeira vez aos brasileiros, os índices de concordância eram de 78% e 16%, ou seja, há estabilidade na opinião sobre o tema nesse período.

Diante da afirmação de que “no Brasil, uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”, 49% discordaram totalmente, e 13%, em parte. A taxa dos que concordaram totalmente é de 23%, e 14% concordaram em parte. No primeiro levantamento sobre o tema, em 2017, 47% discordavam totalmente, e 13%, em parte. Na região Centro-Oeste, 31% concordam totalmente com a afirmação, a taxa mais alta, e no Sudeste esse índice fica em 20%, a taxa mais baixa. Somando a taxa dos que concordam totalmente ou em parte, a concordância com a afirmação atinge 44% na região Norte, 41% na região Nordeste, 39% no Sul e 31% no Sudeste.

Em outra afirmação, se “no Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, o grau de discordância total fica em 41%, e o parcial, em 13%. Os que concordam totalmente são 30%, e 16% concordam em parte. Em 2017, 41% discordavam totalmente dessa afirmação, e 14%, parcialmente. No Sudeste, a taxa dos que concordam totalmente ou em parte com a afirmação soma 42%, e 57% discordam. No Sul, são 45% e 55%, respectivamente. No Nordeste, 47% e 53%. No Centro-Oeste, 49% e 50%, e na região Norte, 53% a 46%, com vantagem numérica para os que concordam.

Há concordância maior na questão se “a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial”: 71% concordam totalmente com tal afirmação, e 15% concordam parcialmente. Com opinião contrária, 8% discordam totalmente, e 4% discordam em parte. No levantamento de 2019, 64% concordavam totalmente, e 17%, em parte. Entre os que se declaram pretos, 80% concordam totalmente, ante 72% entre autodeclarados pardos e 68% entre aqueles que se declaram brancos.

A parcela de brasileiros que concorda totalmente que “a Justiça é mais dura com os negros” passou de 61% em 2020 para 65% em 2022, e os que concordam em parte foram de 17% para 15%. Em 2019, 53% concordavam totalmente, e 18%, em parte. Discordam totalmente dessa afirmação, hoje, 11% (eram 12% no levantamento anterior), e há 8% que discordam de forma parcial (mesmo índice de 2020). A taxa de concordância total é de 72% entre pretos, 66% entre pardos e 61% entre brancos. Entre as mulheres, 69% concordam totalmente, taxa mais alta do que a registrada entre os homens (60%). O índice dos que discordam totalmente que negros tem um tratamento mais duro por parte da Justiça é mais alto nos segmentos de maior renda (19% entre pessoas que ganham mais de 3 salários mínimos) do que entre os mais pobres (8%).

Com taxa de concordância similar, 65% concordam totalmente que “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos”, e 18% concordam parcialmente com a afirmação. No levantamento anterior, os índices eram similares (64% e 17%, respectivamente). Há ainda 10% que discordam totalmente da afirmação, e 5% discordam em parte.

É de 58% o índice dos que concordam totalmente com a afirmação de que “um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia”, e há ainda 18% que concordam parcialmente. Em 2019, esses índices eram de 53% e 21%, respectivamente, e em 2020 eram iguais aos registrados no levantamento atual. Entre os mais pobres, com ganho pessoal de até 1 salário, 62% concordam totalmente em relação ao menor acesso de jovens da periferia ao mercado de trabalho por serem da periferia, índice que cai para 49% entre quem tem renda de 3 a 5 salários e para 36% na faixa acima de 5 salários. Nesta última faixa, dos mais ricos, 29% discordam totalmente sobre a afirmação, o triplo do registrado entre os mais pobres (9%).

Com taxa de rejeição alta, 78% discordam totalmente que “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”, e 9% discordam em parte, um resultado similar ao registrado nos levantamentos anteriores. Entre as mulheres, 82% discordam totalmente, índice que fica em 74% entre homens. Na parcela dos mais velhos, a taxa dos que concordam – totalmente ou em parte – é de 21%, e entre os menos escolarizados o índice é de 22%. Em contraste, é três vezes menor entre os mais jovens (7%) e pelo menos quatro vezes menor entre os mais escolarizados (5%).

A parcela de brasileiros que concorda totalmente que “quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter um bom emprego” atinge 73%, com 16% concordando em parte com a afirmação. Há 5% que discordam totalmente, e outros 5% que discordam em parte. Em 2019, 73% concordavam totalmente, e 14%, em parte, e em 2020 esses índices eram de 71% e 17%, respectivamente.

No mesmo patamar, 70% concordam totalmente que “para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres”, e 15% concordam em parte com tal afirmação. No levantamento anterior, no final de 2020, esses índices eram de 68% e 18%, respectivamente.

Com taxa de concordância também majoritária, 72% concordam totalmente que “quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter boa escolaridade”, e 15% concordam parcialmente. Há 8% que discordam totalmente, e 5%, parcialmente. Os índices são similares aos registrados nos levantamentos anteriores. Entre os mais pobres, 71% concordam totalmente, ante 61% dos mais ricos.

Em relação à afirmação que diz “o imposto que eu pago deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres”, o índice de concordância total alcança 84%, e outros 10% concordam parcialmente. Apenas 3% discordam totalmente, e 2%, parcialmente.

Uma parcela de 43% concorda totalmente que “os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”, e 13% concordam em parte. Com opinião divergente, 34% discordam totalmente dessa ideia, e 9% discordam em parte. Em 2019, o índice de concordância total era de 23%, e de concordância parcial, de 8%, e em 2020 os índices eram similares aos atuais.

Entre os mais pobres, com renda individual de até 1 salário, 49% concordam totalmente com o aumento de impostos para cobrir gastos sociais. Esse índice cai para 28% entre quem tem renda de 3 a 5 salários, e para 26% na parcela com renda acima de 5 salários. A oposição à proposição se dá justamente entre os mais ricos: na parcela com renda de 3 a 5 salários, 46% discordam totalmente, e entre quem ganha acima de 5 salários são 55%. Entre os mais pobres, o índice de discordância total cai para 27%, e fica em 38% na faixa de renda de 1 a 2 salários.

Na mesma linha temática, 71% concordam totalmente que “o Governo Federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”, e 14% concordam em parte com essa premissa. Em 2019, esses índices eram de 61% e 16%, respectivamente, e em 2020, 70% e 14%. A taxa de concordância total é menor entre quem tem renda acima de 5 salários (56%), e nesse grupo também fica acima da média a taxa de quem discorda totalmente (24%).

Também conta com nível similar de concordância total (68%) a afirmação de que “o Governo Federal deve aumentar os impostos de quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos etc.”, e 16% concordam parcialmente.

Ampla maioria (81%) concorda totalmente que “no Brasil poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro”, e 10% concordam em parte. Os que discordam totalmente somam 5%, e 3% discordam parcialmente. A concordância total é alta em todos os segmentos de renda, chegando a 86% entre os mais ricos.

Há 86% que concordam totalmente que “o Auxílio Brasil deve atender a todas as pessoas que estejam em situação de pobreza”, e 9% concordam parcialmente. Uma parcela de 2% discorda totalmente, e 2%, em parte. Cerca de metade da população (51%) concorda totalmente que “negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos pelo fato de serem negros”, e 17% concordam em parte a respeito. Entre quem tem opinião contrária, 19% discordam totalmente, e 11%, parcialmente. Entre os mais ricos, 35% discordam totalmente, e 19%, em parte (54% de discordância), índices que ficam em 15% e 11%, respectivamente, entre os mais pobres (26% de discordância).

Uma parcela de 53% também concorda totalmente que “mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres”, e 18% concordam em parte. Do outro lado, há 20% que discordam totalmente, e 8% que discordam parcialmente. Entre os homens, a taxa dos que discordam totalmente fica em 24%, acima do registrado entre as mulheres (16%).

A afirmação que diz que “a lei de cotas para ingresso em universidades federais tem tido um papel importante na redução de desigualdades” tem a concordância total de cerca de metade (49%) da população adulta do país, e um quarto (25%) concordam parcialmente. Os que discordam totalmente somam 14%, e 9% discordam em parte. Entre quem tem renda de 3 a 5 salários, a taxa de concordância total fica abaixo da média (38%). Ainda sobre a renda, quanto maior o ganho individual mensal, mais alta a taxa de discordância total (11% na faixa de renda até 1 salários, 14% na faixa de 1 a 2 salários, 18% na faixa de 2 a 3 salários, 23% na faixa de 3 a 5 salários, e 28% na faixa acima de 5 salários). Entre os homens, 17% discordam totalmente, ante 11% das mulheres.

Com ampla opinião favorável, 83% concordam totalmente que “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa”, e há ainda 13% que concordam parcialmente. Apenas 2% discordam totalmente, e 1%, em parte.

A avaliação de que “a distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil deve aumentar nos próximos anos por causa das mudanças no clima, que estão sendo causadas pelo aquecimento global” tem a concordância total de 43%, e parcial de 21%. Há 20% que discordam totalmente, e 12% que discordam parcialmente. Nos segmentos de renda mais alta, a taxa de discordância total fica acima da média (em 29% na faixa de renda de 3 a 5 salários e 30% entre quem ganha mais de 5 salários).

Em relação à afirmação de que “a chegada de imigrantes e refugiados ao Brasil nos últimos anos contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade de renda entre os brasileiros”, 37% apontaram concordar totalmente, e 23%, parcialmente. A taxa dos que discordam totalmente é de 24%, e parcialmente, de 14%. A taxa dos que concordam totalmente é mais alta nas faixas de idade mais avançadas (42% entre quem tem de 45 a 59 anos, e 44% na faixa de 60 anos ou mais), entre os menos escolarizados (47% entre quem tem escolaridade fundamental, o dobro do registrado no segmento com curso superior, cujo índice é de 23%) e na região Sul (42%).

A maioria (57%) concorda totalmente que “as mudanças tecnológicas estão deixando os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres”, e 18% concordam em parte. Com opinião contrária, 13% discordam totalmente, e 11%, em parte. Entre os mais ricos, a discordância total é de 25%, e entre quem tem renda de 3 a 5 salários, de 21%. Na parcela mais pobre, esse índice cai para 11%, e entre quem tem renda de 1 a 2 salários, fica em 10%.

POLÍTICAS

A maioria dos brasileiros acredita que o governo deve oferecer serviços gratuitos de saúde e educação para todos os brasileiros, independentemente de sua condição de renda, e esse apoio retomou terreno em 2022 após queda entre 2019 e 2020.

Na área da educação, 74% avaliam que o governo deveria oferecer escolas de ensino fundamental e médio para todos, e os demais se dividem entre aqueles que avaliam que esses serviços deveriam ser voltados somente para quem não puder pagar (24%) ou ainda para ninguém (2%). Na pesquisa anterior, 69% opinavam que a oferta pública de escolas de ensino fundamental e médio deveria ser para todos, e para 29% elas deveriam ser direcionadas somente para quem não pudesse pagar.

Em relação a creches, 65% acreditam que o governo deveria oferecer esse serviço a todos os brasileiros (eram 58% em 2020), e para 33% somente quem não tivesse como pagar deveria ter acesso a creches mantidas com dinheiro público (em 2020, 39%). Há ainda 2% que acreditam que o governo não deveria ofertar creches para ninguém.

O cenário é similar para faculdades e universidades: 63% são a favor que o governo ofereça de graça, para todos (eram 57% em 2020), e 34% avaliam que somente quem não puder pagar deveria contar com respaldo governamental (em 2020, 40%), além de 2% que defendem que o governo não deveria oferecer ensino superior a ninguém.

Também foi consultada a opinião dos brasileiros sobre o acesso à internet para estudo remoto em situações de crise como a pandemia, e 62% acreditam que o governo deve oferecer esse tipo de serviço a todos neste contexto. Para 34%, o serviço deveria ser oferecido somente a quem não pudesse pagar, e para 3% não deveria oferecer a ninguém.

Na questão sobre serviços de saúde, a oferta de serviços gratuitos também conta com o apoio da maioria para serem universalmente oferecidos pelo governo. Com maior respaldo, 76% avaliam que atendimentos em postos e hospitais devem ser gratuitos para todos, ante 24% que acreditam que deveriam ser voltados somente para quem não puder pagar, além de 1% que opina que não deveriam ser gratuitos em nenhuma circunstância. Em 2020, 72% defendiam o acesso gratuito para todos, e 27%, somente para quem não pudesse pagar.

Para cirurgias e tratamentos para doenças graves, 68% defendem que o governo ofereça serviço gratuito a todos (eram 65% na pesquisa anterior), e 31% preferem que somente quem não puder pagar seja beneficiado (em 2020, 35%), além de 1% que é contra qualquer gratuidade.

Em patamar similar, 67% avaliam que exames médicos devem ser oferecidos de forma gratuita pelo governo para todos os brasileiros (em 2020, 62%), enquanto 32% defendem que esse tipo de serviço seja oferecido somente para aqueles que não tiverem condições financeiras de contratá-los (eram 37% na pesquisa anterior). Para 1%, ninguém deveria ter acesso a exames médicos com recursos públicos.

A maioria (64%) também é a favor que o governo garanta que todos os brasileiros tenham acesso a medicamentos, e 36% acreditam que somente aqueles que não puderem pagar tenham acesso a medicamentos fornecidos de graça pelo governo. Para 1%, o governo não deve oferecer medicamentos a ninguém.

FERRAMENTAS DE COMBATE À DESIGUALDADE

De uma série de 10 propostas ou iniciativas que poderiam contribuir para a diminuição da distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil, combate à corrupção, investimento público em educação, investimento público em saúde e aumento da oferta de empregos foram os itens avaliados como mais importantes pelos brasileiros: de 0 a 10, sendo 0 nada importante e 10 muito importante, essas medidas obtiveram nota média 9,6. Outros itens, porém, foram considerados igualmente importantes, atingindo notas médias equivalentes. São eles: garantir direitos iguais entre homens e mulheres (9,5), combate ao racismo (9,5), aumento do salário mínimo (9,5) e investimento público em assistência social (9,3).

Na sequência aparecem ainda cobrar mais impostos dos mais ricos (8,5) e aumento do valor do Auxílio-Brasil (8,5).

Na parcela de menor renda, a nota de importância para maior cobrança de impostos dos mais ricos é 8,7, ante 7,5 na faixa de renda de 3 a 5 salários, e 7,6 entre quem ganha mais de 5 salários. No caso do aumento do valor do auxílio, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é ainda mais discrepante: na parcela de menor renda, a nota é 9,0, e entre quem tem renda superior a 5 salários, 6,8.

Em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa nenhuma responsabilidade e 10 total responsabilidade, a atribuição de responsabilidade pela desigualdade de renda no Brasil ao Governo Federal é 8,1, e aos governos estaduais, 8,0. Em um patamar ligeiramente mais baixo, os bancos recebem nota 7,5, e as grandes empresas na área de tecnologia, 7,3.

Uma parcela de 22% dos brasileiros concorda totalmente que o Governo Federal tem feito tudo que é necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa, e 18% concordam parcialmente. Do outro lado, 42% discordam totalmente sobre o empenho do Governo Federal nesse sentido, e 17% discordam em parte.

A taxa dos que concordam totalmente é mais alta entre os homens (25%) do que entre as mulheres (19%), e também fica acima da média entre os menos escolarizados (31%, ante 13% na parcela com ensino superior).

Os índices são parecidos para ações dos governos estaduais para garantir emprego, renda e proteção social à população, principalmente para quem mais precisa: 19% concordam totalmente que eles têm feito tudo o que é necessário, 17% concordam em parte, 42% discordam totalmente e 20% discordam em parte.



fim